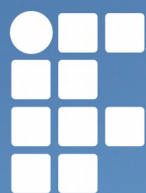


RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018



INSTITUTO FEDERAL
Ceará



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 170/2018, da DN TCU nº 172/2018 e da Portaria-TCU Nº 369/ 2018.

Unidade Prestadora de Contas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

FORTALEZA-CEARÁ

2019

AUTORIDADES

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Virgílio Augusto Sales Araripe

CONSELHO SUPERIOR - CONSUP

(MANDATO: 2016 A 2019)

Presidente: Virgílio Augusto Sales Araripe – Reitor

• Representação Docente:

Macrorregião 1

Titular: Paulo Sérgio Brito (Fortaleza)

Suplente: Carlo Henrique Lima Moura (Caucaia)

Macrorregião 2

Titular: David Aurélio Lima Silveira (Tauá)

Suplente: Roberto José de Araújo (Baturité)

Macrorregião 3

Titular: Adriana da Rocha Carvalho (Aracati)

Suplente: Fernando Michael Pereira Nobre (Tabuleiro do Norte)

Macrorregião 4

Titular: André Chaves de Brito (Sobral)

Suplente: Eugênio Eduardo Pimentel Moreira (Tianguá)

Macrorregião 5

Titular: Paulo Sérgio Silvino do Nascimento (Juazeiro do Norte)

• **Representação Discente:**

Macrorregião 1

Titular: Ramom Carolino Salles (Maracanaú)

Suplente: Gabriela Bevenuto Dantas (Fortaleza)

Macrorregião 2

Titular: João Gabriel Bezerra Leite (Baturité)

Suplente: Caio Eduardo de Sousa Bezerra (Tauá)

Macrorregião 3

Titular: Gelica de Melo Evangelista (Quixadá)

Suplente: Ivomar de Arruda Santos (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Sabrina dos Santos Ribeiro (Acarauá)

Suplente: Andréa Lima Maciel (Camocim)

Macrorregião 5

Titular: Karen Rhavena Andrade de Holanda (Iguatu)

Suplente: Cicero Iran Bezerra da Silva (Cedro)

• **Representação Técnico-Administrativa:**

Macrorregião 1

Titular: Patrícia Fernandes de Freitas (Reitoria)

Macrorregião 2

Titular: Não foi eleito

Suplente: Não foi eleito

Macrorregião 3

Titular: Tobias Sousa Caetano (Tabuleiro do Norte)

Suplente: Paula Renata Amorim Lessa Soares (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Francisco Herli Barros (Tianguá)

Suplente: Emanuel Kant da Silveira e Alves (Sobral)

Macrorregião 5

Titular: Francisco José Zogob (Crato)

Suplente: Francisco Raimundo Alves (Iguatu)

• **Representação dos Egressos:**

Sindicato dos Tecnólogos

Titular: Maria Luíza Lima Ferreira Peixoto

Suplente: Marta Anibal de Lima

Sintec

Titular: Antônio Castro de Souza

Suplente: João Bráulio de Melo Oliveira

• **Representação das Entidades Patronais:**

Fecomércio

Titular: Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Suplente: Cláudia Maria Menezes Brilhante Maia

FIEC

Titular: José Sampaio de Souza Filho

Suplente: Marcos Antônio Ferreira Soares

Representação de Entidades de Trabalhadores:

Titular: Thereza Neumann Santos de Freitas

Suplente: Gerardo Santos Filho

Seções Sindicais IFCE

Titular: Luiz Vicente Sobrinho

Suplente: Antônio Inácio Neto

• **Representação do Setor Público:**

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda

Suplente: Nagela Drummond

• **Representação do Ministério da Educação:**

Titular: Paulo Henrique Gomes de Lima

Suplente: Cícero Nicácio do Nascimento

• **Representação dos Diretores-Gerais dos *campi*:**

Macrorregião 1

Titular: Anderson Ibsen Lopes de Souza

Macrorregião 2

Titular: José Alves de Oliveira Neto

Macrorregião 3

Titular: Francisco Helder Caldas Albuquerque

Macrorregião 4

Titular: Jackson Nunes e Vasconcelos

Suplente: Eliano Vieira Pessoa

Macrorregião 5

Titular: Dijauma Honório Nogueira

Suplente: Fernando Eugênio Lopes de Melo

SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Supervisão

Tássio Francisco Lofti Matos e Nathaniel Carneiro Neto

Coordenação de elaboração

Glauter dos Santos Guimarães

Responsáveis pelos conteúdos

Cargo

Reitor
Titular da Auditoria
Assessor de Relações Internacionais
Corregedora
Pró-Reitor de Ensino
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Pró-Reitora de Extensão
Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Diretora de Assuntos Estudantis
Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação
Coordenadora de Governança
Ouvidora

Responsável

Virgílio Augusto Sales Araripe
José Claudio Karam de Oliveira
Gutenberg Albuquerque Filho
Sirlane Furtado Leite Siqueira
Reuber Saraiva de Santiago
José Wally Mendonça Menezes
Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq
Tássio Francisco Lofti Matos
Ivam Holanda de Sousa
Ana Caroline Cabral Cristino
Carlos Maurício J. de Mattos Dourado Jr
Vlândia de Sousa Ferreira
Mariângela do Amaral Saboya

Apoio técnico

Adriana Muniz Araújo
Ana Caroline Cabral Cristino
André Monteiro de Castro
Angelo Ernani Freitas Maia
Antônia Edilzerina Rodrigues de Mendonça
Antônia Lucivânia de Sousa Monte
Antônio Helyson Fernandes Clementino
Antônio Wendell de Oliveira Rodrigues
Ariadine de Oliveira Rabelo Da Silva
Bárbara de Cerqueira Fiorio
Beatriz Rodrigues Garcia
Cláudio Oliveira
Dalva Martins Montenegro Barrocas Costa
Daniel Ferreira de Castro
Deivison Rodrigues de Almada
Etelvina Maria Marques Moreira
Fábio Alencar Mendonça
Flaviana Damasceno Moreira
Francisco Amsterdam Soares Rodrigues
Geovane Gomes de Araújo
Germário Marcos Araújo

Guilherme Julho da Silva
Hellenviviam de Alcântara Barros
Heloisa Helena Medeiros da Fonseca
Jarbiani Sucupira Alves de Castro
Jeângela Ramos
José Wally Mendonça Menezes
Kelma de Freitas Felipe
Kléber Augusto Ribeiro
Lidiane Araujo de Oliveira
Lilian Freitas Coelho
Márcio Daniel Santos Damasceno
Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro
Maria Jamila de Carvalho Mariano
Marllen Hellen Bragado Mesquita de Mendonça
Nathaniel Carneiro Neto
Patricia Fernandes de Freitas
Pedro Hiago de Melo Freitas
Rejane Saraiva de Santiago
Ricardo Castelo Branco Andrade e Silva
Ricardo Liarth da Silva Cruz
Stênio Wagner Pereira de Queiroz
Tarique da Silveira Cavalcante
Teresa Helena Gomes Soares
Waltherlan Gadelha de Brito
Ysrael Moura Garcia

LISTA DE SIGLAS

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COLDIR – Colégio de Dirigentes
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior
CPGF – Cartão de Crédito Corporativo
DN – Decisão Normativa
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC – Formação Inicial e Continuada
FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPOG – Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET – Instituição Federal de Educação Tecnológica
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
OCI – Órgão de Controle Interno
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PROEJA – Educação de Jovens e Adultos
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SF – Suprimento de Fundos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....	9
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	10
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	16
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	30
4. RESULTADOS DA GESTÃO.....	32
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	96
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	139
7. COMO O IFCE ELABOROU O RELATÓRIO	185
8. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	186
ANEXOS E APÊNDICES.....	191

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



Em janeiro de 2014, o Instituto Federal do Ceará iniciava um novo Plano de Desenvolvimento Institucional, pensado e elaborado pela comunidade e utilizando os mais modernos conceitos de planejamento, adotados pela equipe do próprio Instituto. O documento foi elaborado com uma perspectiva de grandes realizações, como a previsão, com devida autorização do MEC, de implantação e funcionamento de mais 9 (nove) unidades, compreendendo 6 (seis) *campi* autônomos e 3 (três) *campi* avançados, como parte da 3ª fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, abrangendo quase todo o território do estado do Ceará. Além disso, 11 (onze) *campi* avançados existentes foram transformados em *campi* autônomos, o que, por consequência, nos levou a trabalhar para a ampliação da estrutura física e funcional de todos.

Durante os anos de aplicação desse planejamento, enfrentamos algumas dificuldades, como: a redução do montante orçamentário disponibilizado pelo MEC para a Rede dos Institutos Federais, o congelamento de gastos imposto pela Emenda Constitucional Nº 95, assim como o contingenciamento no orçamento, gerando problemas com as construtoras e fornecedores que realizavam as obras das novas unidades.

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos, com muito esforço, trabalho e engajamento de toda equipe de gestores e servidores, concluir o PDI 2014-2018. Entregamos para a sociedade 9 (nove) novos *campi* em pleno funcionamento, um Polo de Inovação com grandes realizações na sua área de atuação e a ampliação da infraestrutura física e funcional das unidades existentes. Criamos um número significativo de novas matrículas, aumentamos o quantitativo de cursos técnicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações. O aumento destes cursos possibilitou maior atendimento das demandas do interior do Estado nessas modalidades.

Os dados referentes aos nossos resultados se apresentam ao longo deste relatório, onde prestamos contas a esse Tribunal e à sociedade, que são os grandes alvos da nossa dedicação e empenho para chegarmos aos resultados obtidos.

Visando à consolidação e ampliação das conquistas e à busca sempre crescente de novos desafios e grandes objetivos, temos como Missão: “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.”

Tudo isso sem esquecer a nossa Visão, que é: “Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.”

Portanto, a implementação do conjunto de todas essas ações estratégicas posiciona o IFCE como uma instituição moderna e com visão de futuro, a serviço do desenvolvimento da sociedade brasileira.

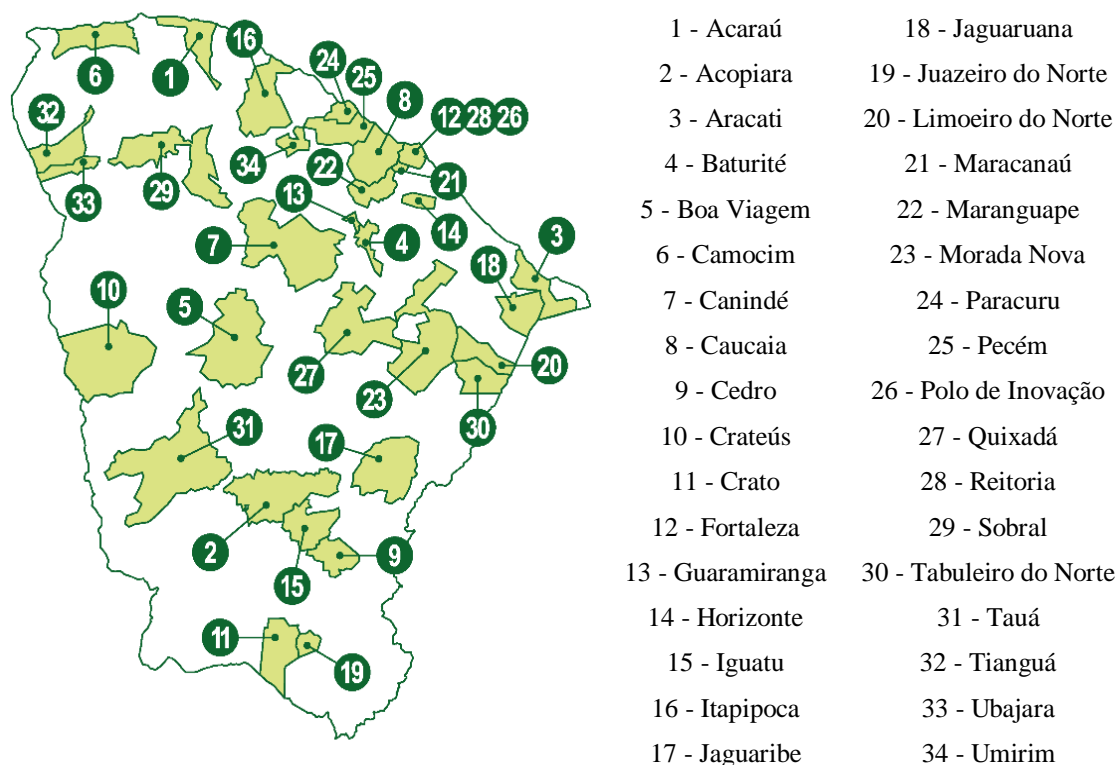
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) é uma autarquia integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). Atualmente, essa rede é vinculada ao Ministério da Educação – MEC e composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II.

A Rede EPCT foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; entre os propósitos da sua criação, destaca-se a ampliação do acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica do país. Nessa perspectiva, o IFCE se insere como uma instituição de ensino superior, básica e profissional, com o formato pluricurricular e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Atualmente, o IFCE é composto por 34 unidades, sendo: uma reitoria e um polo de inovação, ambos situados na cidade de Fortaleza, e 32 *campi*, distribuídos por todo o território do Estado do Ceará, conforme apresenta a figura:

Figura 1 – Unidades do IFCE no Estado do Ceará.



Em termos de estrutura organizacional, a Reitoria funciona como órgão administrativo central e suas atividades estão distribuídas nas seguintes áreas estratégicas: ensino, pesquisa, inovação e pós-graduação, extensão, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, assuntos estudantis, relações internacionais e comunicação social. Já os *campi* são unidades descentralizadas que possuem autonomia administrativa, financeira, patrimonial e pedagógica.

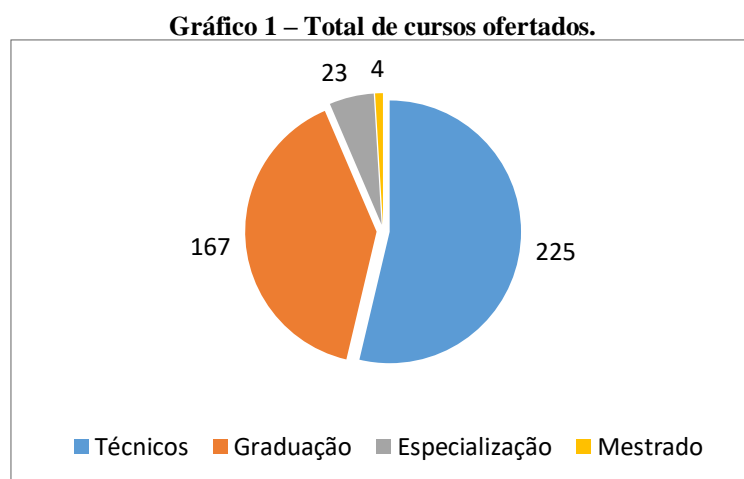
Ressalta-se, ainda, que o IFCE possui colegiados que funcionam como instâncias de governança, sendo os principais: o Conselho Superior (CONSUP), Comitê de Governança, Riscos e Controle e o Colégio de Dirigentes (COLDIR), presididos pelo reitor.

Toda essa estrutura está organizada de maneira a atender à missão e à visão da instituição, as quais são:

MISSÃO:
“Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.”

VISÃO:
“Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.”

Dessa forma, visando ao alcance da sua missão e visão, o IFCE tem ofertado à sociedade um total de 386 cursos regulares na modalidade presencial e a distância, sendo: 217 cursos técnicos, 151 cursos de graduação, 14 cursos de especialização e 4 cursos de mestrado, conforme ilustra a figura:

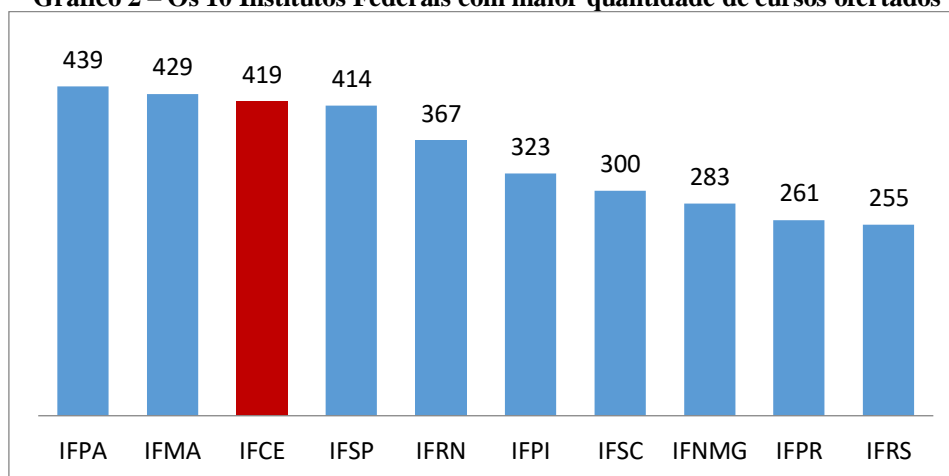


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.

Quando se compara a atuação do IFCE frente à atuação dos demais Institutos Federais da Rede EPCT, a Plataforma Nilo Peçanha, instituída pela Portaria nº 1, do Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, de 3 de janeiro de 2018,

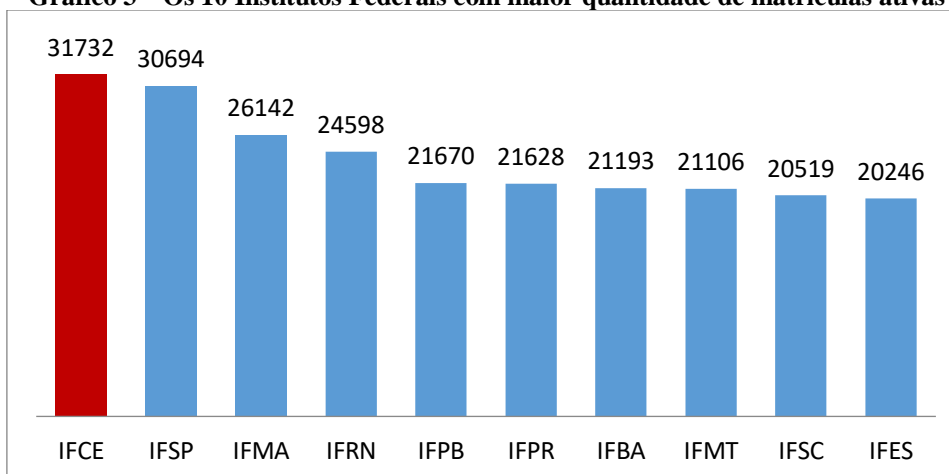
apresenta os resultados dos seguintes indicadores: cursos ofertados, matrículas ativas, alunos ingressantes, vagas e candidatos inscritos nos processos seletivos.

Gráfico 2 – Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de cursos ofertados



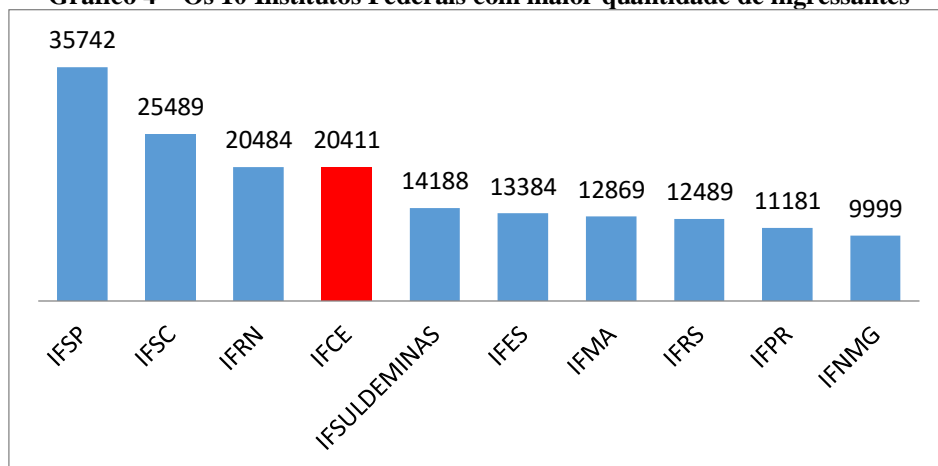
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Gráfico 3 – Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de matrículas ativas



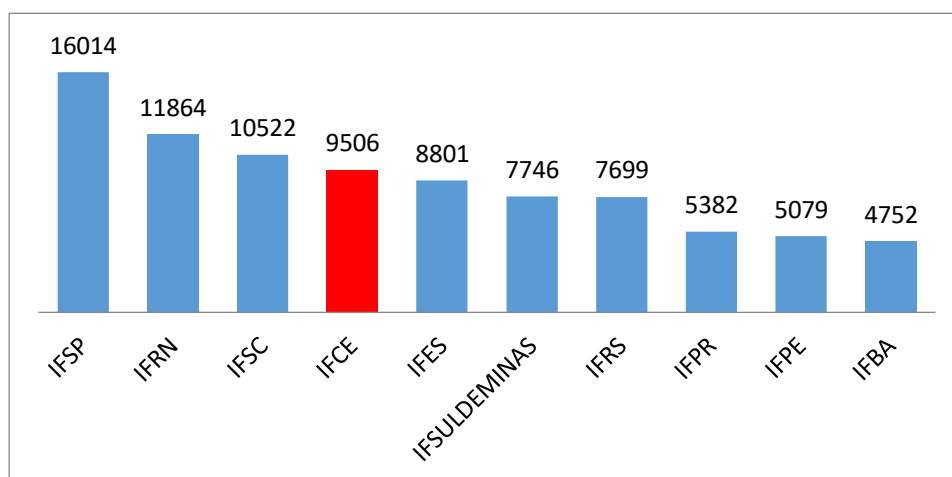
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Gráfico 4 – Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de ingressantes



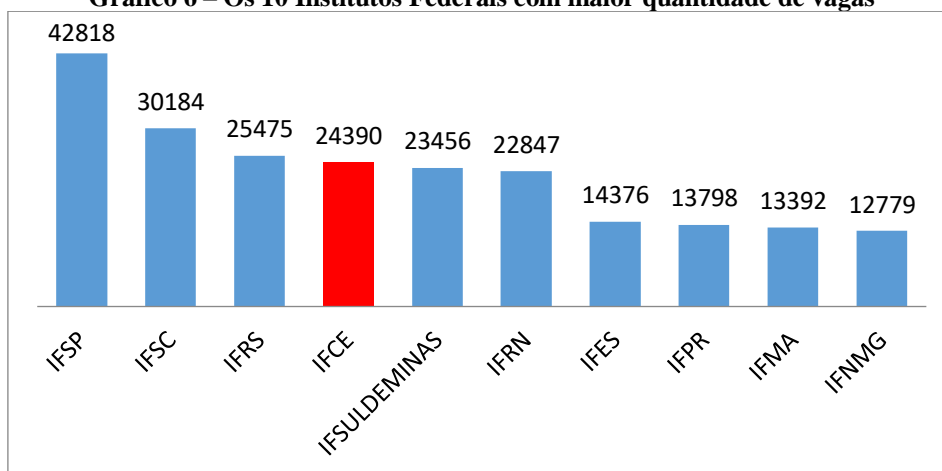
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Gráfico 5 - Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de concluintes



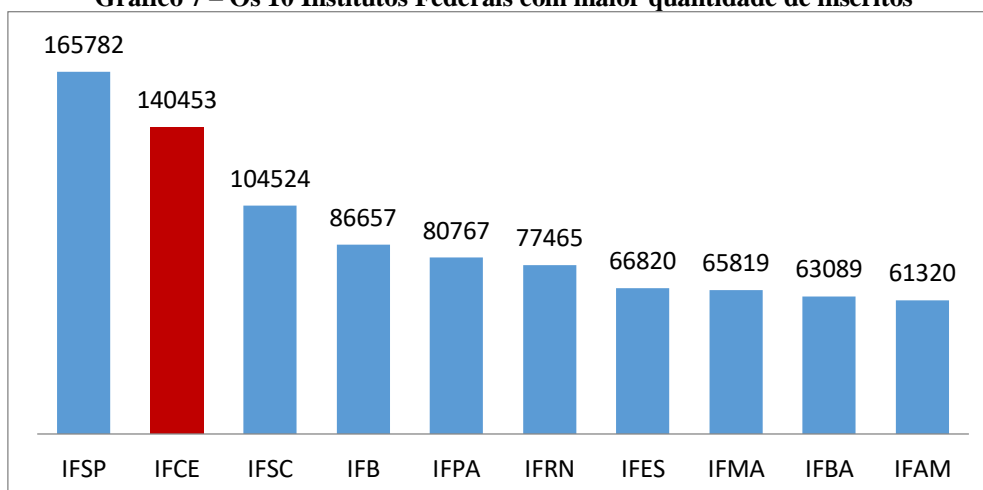
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Gráfico 6 – Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de vagas



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Gráfico 7 – Os 10 Institutos Federais com maior quantidade de inscritos



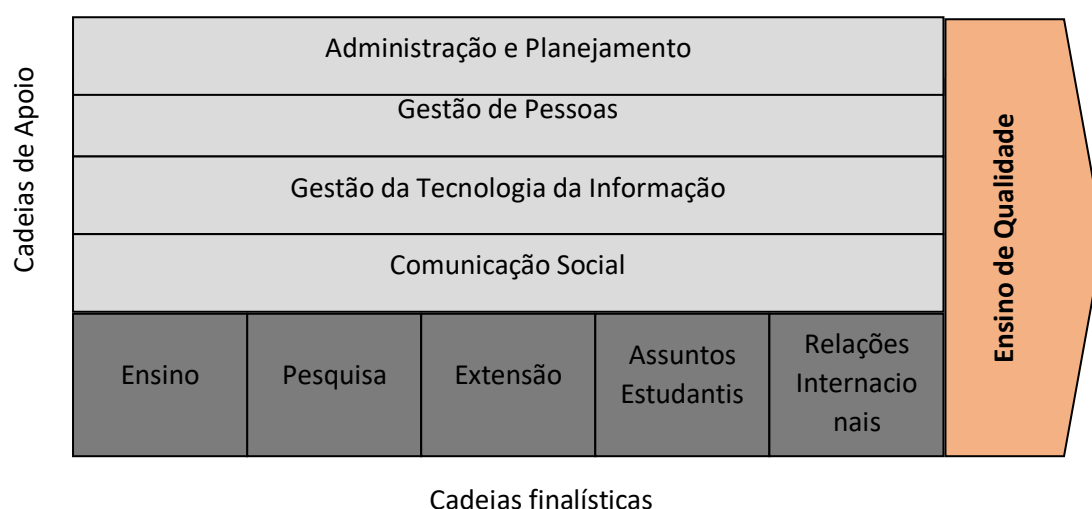
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, acesso em 22/03/2019.

Portanto, os indicadores apresentados mostram que, na área do ensino, o IFCE é considerado uma instituição de referência para a Rede EPCT.

No que diz respeito ao modelo de negócios do IFCE, está alicerçado por cinco atividades finalísticas: ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e relações internacionais. No entanto, para proporcionar as condições necessárias às atividades finalísticas, é imprescindível a realização das atividades de apoio relativas à administração e planejamento, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação e comunicação social.

Desta forma, a cadeia de valor integrada do IFCE é representada da seguinte maneira:

Diagrama 1 – Cadeia de valor integrada do IFCE



A cadeia de valor integrada compreende os mais importantes macroprocessos de negócios da instituição e apresenta os principais valores gerados para a sociedade. Nesse sentido, o quadro seguinte apresenta a unidade administrativa e o valor gerado em cada uma das cadeias finalísticas do IFCE.

Quadro 1 – Cadeias de valor finalístico do IFCE

Cadeia finalística	Unidade Administrativa	Valor Gerado
Ensino	Pró-Reitoria de Ensino	Formação e qualificação profissional científica e tecnológica
Pesquisa	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Inovação tecnológica e produção científica
Extensão	Pró-Reitoria de Extensão	Inclusão social e desenvolvimento local e regional.
Assuntos Estudantis	Diretoria de Assuntos Estudantis	Melhoria do desempenho acadêmico e permanência dos discentes
Relações Internacionais	Assessoria de Relações Internacionais	Intercâmbio de alunos e servidores entre órgãos nacionais e internacionais

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Os objetivos estratégicos constituem elo indissolúvel entre as iniciativas estratégicas e o referencial estratégico da instituição, definido para cumprir a missão, o alcance da visão do IFCE e fortalecer os valores da organização. Todas as ações são estruturadas em busca da melhoria da gestão, do aumento da eficiência, dos resultados e da desburocratização.

A estrutura de governança é elemento fundamental para a concretização dos objetivos estratégicos. A Alta Administração faz o monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas definidas nos planos institucionais e, sempre que necessário, intervém diretamente, propondo políticas e diretrizes de atuação, visando ao desenvolvimento institucional.

Aos Conselhos cabe deliberar, propor, definir, sugerir e aprovar diretrizes para que se alcancem os objetivos estratégicos, e, também cumprindo papel importante, as instâncias internas de apoio que auxiliam os componentes da Governança no acompanhamento e análise dos resultados institucionais, além de sugerir medidas para impulsionar o alcance dos objetivos estratégicos.

Todas as unidades que compõem a Governança do IFCE se empenham para que os mecanismos institucionais garantam os resultados desejados pela sociedade.

O planejamento estratégico do IFCE é formalizado em um documento denominado de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é elaborado para um período de cinco anos e traz no seu bojo a filosofia de trabalho do IFCE e as principais diretrizes que orientam as suas ações administrativas e pedagógicas. Além disso, o PDI apresenta de forma clara e concisa a missão do IFCE e os objetivos e metas estratégicas planejadas para a sua vigência.

Dessa forma, durante o período de 2014 a 2018, o planejamento estratégico do IFCE foi composto de 38 objetivos que abrangeram todas as áreas estratégicas da instituição.

Os objetivos estratégicos definidos para o período 2014-2018 tiveram como propósito atender às seguintes prioridades:

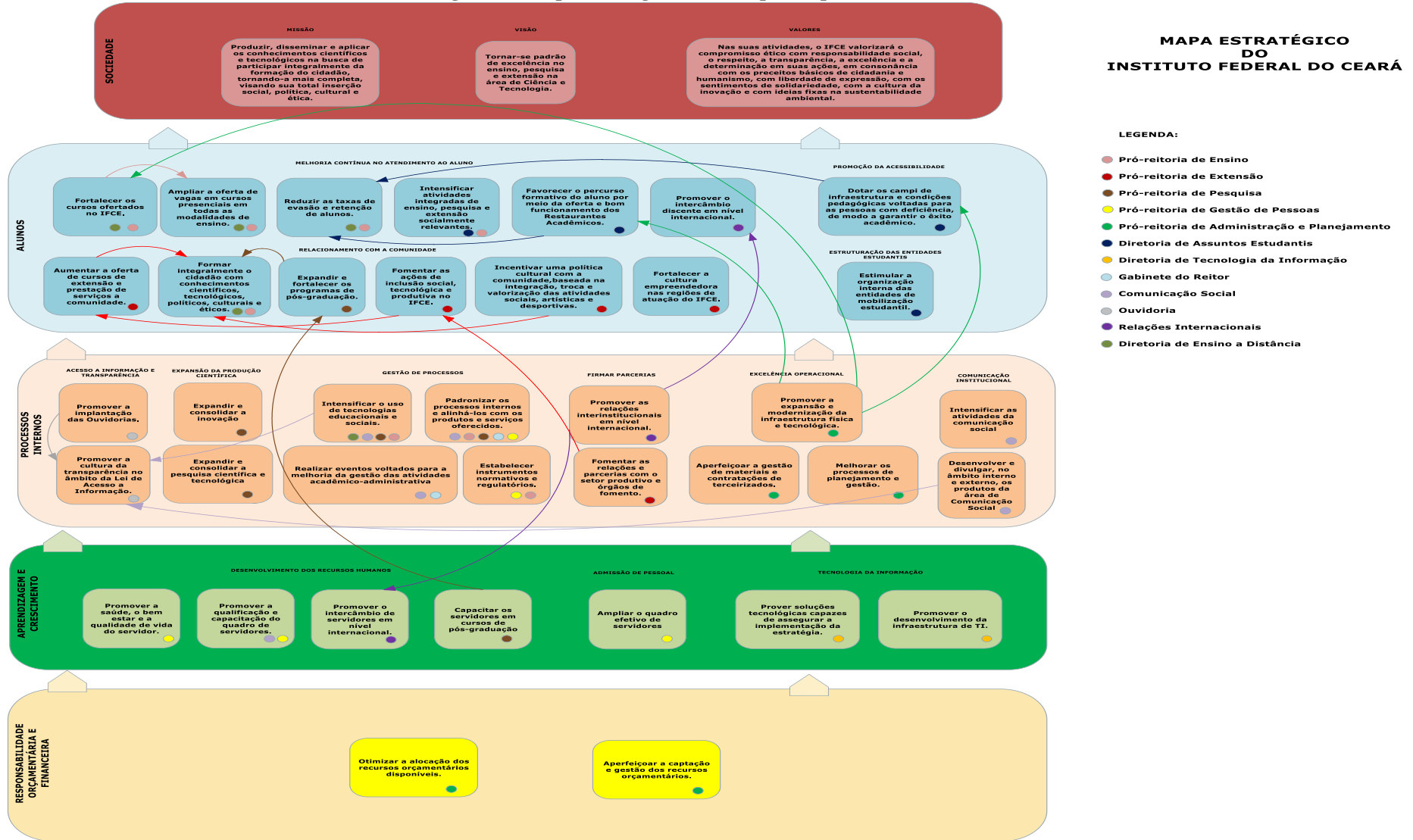
- Melhorar o atendimento ao aluno;
- Promover a acessibilidade;
- Ampliar o relacionamento com a comunidade;
- Estruturar as entidades estudantis;
- Promover o acesso à informação e a transparência;
- Expandir a produção científica;
- Gerir os processos;
- Firmar parcerias;
- Promover a excelência operacional;
- Intensificar a comunicação institucional;
- Desenvolver os recursos humanos;

- Ampliar o quadro de pessoal;
- Gerir a tecnologia da informação;
- Otimizar os recursos orçamentários.

Cabe destacar que as prioridades e os seus respectivos objetivos estratégicos foram definidos visando a atender às necessidades dos alunos, o aperfeiçoamento dos processos internos da gestão, o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e a efetividade dos recursos orçamentários.

A seguir, a figura apresenta o mapa estratégico do IFCE para o período 2014-2018.

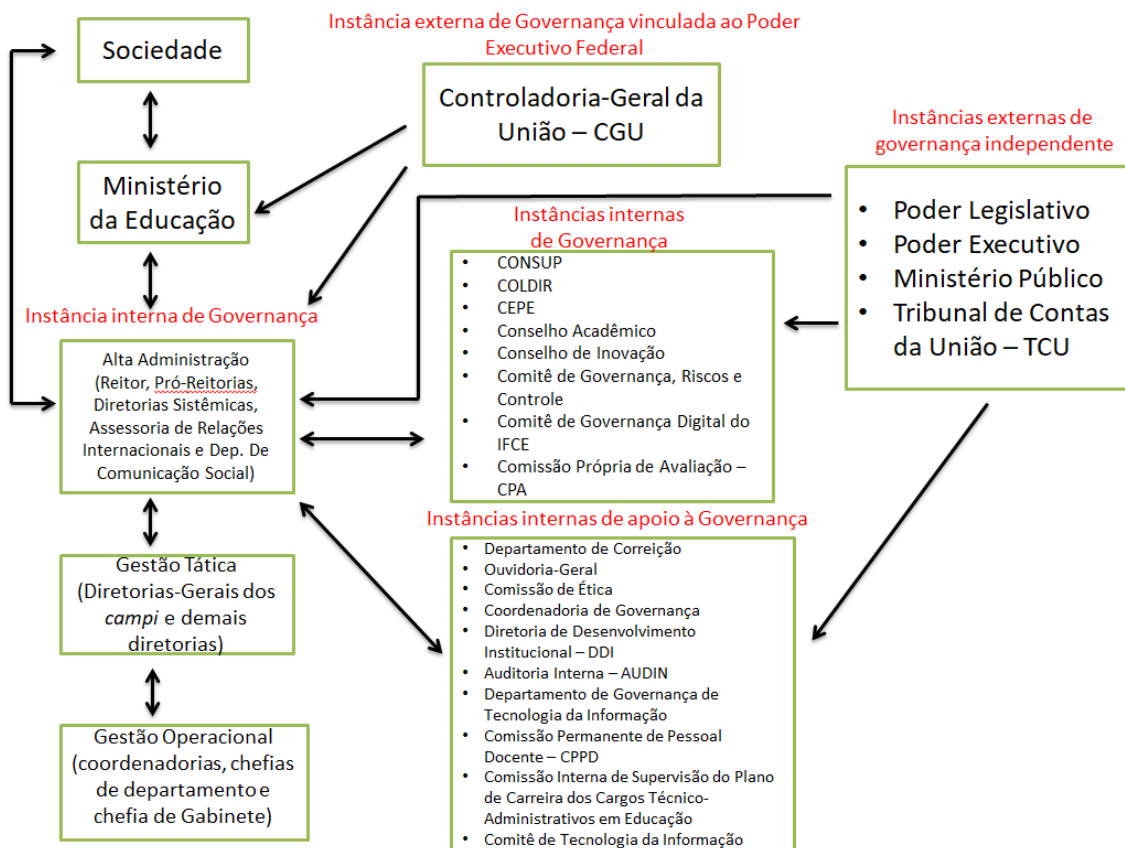
Figura 2 – Mapa estratégico do IFCE para o período 2014-2018.



Governança

Em linhas gerais, a governança corresponde a um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle, aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Nesse sentido, as estruturas de governança visam à transparência da gestão, eficiência e redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais.

Apresentamos de maneira esquemática o modelo de Governança do IFCE:



Desse modo, apresentamos as principais estruturas de governança do IFCE:

*** INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA:**

1) Alta Administração

Reitor – Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - José Wally Mendonça Menezes



Pró-Reitor de Ensino – Reuber Saraiva de Santiago



Pró-Reitor de Gestão de Pessoas – Ivam Holanda de Souza



Pró-Reitora de Extensão – Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq



Pró-Reitor de Administração e Planejamento – Tássio Francisco Lofti Matos



Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação – Carlos Maurício J. de Mattos Dourado Jr



Diretor de Assuntos Estudantis – Ana Caroline Cabral Cristino



Assessor de Relações Internacionais – Gutenberg Albuquerque Filho



Chefe do Departamento de Comunicação Social - Antônio José Pessoa de Alencar



2) Conselho Superior

O Conselho Superior – CONSUP, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE. Reúne-se bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

3) Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes – COLDIR é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

4) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, assume caráter deliberativo no âmbito das Pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Pós-Graduação e Inovação e Extensão.

5) Conselho Acadêmico

O Conselho Acadêmico, órgão de caráter consultivo dos diversos *campi*, objetiva subsidiar com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de ensino, de pesquisa e de extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

6) Conselho de Inovação

O Conselho de Inovação é o órgão consultivo e deliberativo, no âmbito da área de Inovação, que, subordinado à Reitoria, tem por finalidade subsidiar a Diretoria do Polo de Inovação de Fortaleza quanto ao atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a serem desenvolvidos pelo Polo.

7) Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos à tomada de decisões. O Comitê, cujos trabalhos se iniciaram em 30 de outubro de 2018, reunir-se-á trimestralmente e está em processo de elaboração de seus normativos.

8) Comitê de Governança Digital do IFCE

O Comitê de Governança Digital do IFCE, criado, no IFCE, a partir da Portaria nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe

a Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG.

9) Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos.

*** INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA:**

1) Auditoria Interna

A unidade de Auditoria Interna – AUDIN é o órgão técnico de controle, vinculado à Reitoria do IFCE, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em suas respectivas áreas de jurisdição. Desenvolve uma atividade de assessoramento à Administração de caráter essencialmente preventivo, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União.

2) Departamento de Governança de Tecnologia da Informação

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI e Reitoria. Entre suas atribuições, está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE, bem como sugerir projetos para melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado. O departamento faz o monitoramento das metas da área de TI e presta apoio ao Comitê de Tecnologia da Informação.

3) Departamento de Correição

O Departamento de Correição do IFCE, órgão ligado ao Reitor, faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

4) Diretoria de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover as políticas e o planejamento, estruturar os marcos legais, a base organizacional, assim como o desenvolvimento institucional. A diretoria faz o monitoramento das metas do PDI e presta apoio

às unidades estratégicas.

5) Coordenadoria de Governança

Atualmente, o IFCE possui a Coordenadoria de Governança, criada pela Portaria nº 999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018, e é composta por uma servidora designada como responsável pela Unidade de Gestão de Integridade. Além disso, a Portaria apresenta as competências e as atribuições da unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do IFCE.

6) Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria, integrante do sistema de ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, constituindo-se em instância de controle e participação social, responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos pelo IFCE, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

7) Comissão de Ética

A Comissão de Ética tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão a conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparados pelo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, e regimento próprio.

8) Comissão Permanente de Pessoal Docente

A Comissão Permanente de Pessoal Docente -CPPD prestará assessoramento ao reitor do IFCE, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

9) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo que acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação. Além de auxiliar a Alta Administração das políticas atinentes ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação.

10) Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

Órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, responsável pela proposição do alinhamento dos investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e da priorização de projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhando as necessidades e realidade de cada *campus* com as soluções de TIC disponíveis.

Ressaltamos, por fim, que o IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos, etc.

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

O cidadão poderá ter acesso às informações pertinentes ao IFCE por meio do sítio eletrônico institucional (www.ifce.edu.br), que reúne as principais informações sobre a IFE, além de servir de caminho para acesso aos demais canais de comunicação com a sociedade.

Para solicitar informações institucionais do IFCE, em cumprimento ao disposto na Lei 12.527/2011, o cidadão dispõe de Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) instalados na recepção central dos *campi* e da Reitoria. Poderá utilizar também, em meio eletrônico, o sistema que gerencia as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria-Geral da União (e-SIC/CGU), disponível nos endereços: www.lai.gov.br ou www.acessoainformacao.gov.br.

Para encaminhamento de manifestações (elogio, sugestão, solicitação, reclamação, ou denúncia) sobre o atendimento ou serviço prestado por setor ou agente do IFCE, o cidadão pode utilizar o Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal (e-OUV), disponível no endereço: www.ouvidorias.gov.br.

O cidadão também poderá dispor da intermediação da Ouvidoria, que está instalada na Reitoria, mediante agendamento, por meio do telefone (85) 3401-2333, ou pelo endereço eletrônico ouvidoria@ifce.edu.br.

Na página da Ouvidoria, no sítio eletrônico institucional (<http://ifce.edu.br/ouvidoria>), há *links* de acesso para cada um dos canais supramencionados, além dos objetivos, atribuições e relatórios de atividades da Ouvidoria do IFCE.

Além desses, o cidadão dispõe dos seguintes canais de comunicação:

- 1) Ferramenta “Fale Conosco”, disponível na página principal do sítio eletrônico (www.ifce.edu.br);
- 2) Carta de Serviços ao Cidadão, disponível na página principal do sítio eletrônico do IFCE e no rol das informações da aba Acesso à Informação, disponível no *link*: <http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf> . Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no *link*: <http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf/view>;
- 3) Ainda sobre assuntos referentes à Gestão de Pessoas, mas também sobre Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação Social, há *link* na página principal do sítio eletrônico do IFCE para a “Central de Atendimento” (<https://ifce.edu.br/centraldeatendimento>);

- 4) Perfis institucionais nas mídias sociais *Twitter* (https://twitter.com/IFCE_), *Facebook* ([www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educação-Ciência-eTecnologia-do-Ceará-IFCE/471223182903300](http://www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%AAncia-eTecnologia-do-Cear%C3%A1-IFCE/471223182903300)) e *Instagram* (<https://instagram.com/ifceoficial/>), administrados pelo Departamento de Comunicação Social;
- 5) Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias ao programa de rádio "IFCE no Ar" pelos telefones (85) 3401.2517 (DCS) e pelo e-mail ifcenoar@ifce.edu.br;
- 6) Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias para os demais canais de comunicação do IFCE (informativos impressos, vídeos do "VC no IFCE" no canal do IFCE no *Youtube* (TV IFCE), portal www.ifce.edu.br, Revistas IFCE e Mãos e Mentas, além de listas eletrônicas de e-mail) pelo e-mail comunicacao.reitoria@ifce.edu.br ou pelos endereços constantes nas páginas dos produtos sob a responsabilidade do Chefe do Departamento de Comunicação Social do IFCE.

A Ouvidoria utiliza Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para tramitação interna de manifestações recebidas pelos sistemas E-SIC e E-OUV, além das demandas recebidas pelos endereços eletrônicos institucionais.

Procedimentos adotados decorrentes das manifestações

Em 2018, foram exaradas 8 (oito) recomendações, documento de que se serve a Ouvidoria para dar os encaminhamentos das alterações de procedimentos que devem ser adotados para melhorar o atendimento ao cidadão e promover a transparência ativa, com vistas a atacar os assuntos mais recorrentes nas manifestações recebidas em 2018, endereçando-as às Unidades Estratégicas responsáveis.

A Ouvidoria do IFCE foi instituída em 2013 e vem-se consolidando como canal de comunicação e instância de participação e controle social, o que pode ser observado na série histórica que se segue:

Quadro 2- Manifestações recebidas pelo IFCE de 2013 a 2018

MANIFESTAÇÃO	2013-2014	2015	2016	2017	2018
Elogio	-	1	4	6	9
Sugestão	-	1	10	4	7
Solicitação	-	32	62	135	44
Reclamação	10	44	321	187	145
Denúncia	6	26	47	79	50
Comunicação	-	-	-	-	62
Informação	254	198	534	494	439

TOTAL	270	302	978	905	756
--------------	------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: Gerenciadores de e-mails do IFCE, Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU – 2013 a 2018

Figura 3 - Aferição do grau de satisfação do usuário



Fonte: painéis.cgu.gov.br

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Estão disponíveis, no sítio eletrônico institucional, as informações referentes à sua atuação, abrangendo, entre outros, os seguintes assuntos:

- Sobre o IFCE (apresentação, competências, missão, visão, valores, estrutura organizacional e histórico)
<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional>
- Sobre o acesso aos serviços prestados pelo IFCE (ingresso nos cursos, cursos por tipo e *campus*, editais de seleção)
<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/formas-de-ingresso>
<http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1>
<http://www.ifce.edu.br/aceso-rapido/concursos-publicos/>
- Sobre as principais Unidades Estratégicas do IFCE:
Reitoria
<http://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor>
Pró-Reitorias:
<http://ifce.edu.br/instituto/pro-reitorias>

Diretorias Sistêmicas

<http://ifce.edu.br/instituto/diretorias-sistemicas>

Conselho e Órgãos Colegiados

<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados>

Unidade de Auditoria Interna:

<http://ifce.edu.br/instituto/unidade-de-auditoria-interna>

Avaliação institucional

<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/cpa>

Principais normativos e documentos institucionais

<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>

Além disto, na página principal do *site* do IFCE, na aba Acesso à Informação (<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao>), pode-se encontrar o rol das informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Os NAPNEs – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas objetivam criar uma cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

O IFCE, por meio da Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial, vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação NAPNEs de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes com deficiência nos *campi*.

Hoje, a instituição possui 25 NAPNEs em funcionamento distribuídos em seus 32 *campi*, além de um Centro de Equoterapia em Iguatu, um Centro de Formação de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia, em implantação, em Limoeiro do Norte, um Núcleo de Tecnologia Assistiva e um grupo de pesquisa em Acessibilidade Virtual em Fortaleza. Atualmente, há onze profissionais tradutores e intérpretes da Libras que garantem a acessibilidade comunicacional de pessoas surdas em nossos *campi*.

Como resultado de pesquisa realizada entre os discentes, verificou-se que no semestre de 2018.1, o IFCE apresentou um total de 109 discentes matriculados com deficiência, apresentando os seguintes tipos de deficiência: física (39), visual (32), auditiva (22), intelectual (04), Transtorno do Espectro Autista – TEA (04), altas habilidades/superdotação (02), inteligências múltiplas (02), outras necessidades (03), não respondeu (01).

Referente à temática da diversidade, desde o ano de 2015, os *campi* do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, vêm realizando ações de estudo e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afro-brasileiros e

indígenas no Estado do Ceará, mediante os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), que, atualmente, totalizam vinte unidades com portaria aprovada, e cujos relatórios estão disponíveis ao público para fácil acesso na página do IFCE: [http://ifce.edu.br/proext/acessibilidade](http://ifce.edu.br/proext/ acessibilidade).

Além desses encontros, a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação de núcleos voltados a desenvolver ações para a promoção do acesso de discentes, assim como para a preservação e valorização da africanidade, cultura negra, história do negro no Brasil, em observância à Lei nº 10.639/2003, e de questões indígenas, regulando-se pela Lei nº 11.645/2008, no intuito de atender a diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Vale destacar que, anualmente, a PROEXT promove o lançamento do Edital PAPEX, que contempla as linhas de Educação e Direitos Humanos, sendo possível aos profissionais dos *campi* que trabalham com a temática da acessibilidade e diversidade enviar projetos que, ao serem aprovados, são contemplados com um recurso de R\$7.000,00 para pagamento de bolsistas.

Em relação às políticas afirmativas de direitos, atualmente o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que, em cada instituição federal de ensino superior ou ensino técnico de nível médio as vagas, sejam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício

Entende-se como risco a probabilidade da ocorrência de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de risco pode ser entendida como o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos.

Nesse sentido, o Instituto Federal do Ceará tem trabalhado no fortalecimento de seus controles internos na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos negativos inerentes às suas atividades. Entre as iniciativas adotadas, podemos citar as mais relevantes:

a) Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se, trimestralmente, um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício.

Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro. Nesses períodos, a Reitoria solicita aos Diretores de *campus* um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gestão de pessoas e administração geral, com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente.

Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

b) Plano de Integridade do IFCE

Atendendo às orientações da Controladoria-Geral da União na Portaria CGU nº 1.089/2018, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da alta Administração da instituição em manter os altos padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas.

A elaboração do Plano de Integridade foi realizada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle juntamente com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de Integridade, atualmente estruturada com apenas uma servidora, para acompanhar a execução do Plano.

O Plano apresenta o mapa de gestão de risco das áreas: Comissão de Ética, Correição, Auditoria, Ouvidoria, Conflito de Interesse e Nepotismo, Gestão da Integridade e Transparência, vinculadas ao assunto integridade e apontando os riscos e os tratamentos que serão executados durante todo o ano de 2019.

c) Plano de Providências Permanente

Todas as Pró-Reitorias, as Diretorias Sistêmicas, os *campi* e demais setores do IFCE são fiscalizados pela Auditoria Interna, em conformidade com o PAINT, em seus processos, e, mediante os resultados, são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, acaso apontado no relatório de auditoria.

Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são postos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente, que são as referências para a elaboração de manuais, sistemas e normas internas que direcionem os processos do IFCE à eficiência e, conseqüentemente, à mitigação dos riscos.

Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns à Reitoria e aos *campi* contribui para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição.

d) Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela alta Administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018; logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à Integridade. Atualmente, o Comitê está voltado para a elaboração de seus normativos internos e, futuramente, se dedicará ao mapeamento de processos que visam a fortalecer o controle interno de áreas estratégicas para uma boa gestão da instituição.

Todas as iniciativas citadas são voltadas para o fortalecimento do controle interno de áreas consideradas chaves para a boa gestão da instituição. Porém, cabe ressaltar que, em um futuro próximo, os controles internos relativos às iniciativas apresentadas deverão ser intensificados para atender ao disposto na Política de Gestão de Riscos do IFCE.

3.2 Quais são os riscos específicos que afetam a capacidade da UPC em alcançar seus objetivos no exercício e como a UPC lida com eles?

A gestão de riscos interage com o Planejamento Estratégico, auxiliando a instituição a identificar e tratar os riscos e implementar controles internos focados nesses riscos, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos definidos; logo, a gestão de risco é elemento essencial para uma boa governança.

Em 2018, realizaram-se a identificação e medidas de tratamentos dos principais riscos da Integridade que serão tratados no ano de 2019, quais estão disponibilizados no Plano de Integridade do IFCE, no site desta autarquia. Contudo, a Instituição não tem os demais riscos mapeados e tratados, portanto o propósito da instituição é envidar esforços para aprimorar as formas de identificação e tratamento dos riscos.

4. RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 Resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

O planejamento estratégico do IFCE para o período 2014-2018 contemplou 36 objetivos estratégicos, que foram definidos com vistas ao cumprimento da missão e visão da instituição e ao atendimento das demandas consideradas críticas para ela, como: aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, melhoria nos níveis de eficiência e eficácia dos procedimentos administrativos, desenvolvimento dos servidores e otimização dos recursos orçamentários.

Os objetivos estratégicos foram agrupados em quatro perspectivas: alunos, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária.

No que tange aos alunos, foram estabelecidos objetivos com o propósito de melhorar o atendimento, promover a acessibilidade e ampliar o relacionamento com a comunidade interna e externa. Já no tocante aos processos internos, o enfoque foi na transparência, expansão da produção acadêmica, melhoria dos processos, ampliação das parcerias externas e aperfeiçoamento da comunicação social. Na perspectiva sobre aprendizagem e crescimento, o IFCE visou à qualificação e capacitação dos servidores, bem como a melhoria na qualidade de vida no trabalho. Por último, quanto à responsabilidade orçamentária e financeira, priorizou a eficiência na alocação e gestão dos recursos orçamentários.

Para acompanhamento da consecução dos objetivos estratégicos, foi definido um conjunto de 50 indicadores que exprimem os resultados obtidos em todas as áreas estratégicas da instituição (ensino, extensão, pesquisa, inovação e pós-graduação, relações internacionais, assuntos estudantis, administração e planejamento e gestão de pessoas).

Os resultados obtidos nesses indicadores são apresentados a seguir:

Ensino

Objetivo estratégico: Ampliar a oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos em todas as modalidades e níveis no IFCE.

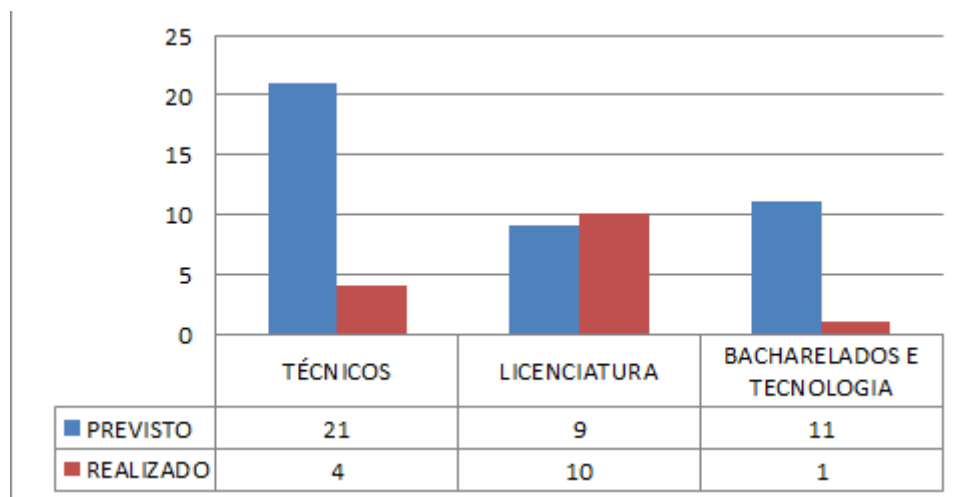
Este objetivo estratégico visa a atender à Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, a qual estabelece que os Institutos Federais deverão ofertar cursos, respeitando a oferta de 50% de vagas para ensino técnico, prioritariamente na forma integrada, e 20% para as licenciaturas, podendo também ofertar cursos de bacharelados, graduações tecnológicas e pós-graduações, respeitando as particularidades de cada região.

Indicadores de resultado:

- Cursos de licenciatura presenciais
- Cursos de Tecnologia, bacharelados e pós-graduações
- Cursos técnicos presenciais

Nesse sentido, adotou-se, como meta para 2018, a criação de 41(quarenta e um) cursos: 21 novos cursos técnicos, nove licenciaturas e onze cursos de tecnologia, bacharelados e pós-graduações. Todavia, nesse período, foram criados quinze cursos: quatro cursos técnicos, dez cursos de licenciatura e um curso de tecnologia.

Gráfico 8- Cursos criados em 2018



É possível perceber a necessidade de ampliação de vagas em cursos técnicos, considerando, nesse grupo, os cursos voltados ao atendimento do segmento jovem e adulto, e nas licenciaturas no IFCE.

Nesse panorama, o IFCE vem incentivando e priorizando a criação de cursos conforme as modalidades estabelecidas na legislação. No que diz respeito à obediência à

legislação de criação dos Institutos, o IFCE, por meio da Resolução Nº 100/CONSUP de 27 de setembro de 2017, aprovou o Regulamento para Criação, Suspensão de Oferta de Novas Turmas, Reabertura e Extinção de Cursos do IFCE, que vem contribuindo para uma melhor oferta formativa no Instituto, uma vez que, além de estabelecer critérios mais específicos quanto à prioridade da oferta de cursos técnicos e de licenciatura, garantiu a efetivação do Estudo de Potencialidades da Região, ou seja, a partir de então a implantação de cursos pelo IFCE passou a ser mais sintonizada com a lei de criação dos institutos, tendo em vista o olhar para as demandas do mundo do trabalho numa perspectiva regional. Como resultado destas ações pode-se destacar a predominância de cursos técnicos e de licenciatura criados.

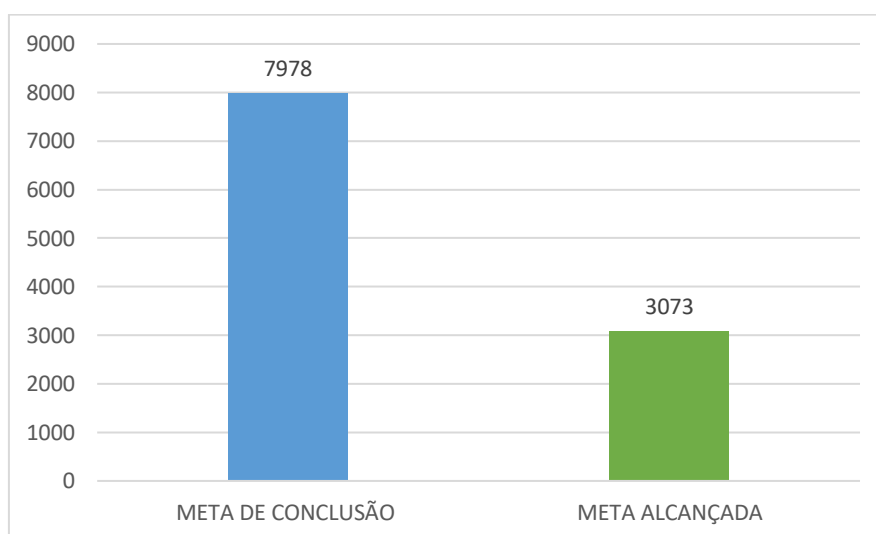
A ampliação gradativa da oferta de cursos técnicos e de licenciatura, em todos os *campi*, em atendimento aos percentuais da Lei de Criação dos IFs, se constitui como desafio constante e remanescente no IFCE. Para tanto, os passos tomados já se encontram acima elencados. Sendo assim, defendem-se a criação e o fortalecimento de uma política institucional cujo enfoque seja o crescimento estratégico e responsável da instituição, mediada pela Pró-Reitoria de Ensino e apoiada pelas demais pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *campi*, de modo a garantir que a escolha e a oferta de cursos se deem de forma sistêmica, orgânica e funcional, evitando sobreposições e sombreamentos internos, uma vez que isto implica em desperdício de infraestrutura humana, de material e de recursos públicos.

Objetivo estratégico: Formar integralmente o cidadão com conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, culturais e éticos.

Indicador de resultado: total de alunos formados em cursos de nível técnico, superior e de pós-graduação.

Para o exercício de 2018, o IFCE estabeleceu, como meta, 7 978 (sete mil, novecentos e setenta e oito) matrículas com a situação de “conclusão”. No entanto, ao final deste exercício, foram identificadas 3 073 (três mil e setenta e três) com a situação mencionada.

Gráfico 9- Alunos formados: meta planejada e meta alcançada 2018



Com o objetivo de fortalecer a qualidade do ensino e visando ao aumento do índice de acesso, permanência e saída com êxito dos alunos, foi aprovado, no ano de 2017, pela Resolução Consup nº 67 de 31 de julho de 2017, o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (PPE), cujo tempo de execução estende-se até o ano de 2024, seguindo o mesmo período de encerramento do Plano Nacional de Educação (PNE).

O PPE mencionado, construído pela comunidade acadêmica, apresenta: (i) diagnóstico quantitativo, apontando os indicadores de acesso, permanência e êxito estudantil; (ii) diagnóstico qualitativo, apresentando possíveis fatores que dificultam a promoção acadêmica dos discentes, e (iii) medidas de intervenção (MIs) pedagógica e administrativa para superação gradual desses fatores que dificultam o sucesso do estudante matriculado no IFCE, na sua trajetória acadêmica.

Dentre as 269 (duzentos e sessenta e nove) medidas de intervenção contidas no PPE, destacam-se algumas que a instituição já vinha desenvolvendo antes da implantação desse plano, como exemplo: o investimento em formação continuada docente, a contratação de mais docentes e técnicos administrativos, o alinhamento de matrizes curriculares, a construção de

resoluções e notas informativas relacionadas ao aspecto pedagógico, a atualização sistemática do Regulamento de Organização Didática (ROD) e a melhoria da estrutura física dos *campi*, que, aliás, continua em processo.

Ainda nessa perspectiva, no âmbito da educação física e do esporte, a Proen buscou promover as práticas esportivas como elemento importante para a formação ampliada, fortalecimento da identidade institucional do estudante, permanência e êxito estudantil. O Departamento de Educação Física e Esporte apoiou a realização dos Jogos do IFCE - Fase *Campus* em 23 *campi* da instituição, realizou os Jogos do IFCE em fases classificatórias regionais e final, envolvendo 2 980 estudantes da instituição; proporcionou e coordenou a participação das equipes esportivas da instituição na etapa regional dos Jogos dos Institutos Federais, com 160 estudantes; sediou e realizou os Jogos dos Institutos Federais - Etapa Nacional, reunindo em Fortaleza mais de 1 000 estudantes de toda Rede Federal; desenvolveu o programa Time IFCE com vistas ao fortalecimento do desporto escolar e universitário, realizando ciclos de treinamento e práticas esportivas e participando de eventos do sistema desportivo cearense e nacional.

Reconhece-se quão desafiador é a uma instituição educacional manter índices razoáveis de acesso, permanência e êxito estudantil, principalmente no que diz respeito à educação profissional e tecnológica que se destina a jovens e adultos. Há tanto aspectos pessoais e socioeconômicos do estudante como também aspectos relacionados à conjuntura socioeconômica do país e outras de ordem institucional que influenciam a sua permanência e êxito. Além disso, na educação, entende-se que os processos de melhoria não surtem efeito imediato quanto aos índices de conclusão acadêmica, pois essa possibilidade acontece de forma processual.

Na busca do alcance da meta, o IFCE dará continuidade à execução das atividades previstas no PPE, trabalhando no monitoramento da evolução dos índices de permanência e êxito e na consolidação da qualidade do ensino que oferta.

Objetivo estratégico: Padronizar os processos internos e alinhá-los com os produtos e serviços oferecidos.

O alinhamento de matrizes curriculares objetiva, no âmbito da gestão pedagógica do ensino, sanar possíveis discrepâncias que possam ocorrer entre elas, oportunizar o maior aproveitamento das disciplinas por parte dos discentes em situação de transferência, bem como conferir uniformidade às formações ofertadas pela instituição, sem desconsiderar, no entanto, os aspectos regionais que devem ser garantidos nos cursos ofertados.

Indicador de resultado	Meta prevista no período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018	% de realização
% das matrizes curriculares padronizadas	100%	17%	17%

O processo de padronização de matrizes curriculares encontra-se em andamento nos cursos técnicos e de graduação. No ano de 2018, foram alinhados os cursos de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária dos *campi* Quixadá e Maracanaú e Tecnologia em Redes de Computadores nos *campi* Canindé e Jaguaribe. A previsão para o exercício de 2019 é que sejam alinhados mais cinco cursos de graduação. No âmbito dos cursos técnicos, espera-se alinhar as matrizes acima apresentadas, bem como conduzir o alinhamento de mais dez cursos.

Atualmente, o IFCE possui 85 projetos pedagógicos distintos, entre técnicos e de graduação, dos quais 37 passaram por alinhamento ou possuem oferta única, perfazendo 43%, os demais, que não se encontram nesta condição, serão atualizados de modo que suas matrizes sejam alinhadas, bem como a estrutura pedagógica que cabe ao adequado andamento do curso.

Quadro 3- Cursos técnicos de nível médio ofertados simultaneamente nos *campi* do IFCE em processo inicial de discussão

Curso técnico	<i>Campi</i>
Técnico em Administração	Baturité e Tabuleiro do Norte
Técnico em Eletromecânica	Pecém e Jaguaribe
Técnico em Agropecuária	Crato, Iguatu, Tauá, Umirim, Limoeiro do Norte, Boa Viagem, Crateús e Sobral
Técnico em Hospedagem	Baturité e Guaramiranga
Técnico em Informática	Cedro, Crato, Fortaleza, Iguatu, Umirim, Aracati, Maracanaú, Morada Nova, Acopiara, Canindé, Jaguaruana, Tianguá e Umirim
Técnico em Química	Crateús, Fortaleza e Quixadá

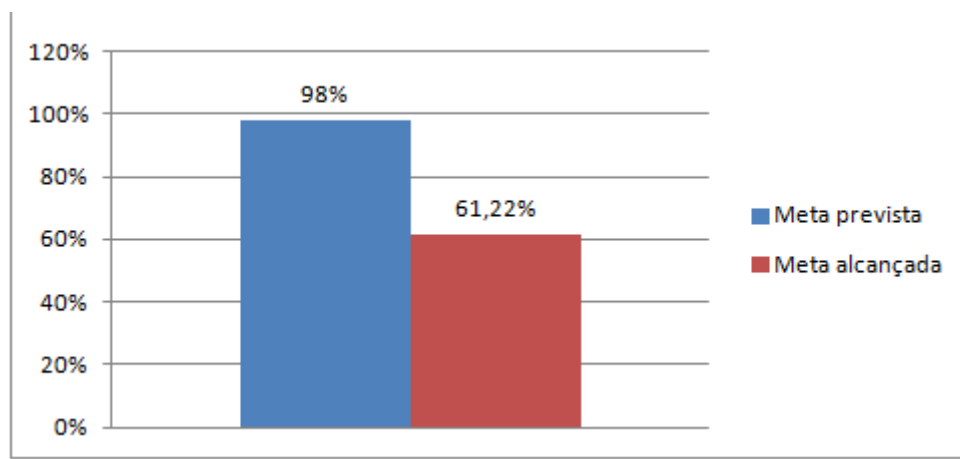
Registra-se, ainda, que a Pró-Reitoria de Ensino, a partir de 2018, vem conduzindo as ações de discussão da identidade do Ensino Médio Integrado nos *campi*, as quais se integrarão às atividades de alinhamento, tomando como ponto de partida as Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, elaboradas pelo Fórum de Dirigentes

de Ensino - FDE, promovido pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

Objetivo: Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais

Indicador de resultado: Relação de Pessoas Atendidas por Tecnologias Educacionais Assistivas

Gráfico 10 - Pessoas atendidas por tecnologias educacionais

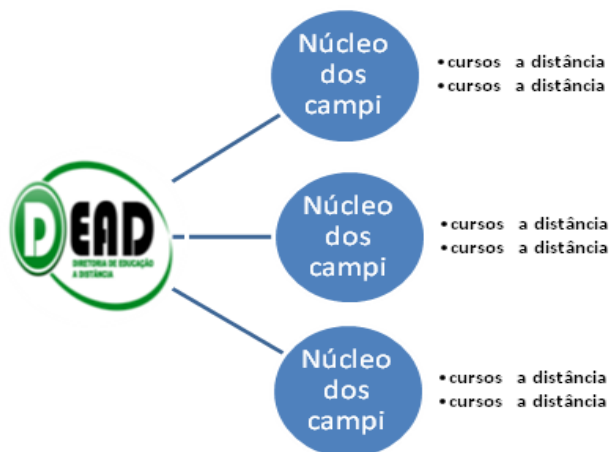


Como ação para promoção do alcance da meta, a Diretoria de Educação a Distância (DEAD) ofertou o curso de Especialização em Orientação e Mobilidade na modalidade a distância, o qual 108 concluíram.

Tecnologias educacionais e sociais

Em tempo, a utilização das ferramentas tecnológicas em situações didáticas tem um impacto significativo nos índices de permanência e êxito e, conseqüentemente, no processo de ensino e aprendizagem, pelo fato de disponibilizar, a qualquer tempo, conteúdos abordados pelo professor mediante computadores ou aparelhos celulares com acesso a internet.

Figura 4 - A DEAD promove a capacitação das equipes nos *campi*
Os *campi* ofertam cursos em EAD.



Os Núcleos doravante serão chamados de Equipe Técnica Multidisciplinar (ETM).

Podem-se elencar os fatores que influenciaram o alcance dos objetivos estratégicos no campo das tecnologias digitais:

Ações para promoção do alcance da meta:

- Adesão de alguns *campi* à oferta de cursos utilizando Tecnologias Educacionais;
- Aquisição de servidores mais potentes que proporcionaram melhor qualidade no acesso aos conteúdos propostos pelos cursos ofertados no ambiente virtual de aprendizagem;
- Visitas aos *campi* para orientação na implantação dos núcleos de educação a distância;
- Oferta de curso de Especialização em Orientação e Mobilidade na modalidade a distância.

Causas/impedimentos para o alcance dos objetivos:

- A limitação de atendimento da DEAD para capacitar os *campi* na operacionalização da ferramenta virtual de aprendizagem oferecida pelo IFCE;
- Falta de recursos humanos para melhor apoio aos *campi*;
- Espaço físico com *layout* desatualizado, dificultando, assim, a realização das atividades da equipe multidisciplinar da EAD;
- Desmembramento da equipe da DEAD em espaços físicos distintos, ficando parte da equipe na Reitoria e outra parte no *campus* Fortaleza.

Medidas tomadas para enfrentamento dos impedimentos para alcance da meta

- Aumento dos investimento em tecnologias;
- Aumento do quadro de servidores da DEAD para viabilizar a expansão da oferta de cursos utilizando as tecnologia educacionais;
- Empenho da Gestão em reformar o espaço físico localizado por trás do Espaço *Gourmet*, ambiente da Reitoria destinado à realização de refeições, para trazer a equipe multidisciplinar da EAD em definitivo para a sede da Reitoria.

Em 2018, a DEAD/PROEN apoiou, com o uso de suas tecnologias, além da oferta do ensino, outras ações da instituição, como: transmissões on line, gravação de vídeos institucionais e capacitação de servidores, apresentadas nos quadros que seguem.

Quadro 4- *Campi* que utilizaram tecnologias educacionais como apoio ao ensino presencial

<i>Campi</i>	Cursos	Período	Disciplinas	Alunos participantes
02	04	Diversos	21	595

Quadro 5- *Campi* que utilizaram tecnologias educacionais como ferramentas para capacitação

<i>Campi</i>	Cursos	Período	Alunos participantes
03	04	Diversos	90

Quadro 6- *Campi* que utilizaram tecnologias educacionais como ferramentas para oferta de cursos a distância em parceria, mediante programas conveniados

<i>Campi</i>	Programa	Curso	Nº de polos	Alunos participantes
02	02	08	15	1593

Quadro 7 – Capacitações promovidas no IFCE mediante tecnologias educacionais para servidores

CAPACITAÇÃO	Pró- Reitorias/ <i>campi</i>	Participantes
11	PROEN, PROAP Campus Boa Viagem Campus Fortaleza	780

Quadro 8 – *Campi* que utilizaram tecnologias educacionais para ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada

<i>Campi</i>	Curso	Participantes
4	9	232

Relações Internacionais

Objetivo estratégico: capacitar a comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros

Estabelecem-se como objetivos estratégicos a oferta de cursos de idiomas para a comunidade acadêmica e a criação de Centros de Idiomas nos *campi* do IFCE, visando a auxiliar no processo de internacionalização da instituição e ampliar o acesso da comunidade acadêmica aos programas de mobilidade internacional.

Em 2018, foram estabelecidas as seguintes prioridades para o atingimento das metas relativas ao objetivo estratégico em tela:

- Capacitar a comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros em parceria com os *campi* do IFCE;
- Realizar diagnóstico da infraestrutura física e de pessoal para a criação de Centros de Idiomas no IFCE;
- Realizar levantamento/atualização de dados sobre o número de professores de língua estrangeira nos *campi* do IFCE.

No período, as principais realizações relativas ao objetivo estratégico foram:

- Dezesete *campi* do IFCE ofertaram 75 cursos de extensão em idiomas estrangeiros na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) para a comunidade acadêmica, tendo sido ofertados 34 cursos no semestre 2018.1 e 41 no semestre 2018.2, com um total de 1.966 matrículas.

A seguir, apresentam-se os gráficos com o desempenho do indicador relativo às metas do objetivo estratégico analisado.

Gráfico 11 – Total de Centros de Idiomas criados no período 2014-2018

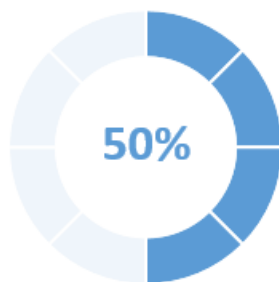
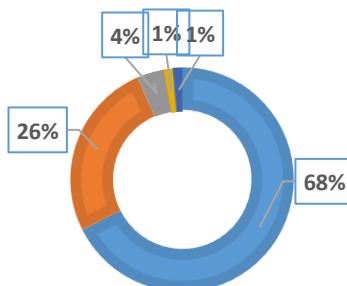


Gráfico 12 – Cursos ofertados em 2018 por idioma

■ Inglês ■ Espanhol ■ Francês ■ Italiano ■ Japonês



Embora vários *campi* tenham desenvolvido ações para o ensino de idiomas, apenas quatro deles já desenvolvem ações permanentes para a capacitação da comunidade em idiomas estrangeiros com ações mais estruturadas e contínuas, sendo, portanto, considerados no cálculo do atingimento da meta.

Entre as causas para o não alcance do objetivo traçado está a ausência de infraestrutura física e de pessoal para a criação de novos Centros de Idiomas nos *campi*. O quantitativo de docentes de idiomas, na maioria dos *campi*, ainda é insuficiente para a implementação desses centros. Os cortes e contingenciamentos orçamentários limitaram a expansão da estrutura física (espaço físico) de alguns *campi* e a contratação de novos profissionais, impactando o atingimento dessa meta.

Diante disso, as medidas tomadas foram a repactuação das metas para a criação de centros de idiomas nos *campi* e a elaboração de uma política de idiomas na instituição adequada à realizada atual e que possa ser implementada de forma coordenada em toda a instituição. Além disso, o ensino de idiomas foi incluído como tema estratégico no novo PDI do IFCE (2019-2023), e a elaboração e a efetiva implementação dessa política converteram-se em principais desafios para o IFCE quanto a esse tema.

O próximo passo será elaborar e implementar de forma efetiva e coordenada a política linguística, considerando o dimensionamento do corpo docente com habilitação em línguas estrangeiras nos *campi* e a estrutura e recursos disponíveis para essas ações formativas.

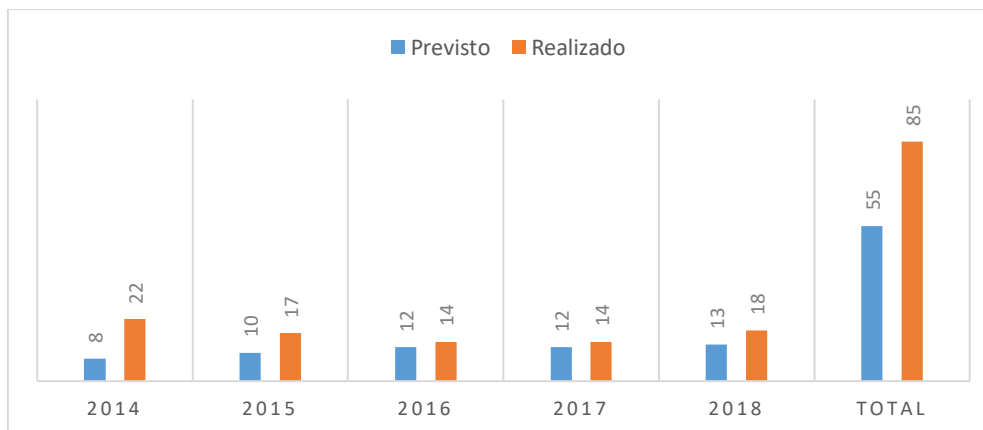
Objetivo estratégico: promover o intercâmbio discente em nível internacional

Em 2018, as prioridades estabelecidas para atingimento das metas relativas a esse objetivo estratégico foram:

- Execução do Programa de Bolsa IFCE Internacional;
- Execução do Programa de Bolsa para internacionalização dos mestrados;
- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G).

A seguir, apresentamos os gráficos com o desempenho dos indicadores relativos às metas do objetivo estratégico analisado.

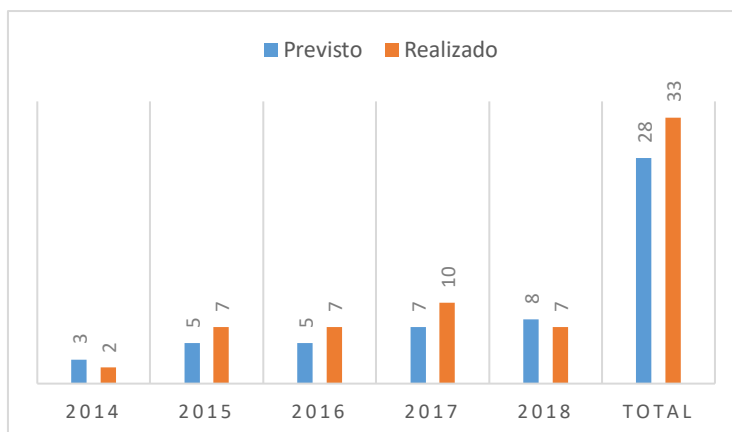
Gráfico 13 - Alunos enviados ao exterior (2014-2018)



* Referente aos alunos enviados com financiamento da própria instituição.

Conforme o gráfico do indicador acima, o IFCE superou a meta estabelecida para o envio de alunos ao exterior em todo o período analisado (2014-2018), tendo atingido 154% de desempenho nesse indicador, considerando apenas alunos enviados com financiamento da própria instituição. Se considerados os alunos enviados por fontes externas de fomento, como o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), ação conjunta do Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o número de alunos enviados ao exterior pelo IFCE no período foi de 209 estudantes.

Gráfico 14 – Alunos recebidos do exterior (2014 - 2018)



Conforme o gráfico do indicador acima, o IFCE superou a meta estabelecida para a recepção de alunos do exterior em todo o período analisado (2014-2018), tendo atingido 118% de desempenho nesse indicador.

O IFCE superou a meta estabelecida em seu PDI para o envio de alunos ao exterior para intercâmbio acadêmico e também conseguiu recepcionar um número de alunos estrangeiros maior que a meta estabelecida para o período.

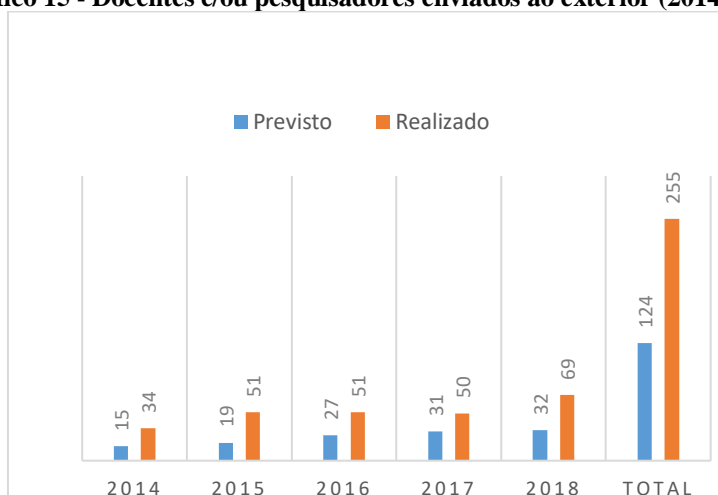
Objetivo estratégico: promover o intercâmbio de servidores em nível internacional

As principais realizações relativas ao objetivo estratégico, no ano de 2018, foram:

- Estabelecimento de sete novos acordos de cooperação com instituições exteriores;
- Trinta e três acordos de cooperação internacional vigentes com instituições estrangeiras;
- Participação do IFCE como uma das instituições brasileiras no estudo internacional do Núcleo de Estudos e Investigações em Ensino Superior do Mercosul – Mercosul Educacional;
- Participação do IFCE no Bramotec: ação de formação de formadores moçambicanos;
- Participação do IFCE em missão do CONIF em Portugal e Espanha.
- Envio de 80 servidores ao exterior (69 docentes e onze técnicos administrativos) em ações de capacitação e/ou qualificação no exterior.

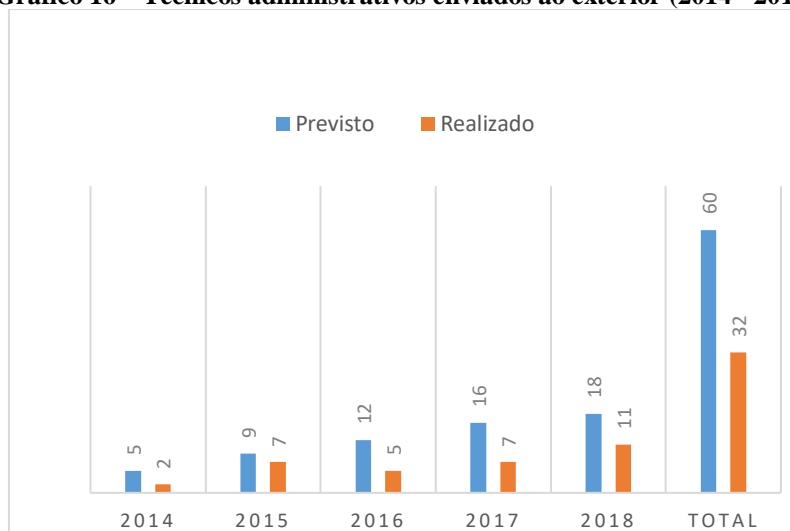
A seguir, apresentamos os gráficos com o desempenho dos indicadores relativos às metas do objetivo estratégico analisado.

Gráfico 15 - Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior (2014-2018)



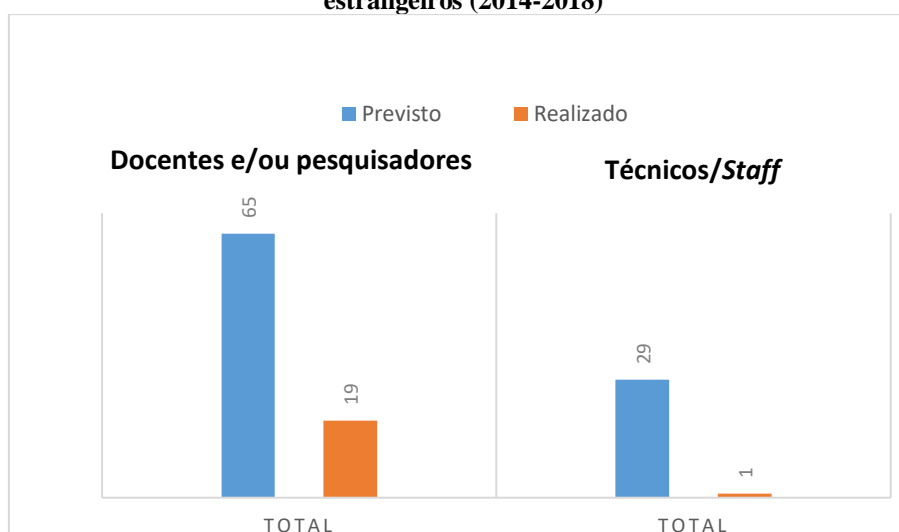
Conforme o gráfico do indicador acima, o IFCE superou a meta estabelecida para o envio de docentes/pesquisadores ao exterior em todo o período analisado (2014-2018), tendo atingido mais de 200% de desempenho nesse indicador.

Gráfico 16 – Técnicos administrativos enviados ao exterior (2014 - 2018)



Conforme o gráfico do indicador acima, o IFCE atingiu 53% da meta estabelecida para o envio de técnicos administrativos ao exterior em todo o período analisado (2014-2018).

Gráfico 17 - Mobilidade receptiva de docentes/pesquisadores e técnicos administrativos estrangeiros (2014-2018)



A participação de técnicos administrativos em ações de mobilidade internacional ainda é incipiente na instituição. Os contingenciamentos orçamentários limitam a participação desses profissionais, pois, quando há recursos disponíveis, eles acabam sendo investidos primordialmente em discentes e docentes.

A baixa proficiência da comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros também é fator limitante tanto para a mobilidade emissiva quanto receptiva de docentes e técnicos administrativos. Além disso, há pouco interesse de profissionais estrangeiros em realizar intercâmbio/pesquisa em instituições brasileiras devido a diversas circunstâncias nacionais adversas.

Diante disso, as medidas tomadas foram a celebração de acordo de cooperação visando a um programa para capacitação de servidores por meio da oferta de mestrado e doutorado na Universidade do Minho em Portugal. A efetiva implementação dessa política se converterá num dos principais desafios para o IFCE quanto a essa oportunidade de internacionalizar o segmento docente e o técnico-administrativo. Além disso, será necessário fortalecer as ações de capacitação e qualificação de servidores no exterior por meio das parcerias já existentes e por meio da chamada “internacionalização em casa”, promovendo ações formativas na própria instituição.

O próximo passo será implantar essa e outras ações em parceria com as pró-reitorias envolvidas e também com os *campi*.

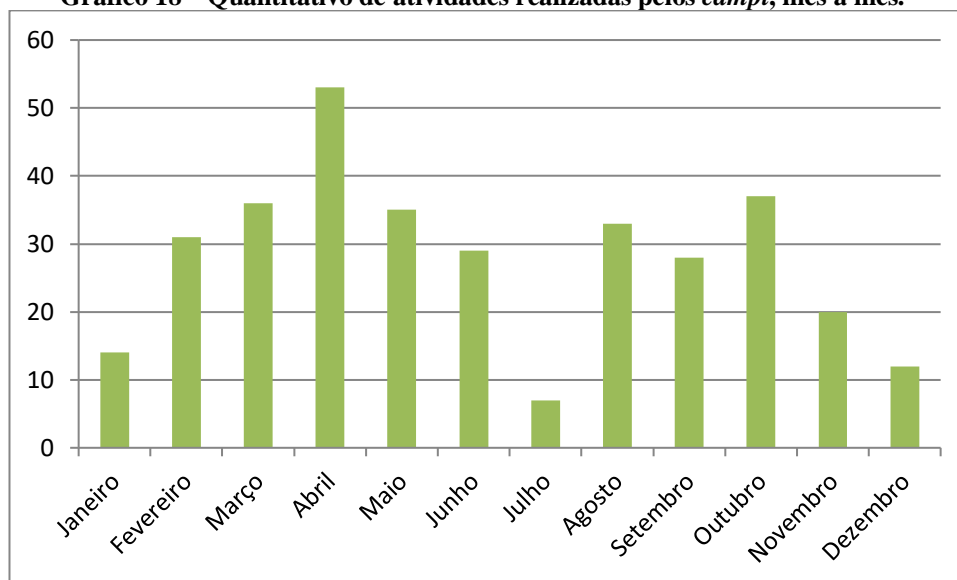
Assistência estudantil

Objetivo: intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes

Indicador: Total de campanhas educativas realizadas.

Para intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes, o IFCE, em reunião organizada em março com os gestores de Assistência Estudantil dos *campi*, organizou um calendário de ações pautado nas temáticas da Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFCE, regulamentadas pela Resolução nº 24 de 22 de junho de 2015: Trabalho, Educação e Cidadania; Saúde; Alimentação e Nutrição; Cultura, Arte, Desporto e Lazer. Por meio do sistema informatizado de Assistência Estudantil (SISAE), a execução das atividades (campanhas, palestras, oficinas) foi acompanhada nos 32 *campi* do IFCE. O gráfico de atividades, apresentado abaixo, abrange o quantitativo de atividades realizadas pelos *campi*, mês a mês.

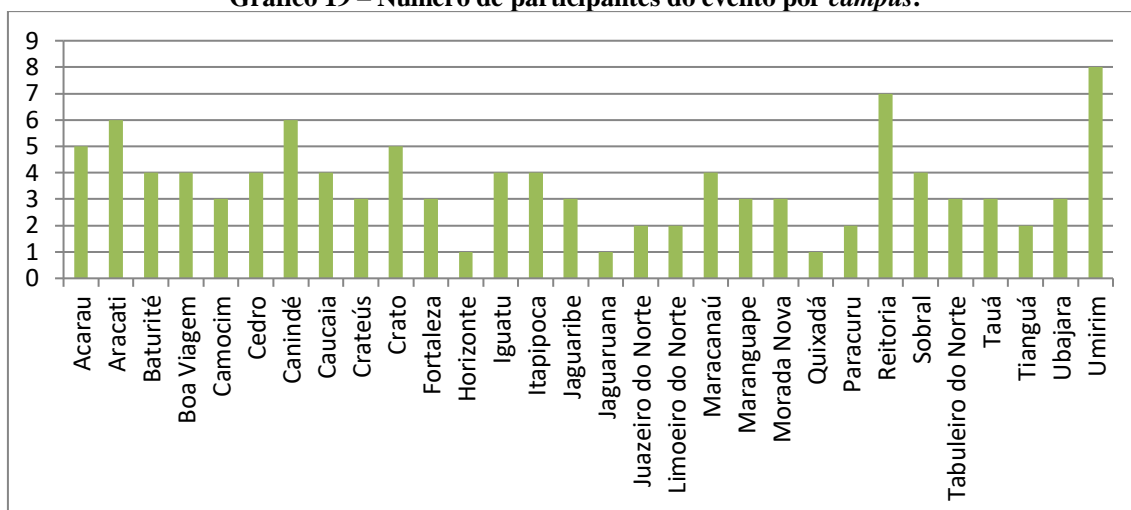
Gráfico 18 – Quantitativo de atividades realizadas pelos *campi*, mês a mês.



Fonte: Sistema Informatizado da Assistência Estudantil do IFCE.

Em agosto de 2018, o IFCE promoveu o IX Encontro de Assuntos Estudantis com a temática da cooperação no âmbito educacional, com a participação de 82 pessoas, sendo 57 servidores e 25 estudantes de 32 *campi*. O quadro a seguir demonstra o número de participantes do evento por *campus*.

Gráfico 19 – Número de participantes do evento por *campus*.



O evento visou a promover um espaço para alinhamento, fortalecimento e integração de propósitos das equipes de assistência estudantil.

De forma sistêmica, destaca-se a campanha de prevenção ao suicídio, em alusão ao setembro amarelo, realizada, nas mídias digitais, com apoio do Departamento de Comunicação Social da Reitoria e dos profissionais de saúde mental dos *campi* Boa Viagem e Caucaia e da Reitoria. Outra atividade relevante foi o lançamento do guia Diversidade Sexual: lutas e conquistas da população LGBT, uma ação importante para o reconhecimento dos direitos humanos como prática escolar, por meio do acolhimento da identidade do outro.

Objetivo Estratégico	Indicador de resultado	Meta prevista 2014-2018	Meta realizada 2014-2018	% de realização
Intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes.	Total de campanhas educativas realizadas	411	574	139,66%

O empenho, o compromisso das equipes de assistência estudantil e o apoio institucional contribuíram para a superação da meta proposta, apesar de a demanda por atendimento e serviços ser proporcionalmente superior ao contingente de profissionais.

Objetivo estratégico: favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos

Indicador de resultado	Meta prevista para o período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018	% de realização
% de alunos atendidos nos Restaurantes Acadêmicos	56%	53%	94,64%
Restaurante Acadêmico (RA) em funcionamento	8	4	50,00%

Em relação ao objetivo estratégico de favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos, em maio de 2018, o IFCE publicou o regulamento do Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE, na Resolução nº 56 de 28 de maio de 2018, a fim de uniformizar e padronizar o serviço de fornecimento de alimentação no âmbito do IFCE. No segundo semestre do ano, foi realizado um pregão sistêmico para a aquisição de produtos da agricultura familiar, em atendimento à Lei Nº11.947/2009. Outra ação importante foi a elaboração de orientações destinadas aos *campi* quanto à construção do Termo de Referência voltado para a aquisição de serviços terceirizados de alimentação.

Apesar de o recurso financeiro não ter sido suficiente para a construção de todos os Restaurantes Acadêmicos, foram desenvolvidas ações que estimularam alternativas para garantir o direito à alimentação escolar, entre elas: a terceirização do serviço com a entrega de refeições prontas em espaços institucionais transformados em refeitórios, como nos *campi* Caucaia e Canindé. Já o *campus* Limoeiro do Norte possui uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), onde produz as refeições dos alunos, sendo estas distribuídas em um espaço com mesas e cadeiras para acomodação.

Objetivo estratégico: estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil por meio da criação de grêmios e de Centros Acadêmicos

Indicador de resultado	Meta prevista no período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018	% de realização
Criação de Grêmios	10	7	70,00%
% de criação de Centros Acadêmicos	100%	73%	73,00%

Acerca do objetivo estratégico de estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil por meio da criação de grêmios e de Centros Acadêmicos, o IFCE acompanhou e apoiou, em termos logísticos e financeiros, eventos organizados pelos próprios estudantes: reuniões de Conselho de Entidades de Base dos estudantes que ocorreram nos *campi* Canindé (abril) e Fortaleza (agosto); II Congresso de Estudantes do IFCE em Crateús (dezembro); Encontro de Negros e Negras do IFCE em Maracanaú (junho) e Congresso de Tecnologias Ambientais e Químicas em Maracanaú (maio). Também apoiou a participação de estudantes em eventos de projeção nacional, como: o encontro do Conselho Nacional de Entidades Gerais e Encontro de Mulheres. Como resultado quantitativo do estímulo à organização interna das entidades de mobilização estudantil, foram concedidos 667 benefícios na forma de auxílios e alimentação.

A despeito de terem sido realizadas todas essas ações de fomento às entidades estudantis, a meta foi atingida parcialmente porque requeria uma iniciativa de organização dos próprios discentes.

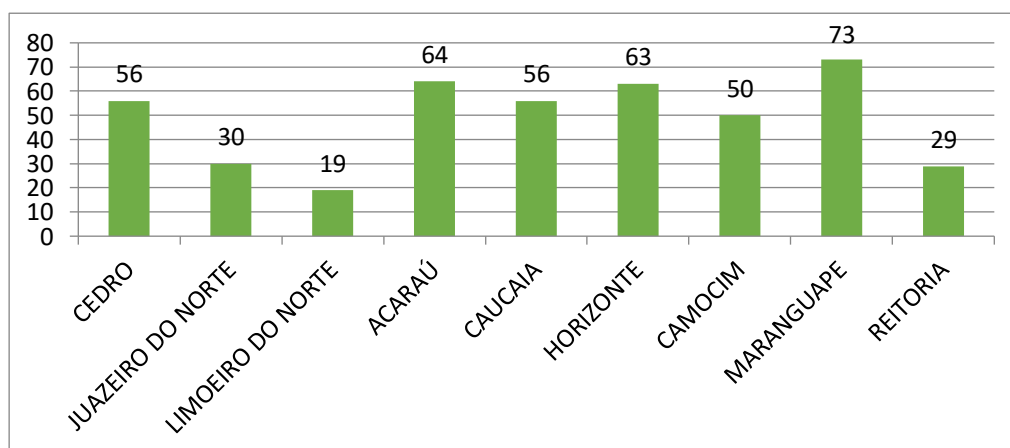
Objetivo estratégico: dotar os *campi* de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico

Objetivo Estratégico	Indicador de Resultado	Meta prevista no período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018	% de realização
Dotar os <i>campi</i> de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico.	Nível de satisfação do aluno com deficiência	83%	74%	89,16%
	Relação entre alunos ingressantes com deficiência severa e o total de alunos concludentes com deficiência severa	91%	43%	47,25%

Quanto à dotação dos *campi* de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico, nos anos de 2014 e 2015, o IFCE, por meio da DAE, realizou pesquisa de satisfação com os estudantes, com a verificação de aspectos arquitetônicos e pedagógicos, cujos resultados podem ser acessados pelo *link*: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/pesquisas>. Ainda em 2015, foi criada a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade, por meio da Portaria nº 509/GR, de 29 de julho, para elaborar a Política de Acessibilidade da instituição.

Em 2017, foi lançado o Guia de Inclusão do Estudante com Deficiência Visual, com versão também acessível, cuja intenção foi orientar estudantes e servidores sobre condutas e posturas baseadas no paradigma da inclusão. Nos anos de 2014, 2016 e 2018 evidenciamos a realização do I, II e III, respectivamente, encontro dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Outra ação importante em 2018 foi a realização de 19 cursos de extensão em Libras no IFCE, totalizando 440 cursistas. O público prioritário foi da comunidade externa, mas com participação também de servidores. A distribuição dos participantes, de acordo com o *campus*, está representada no gráfico seguinte:



Em 2018, a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), que acompanha e presta assessoria aos *campi* sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade, realizou 10 visitas por região do IFCE. As finalidades das visitas foram: firmar a política de inclusão e de acessibilidade para pessoas com deficiência, prestar orientações e indicar instrumentais para a implantação e monitoramento dos NAPNEs. Atualmente, o IFCE possui 25 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, um Centro de Equoterapia (Iguatu), um Núcleo de Tecnologia Assistiva (Fortaleza), um grupo de pesquisa em Acessibilidade Virtual (Fortaleza) e 12 profissionais tradutores e intérpretes da Libras.

Todo esse trabalho contribuiu tanto para o acesso, a permanência e o êxito dos alunos com necessidades específicas como para a integração com a comunidade externa. Entretanto, ainda é necessário avançar mais no que diz respeito à infraestrutura, ao acompanhamento sistemático aos discentes com deficiência e na formação dos nossos servidores no tema da inclusão.

Administração e planejamento

Objetivo estratégico: promover a expansão e modernização da infraestrutura.

O planejamento estratégico da área de administração e planejamento para o período 2014-2018 contemplou, principalmente, metas para as atividades de aquisição e infraestrutura. Nesse sentido, o indicador “licitações compartilhadas” foi estabelecido para a atividade de aquisição, enquanto o indicador de construção de novos *campi* foi associado à atividade de infraestrutura.

A seguir, o gráfico retrata o desempenho do indicador “licitações compartilhadas” no período 2014-18:

Gráfico 20 – Desempenho do indicador “licitações compartilhadas” no período 2014-18



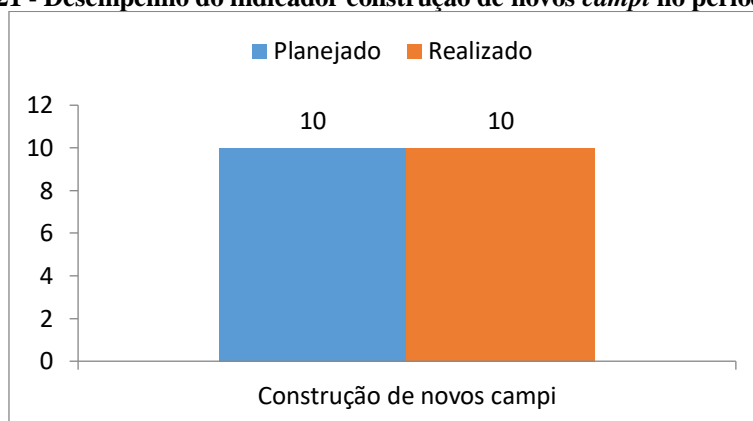
O indicador “licitações compartilhadas” apresentou um desempenho de 35%. O baixo desempenho deveu-se, principalmente, a um equívoco no entendimento desse tipo de licitação. De acordo com a Diretoria de Administração da PROAP, considera-se que um *campus* realizou uma licitação compartilhada quando o mesmo assume o papel de gerenciador do processo licitatório. No entanto, algumas unidades entenderam que, ao participar de um processo licitatório compartilhado, estariam realizando uma licitação desse tipo. Como consequência, o quantitativo planejado de licitações compartilhadas foi superestimado para o período em análise.

Destaca-se, entretanto, que o percentual de licitações compartilhadas realizadas foi suficientemente importante para disseminar a cultura de racionalização dos processos, assim como apresentou significativa redução do preço final contratado, representando significativo ganho de escala econômica.

Como medida corretiva dessa situação, foram elaborados documentos explicativos, capacitações e treinamentos com os servidores responsáveis pelas aquisições nos *campi*.

Em relação ao desempenho do indicador construção de novos *campi*, o gráfico ilustra o seguinte resultado:

Gráfico 21 - Desempenho do indicador construção de novos *campi* no período 2014-18



Destaca-se que todas as implantações de novas unidades planejadas para o período 2014-18, foram realizadas satisfatoriamente. Os *campi* planejados foram: Pecém, Jaguaruana, Guaramiranga, Boa Viagem, Horizonte, Paracuru, Acopiara, Itapipoca, Maranguape e Aracati.

Cabe ressaltar ainda que outros resultados significativos foram alcançados na área de administração e planejamento, conforme mostra o quadro:

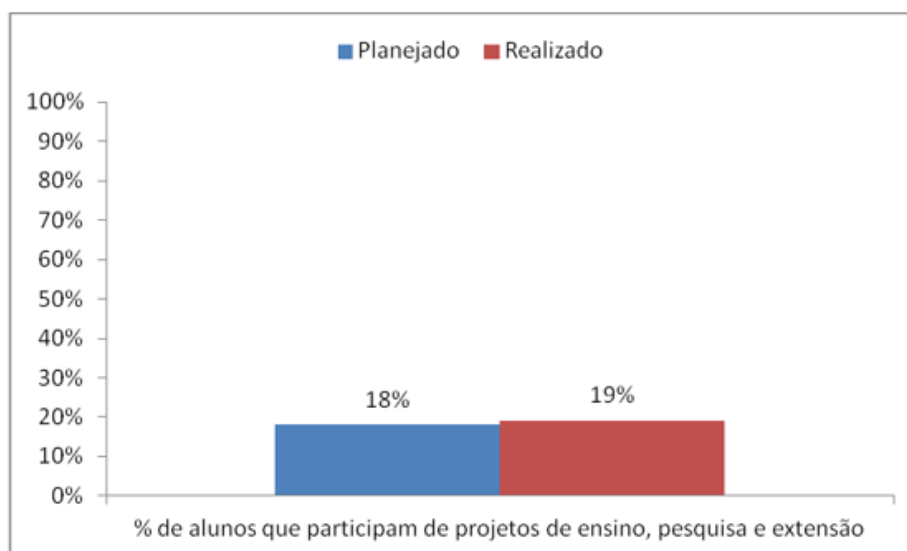
Quadro 9 – Valor agregado pelas atividades de administração e planejamento no período 2014-18

Atividade	Valor Agregado
Aquisições e contratações	Realização de 57 licitações compartilhadas no período de 2016 a 2018. Em 2018, foi obtida economia monetária de aproximadamente 27,00%, considerando a diferença entre os valores estimados e os homologados.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none">• Implantação da infraestrutura física de sete novas unidades (<i>campi</i>): Aracati, Boa Viagem, Horizonte, Paracuru, Acopiara e Maranguape.• Construção de doze blocos didáticos nos <i>campi</i> do interior do estado, do bloco de salas de aula e de pesquisa no <i>campus</i> Fortaleza e do galpão metalmecânico no <i>campus</i> Tabuleiro do Norte, totalizando mais de 68.000 m² de área construída entre 2013 e 2018.• Adequação de estruturas cedidas pelo poder público estadual e municipal; no caso, os <i>campi</i> Itapipoca, Pecém, Jaguaruana, Guaramiranga.
Segurança do trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de Relatórios de Avaliação e Prevenção de Riscos Ocupacionais (RAPRO) para 25 <i>campi</i>.• Realização de Avaliações Quantitativas de Riscos Ocupacionais para fundamentação técnica quanto aos adicionais de insalubridade.
Planejamento estratégico	Desenvolvimento de uma cultura de planejamento voltado para resultados em todas as áreas estratégicas do IFCE.
Gestão orçamentária	Implantação do Sistema de Captação da Proposta Orçamentária (SCPO), que permitiu maior celeridade no controle e acompanhamento da gestão orçamentária e proporcionou maior nível de eficiência na execução do orçamento no âmbito do órgão.
Gestão processual	<ul style="list-style-type: none">• Implantação do sistema eletrônico de informação, que reduziu o consumo de papel e dá maior celeridade e transparência na tramitação dos processos.• Emissão de normativos internos: manuais, instruções normativas...
Patrimônio	<ul style="list-style-type: none">• Patrimônio: 146 380 itens catalogados.• Implantação do Módulo SUAP Patrimônio, trazendo maior eficiência, transparência e controle sobre as rotinas de patrimônio;
Almoxarifado	Implantação do Módulo SUAP Almoxarifado, trazendo maior eficiência, transparência e controle sobre as rotinas de almoxarifado.
Frotas	Implantação do Módulo SUAP Frotas, trazendo maior eficiência, transparência e controle sobre a gestão da frota do IFCE.

Extensão

Objetivo estratégico: intensificar atividades integradas de Ensino, Pesquisa e Extensão socialmente relevantes.

Indicador: Percentual dos Alunos Participantes de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;

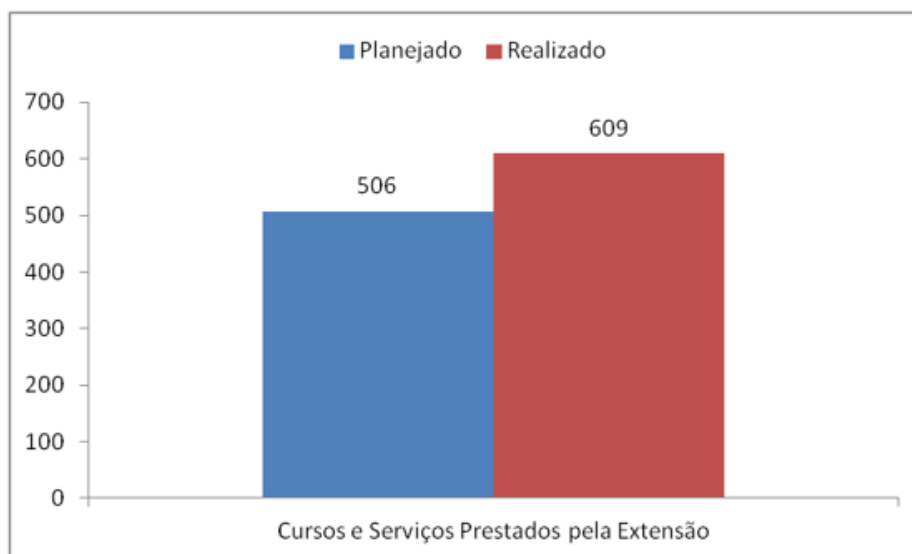


Desempenho de 105%.

Com relação ao percentual de alunos participantes de atividades de extensão, tivemos uma ampliação significativa da participação nesses cinco anos, com o lançamento e a realização das quatro edições do Programa de Apoio aos Projetos de Extensão – PAPEX, proporcionando a cada edital o fornecimento de 105 bolsas para atender aos 45 projetos selecionados no ano. Outras ações também contribuíram para a ampliação desse indicador, como: as jornadas de pesquisa e extensão realizadas por cinco *campi*, bem como o Universo IFCE, com a participação maciça de alunos envolvidos em atividades de pesquisa e extensão nas diversas áreas de atuação do IFCE. Além do mais, muitos projetos aprovados pelo PAPEX, mas que ficaram fora das vagas que receberam os recursos financeiros, são apoiados pelos próprios *campi*, ampliando, assim, a participação dos alunos.

Objetivo estratégico: aumentar a oferta de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade.

Indicador de resultado: cursos e serviços prestados pelo IFCE

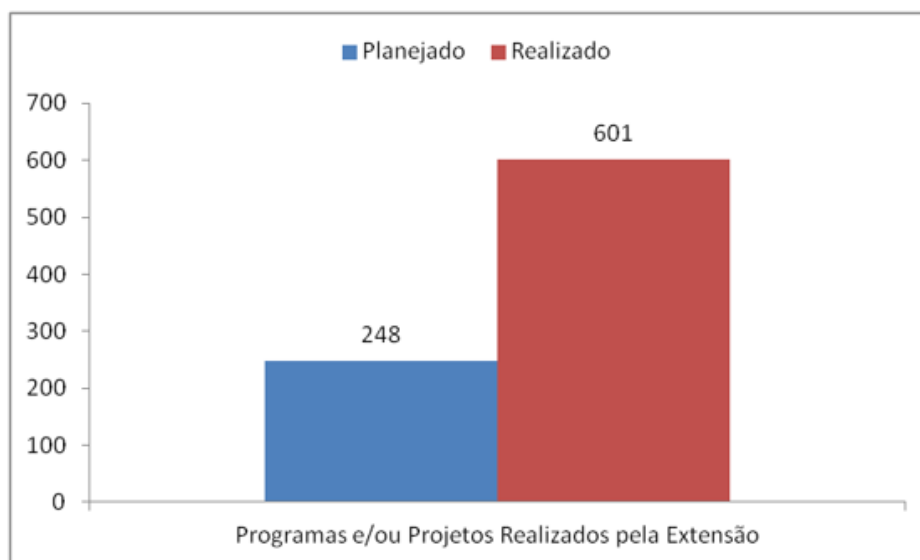


Desempenho de 120%.

Com relação à meta de cursos e serviços prestados, observamos que os cursos de formação inicial e continuada foram bastante ampliados em todas as áreas tecnológicas de atuação do IFCE, bem como nos 32 *campi*. O avanço no quesito “serviços prestados”, embora também tenha sido ampliado, ainda precisa de regulamentação interna que lhe dê agilidade, porém, mesmo com esse desafio, o índice alcançado foi superior à meta prevista, chegando aos 120%.

Objetivo estratégico: fomentar ações de inclusão social, tecnológica e produtiva no IFCE.

Indicador de resultado: programas e projetos realizados.

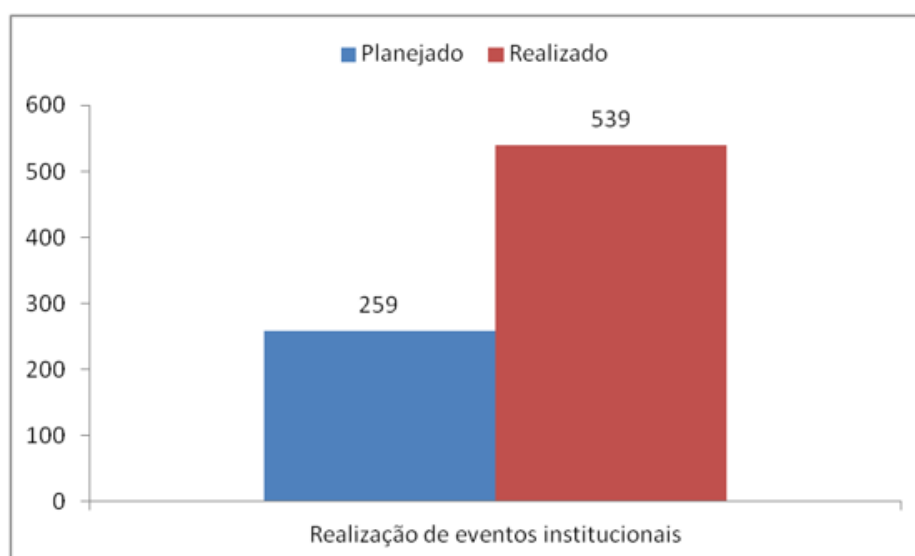


Desempenho de 242%.

Com relação à meta de programas e projetos realizados, também o índice foi melhorado com o PAPEX e com a prospecção de instituições públicas e privadas que firmaram parcerias como IFCE. Nesse indicador, os 32 *campi* realizaram 601 Programas /Projetos, batendo, portanto, a meta estabelecida ao atingir 242%.

Objetivo estratégico: incentivar uma política cultural com a comunidade, baseada na integração, troca e valorização das atividades sociais, artísticas e desportivas.

Indicador de Resultado: Realização de Eventos Institucionais

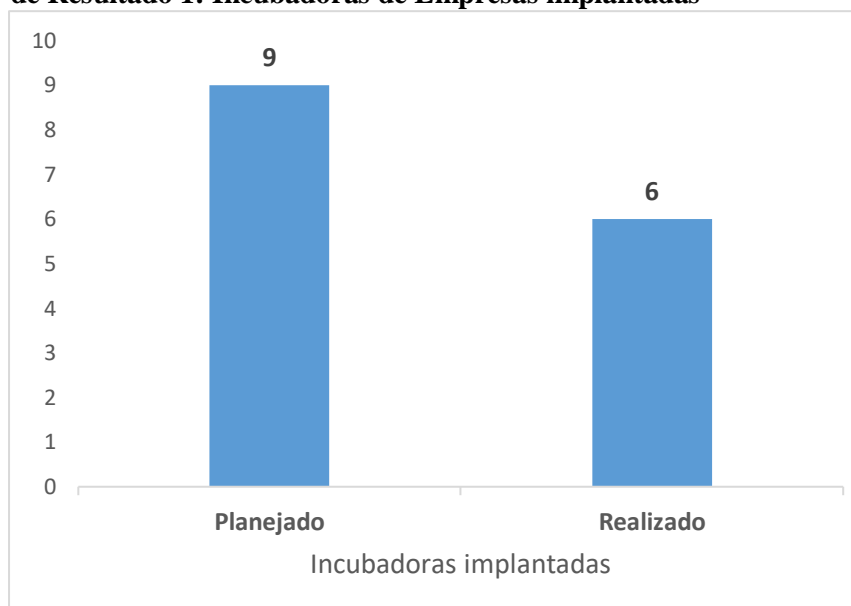


Desempenho de 208%.

Com relação a eventos institucionais, houve um crescimento significativo nos *campi*, levando-se em conta todos os eventos institucionais ligados à extensão e outras áreas finalísticas que envolvem a participação direta dos alunos em seminários, jornadas, apresentações e ações de empreendedorismo, apresentações artísticas e culturais, bem como atividades esportivas desenvolvidas em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino e com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Objetivo estratégico: fortalecer a cultura empreendedora nas regiões de atuação do IFCE

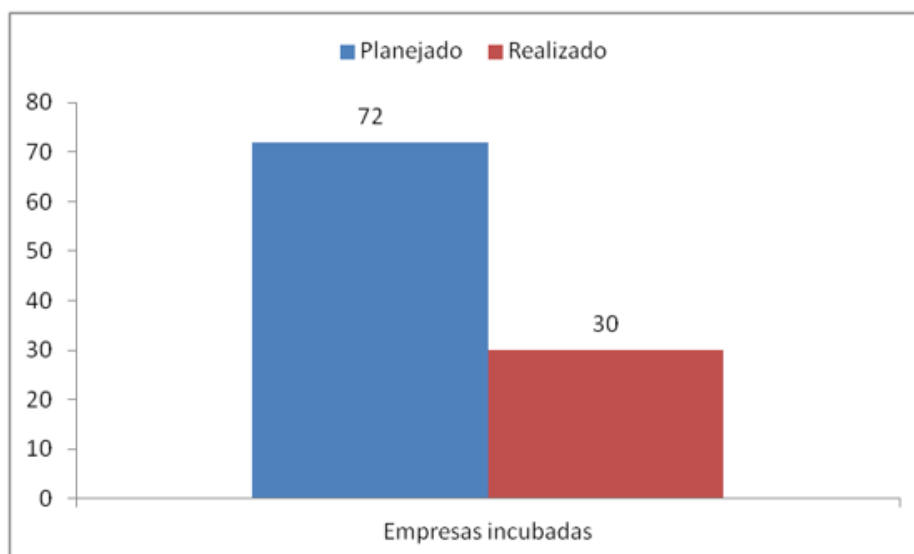
Indicador de Resultado 1: Incubadoras de Empresas implantadas



Desempenho 66,7%

Com relação à meta de implantação de 9 incubadoras de empresas no IFCE, não se conseguiu alcançá-la por diversos fatores apresentados pelos *campi* destacando-se: a falta de recursos para a adequação de espaço físico, bem como a remoção de servidores já capacitados para o processo de implantação. Porém, mesmo sem o alcance da meta estabelecida, no ano de 2018, houve avanço substancial na política de empreendedorismo, com a criação e o fortalecimento da Rede de Incubadoras de Empresas do IFCE, que foi lançada na I IFCE *Business Week* – Semana de Negócios do IFCE. Esse evento proporcionou ações estratégicas, tais como: implantação de mais uma incubadora, a do *campus* Maracanaú, totalizando 06 incubadoras no IFCE; criação do Centro de Empreendedorismo e Inovação – CEI no *campus* Tabuleiro do Norte, que irá atuar na preparação e sensibilização do *campus* para a implantação da sua incubadora, o *hackathon* realizado no *campus* de Limoeiro do Norte, bem como outras ações na área de empreendedorismo.

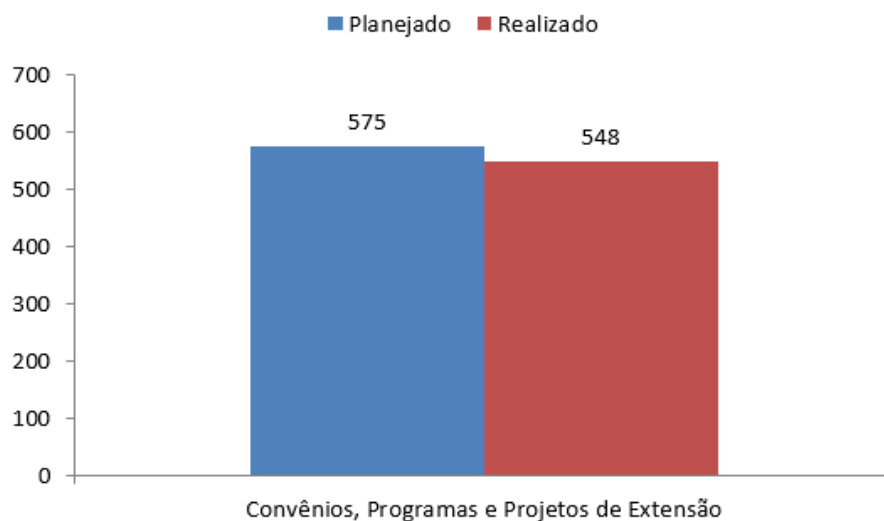
Indicador de resultado 2: empresas incubadas



Desempenho de 41%.

Com relação ao número de empresas incubadas, não atingimos a meta proposta uma vez que este indicador dependia diretamente do indicador “implantação de incubadoras nos *campi*”, que não foi alcançado integralmente.

Objetivo estratégico: fomentar as relações e parcerias com o setor produtivo e órgãos de fomento



Desempenho de 95%.

Indicador de resultado: convênios, programas e projetos firmados

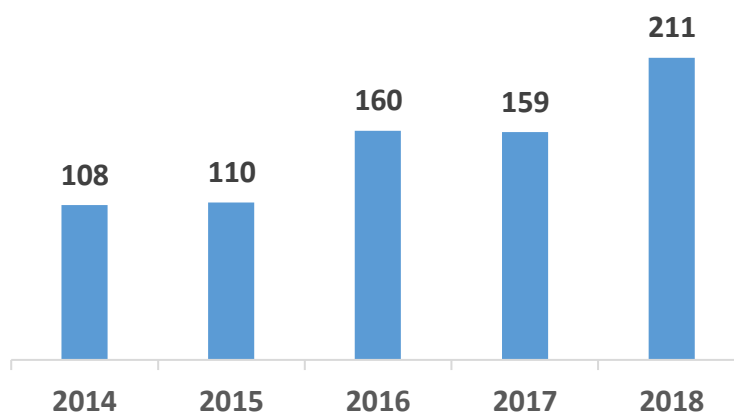
Como estímulo ao empreendedorismo, foi também implantada a primeira Empresa Júnior do IFCE, no *campus* Fortaleza. A formalização da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, para desenvolvimento do projeto Conexão FIEC/IFCE, também permitiu a realização de ações de empreendedorismo nos *campi* Fortaleza e Maracanaú. Um evento em rede, organizado pelas seis incubadoras implantadas com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, a I IFCE *Business Week* – IBW promoveu, nos *campi* do IFCE (Maracanaú, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Tianguá, Acaraú, Aracati e Iguatu), a aproximação entre a comunidade e a temática de empreendedorismo. Para ampliar a participação dos servidores nessas ações, foi lançado o edital de credenciamento de mentores, com o objetivo de ampliar as oportunidades dos servidores do IFCE a participarem de programas e projetos de empreendedorismo e inovação.

Os resultados qualitativos alcançados pela Extensão que proporcionaram o alcance dos indicadores são:

Programa institucional de apoio a projetos de extensão – PAPEX (2014 a 2018)

O Edital Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão – PAPEX tem permitido o suporte financeiro de 45 bolsas anuais para discentes como forma de incentivá-los.

Gráfico 22 - Total de projetos submetidos ao Edital Programa institucional de apoio a Projetos de Extensão -PAPEX



Acessibilidade e Diversidade Étnico-Racial

Gráfico 23 - Núcleos de Acessibilidade a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNES

Evolução dos Napnes

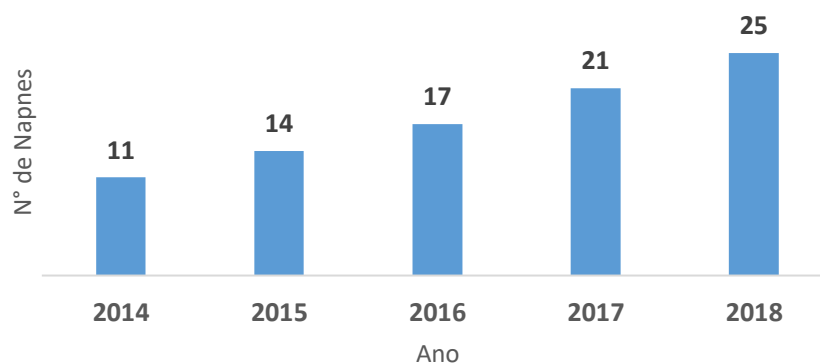
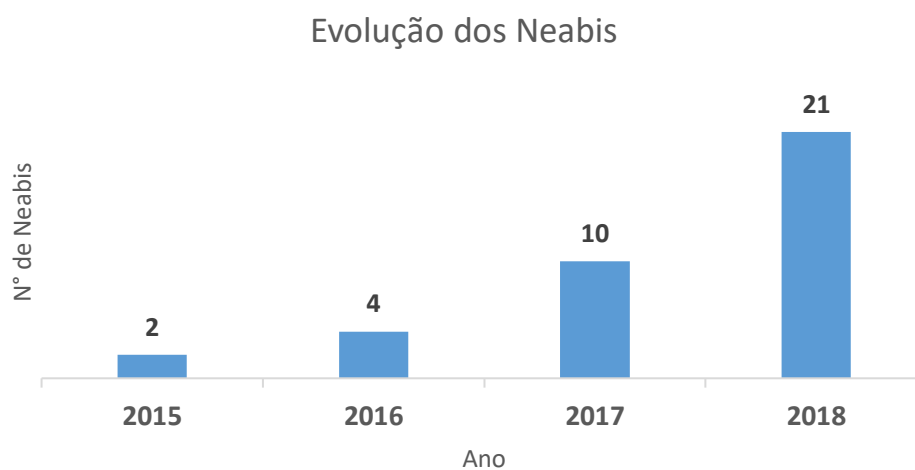
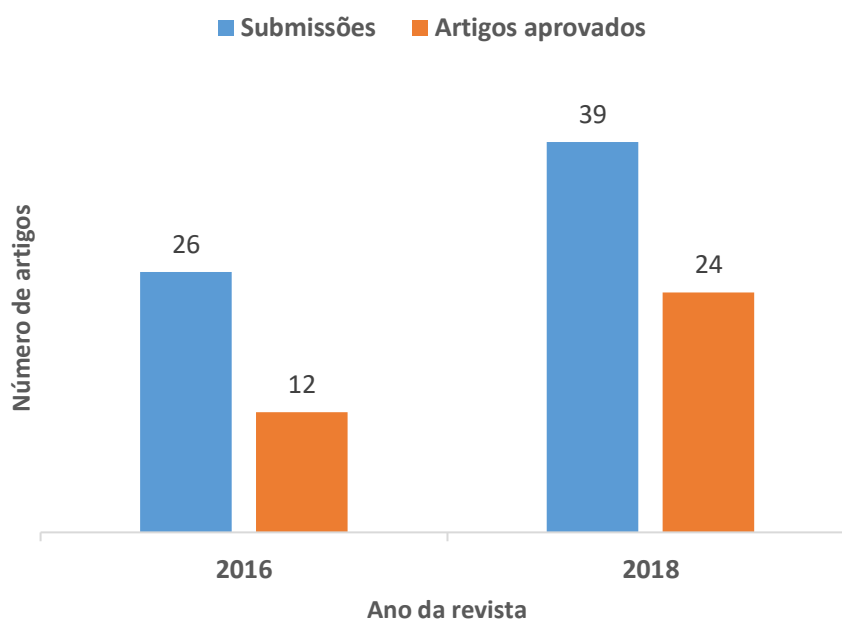


Gráfico 24 - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABIS



Revista

Gráfico 25 - Revista “Expressões da Extensão”



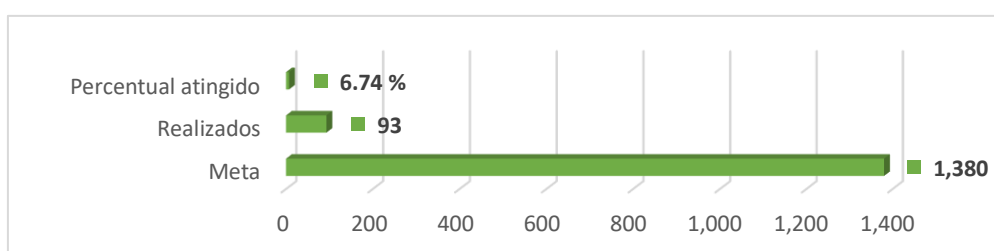
Gestão de pessoas

Objetivo estratégico: promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

O grau de atingimento do objetivo estratégico supracitado é obtido a partir dos seguintes indicadores: exames realizados; atividades desportivas e educativas e Programa Qualidade de Vida.

Exames realizados

A fim de dar cumprimento às determinações legais, estabeleceu-se como meta no PDI (2014-2018) a realização de exames periódicos em 1 380 servidores lotados nos *campi* da Região Metropolitana de Fortaleza.

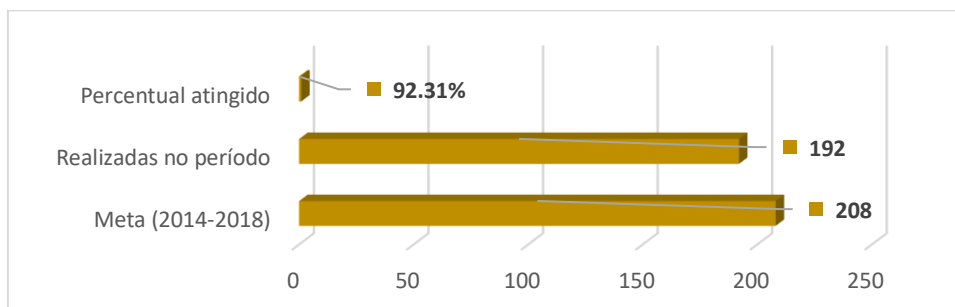


Fez-se necessária a contratação de empresa para viabilizar a realização dos referidos exames; para isso, em 31 de março de 2015, foi realizado o pregão eletrônico nº 8/2014 na tentativa de contratação de serviços de exames médicos periódicos. No entanto, o certame foi fracassado, ou seja, os participantes não lograram êxito nas fases de aceitação das propostas e/ou habilitação da documentação jurídica.

Dessa forma, o IFCE não conseguiu cumprir, no período 2014-2018, o indicador “exames realizados”, uma vez que o percentual de 6,74% não se refere à realização de exames periódicos, mas tão somente às campanhas realizadas pelos *campi*, tais como: vacinação, verificação de pressão arterial e aferição de glicemia.

Atividades Desportivas e de Lazer

Em se tratando das atividades desportivas e de lazer, observa-se que a meta foi cumprida quase totalmente, conforme gráfico abaixo:



Principais atividades desportivas e de lazer desenvolvidas

- Ginástica laboral
- Ginástica funcional
- Jogos dos servidores
- Corrida dos servidores
- Hidroginástica
- Voleibol
- Natação
- Futebol
- Basquetebol
- Ioga

ATIVIDADES	QUANDO ACONTECEM	ONDE ACONTECEM	PÚBLICO-ALVO
<i>Corrida dos Servidores</i>	Anualmente e preferencialmente no dia do servidor público	Na sede da Reitoria	Servidores e familiares
<i>Jogos dos Servidores</i>	Anualmente	<i>Campus</i> do IFCE	Servidores do IFCE

Programa Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)

Destaque-se que atualmente o IFCE é composto por 32 *campi*, além da Reitoria e do Polo de Inovação. O PQVT está implantado em 80% dos *campi* com atividades variadas. A meta por ser atingida, quanto ao referido indicador, era a implantação do PQVT em 16 *campi* do Instituto Federal do Ceará, o que foi atingido em 100%.

Dificuldades para atingir o que foi proposto no objetivo estratégico.

- Licitação deserta para fins de contratação de empresa para a realização dos exames periódicos;
- Pouca adesão dos servidores nas atividades desportivas e de lazer.

Objetivo estratégico: promover a qualificação e a capacitação do quadro de servidores

O objetivo estratégico definiu três indicadores, a saber: servidores qualificados em curso de nível superior; participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação e servidores capacitados e/ou aperfeiçoados.

A Política de Desenvolvimento do Pessoal do IFCE rege-se pelas diretrizes definidas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, dentre as quais podemos destacar: “incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais”; “estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional ao longo de sua vida funcional”; “elaborar o plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas”.

De acordo com os indicadores estabelecidos, abaixo descritos, observa-se que o objetivo estratégico foi atingido parcialmente.

Gráfico 26 – Servidores qualificados em nível superior

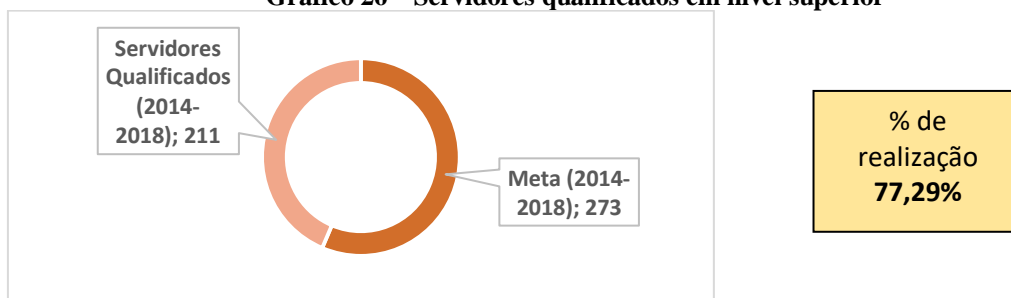
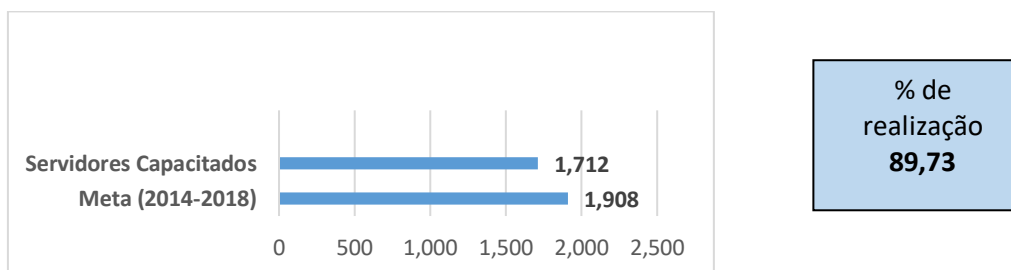
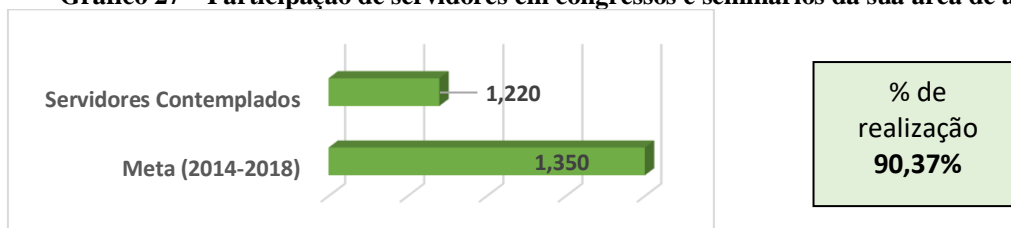
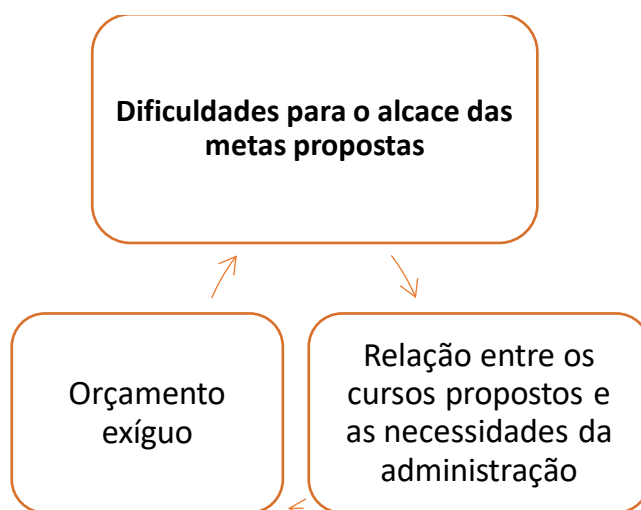
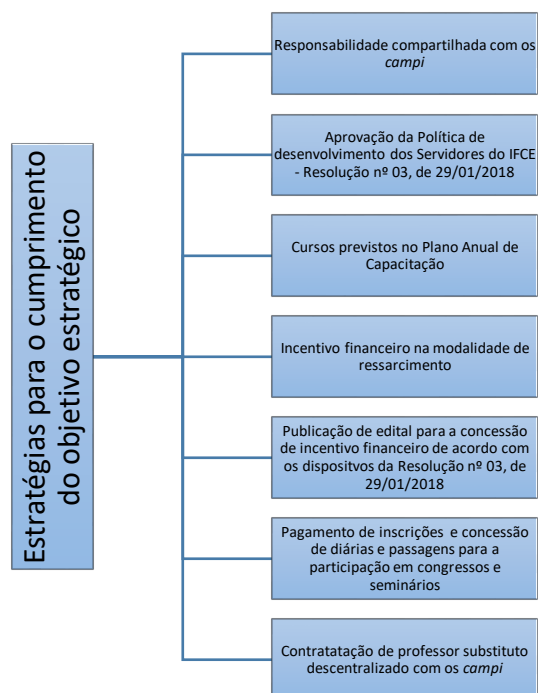


Gráfico 27 – Participação de servidores em congressos e seminários da sua área de atuação



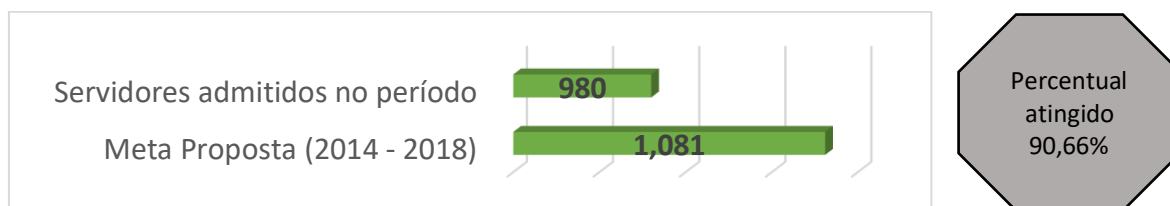


Ações futuras para que se atinja o percentual máximo do objetivo proposto;

- Implantação de sistema informatizado para:
 - ✓ acompanhar a capacitação/qualificação dos servidores;
 - ✓ dar celeridade aos processos de contratação de professores substitutos;
- Publicação, pelos *campi*, de edital para fins de incentivo financeiro para a realização de cursos da educação formal já no início do ano;
- Realização de cursos em parceria com a ESAF/ENAP na modalidade *in company*.

Objetivo estratégico: proporcionar a expansão e/ou reposição do quadro de pessoal do IFCE.

Para o referido objetivo estratégico, foi definido o seguinte indicador para o período de 2014-2018: servidores admitidos.



De acordo com o acima disposto, observa-se que a meta proposta foi atingida quase em sua totalidade.

Fatores que possibilitaram o cumprimento do indicador proposto:

- Expansão da rede com a abertura de novos *campi* do IFCE;
- Realização de concurso público para os cargos da carreira dos técnicos administrativos em Educação e para o cargo de professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – EBTT;
- Posse de 501 (quinhentos e um) servidores em 2017;
- Posse de 125 (cento e vinte e cinco) servidores em 2018.

Dificuldades para o alcance da meta proposta

- Em virtude de contingência orçamentária, só foi possível realizar nomeação de uma quantidade mínima de servidores.

Ações futuras

Para adequar a quantidade de servidores técnico-administrativos e docentes em cada *campus*, de modo a cumprir as determinações legais, o IFCE realizará as seguintes ações:

- Provimento de cargos da carreira dos técnicos administrativos em Educação de concurso público ainda vigente;
- Provimento de cargos da carreira de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de concurso público vigente;
- Solicitação ao MEC de distribuição de códigos de vagas para os cargos das carreiras dos técnicos administrativos em Educação e de professor EBTT para o IFCE;
- Realização de concurso público para as carreiras de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de técnicos administrativos em Educação.

Pesquisa e Inovação

Objetivo estratégico: expandir e consolidar pesquisa científica e tecnológica

Indicador de resultado	Meta prevista para o período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018	% Realização
Artigos publicados em periódicos Qualis A ou B	633	2245	354,66%
Captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação	R\$ 15 140 000,00	R\$ 6 548 386 (<i>campi</i>) + R\$13 532 246 (polo de inovação), totalizando R\$ 20 080 628,00	132,63%
Pesquisadores PQ e DT	53	10	18,87%
Projetos de Pesquisa e Inovação em Execução	3 100	3 185	102,7%

O objetivo estratégico de expandir e consolidar pesquisa científica e tecnológica visa a incentivar e acompanhar a demanda crescente de produção e resultados de pesquisa da nossa comunidade acadêmica.

Foram priorizadas ações que visaram a melhorar os resultados em quatro indicadores correlacionados ao objetivo estratégico: produção científica através da publicação de artigos em revistas com Qualis; captação de recursos externos de fomento à pesquisa; números de pesquisadores de produtividade e incremento do número de projetos de pesquisa executados na instituição.

Dentre as ações específicas para este objetivo estratégico, destaca-se a sistematização das proposições, acompanhamento e mensuração de índices das atividades de pesquisa executadas por nossa comunidade acadêmica. A Plataforma NL, solução de *software* em nuvem que permite observar continuamente indicadores, ainda se mostra como ferramenta proativa na identificação e correção de estratégias de melhoria das ações para otimização de resultados.

- Sobre o Qualis:

O número de publicações científicas com Qualis A ou B teve um crescimento efetivo no quadriênio de 2014 a 2018. Notadamente, a previsão de cerca de 633 publicações foi ultrapassada em quase 500% chegando a cerca de 3050 publicações verificadas nos currículos lattes de nossos pesquisadores.

- A captação de recursos teve números melhores e se deve principalmente ao fato de que o IFCE se tornou um polo Embrapii em 2016.

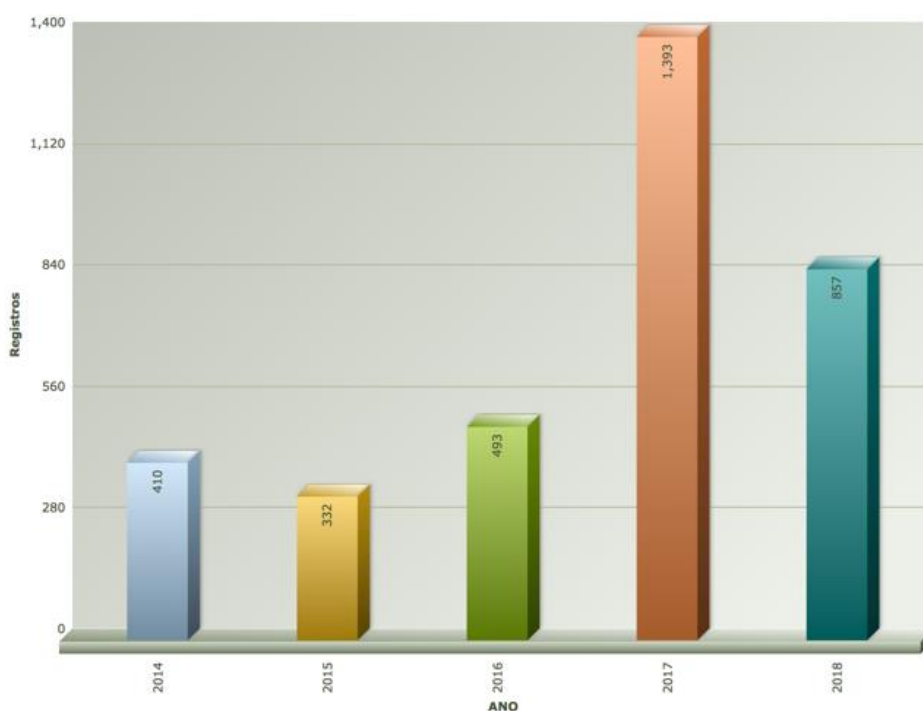
- No quesito pesquisadores PQ e DT, não foi totalmente alcançado o objetivo, e muito se deve à conjuntura do país e à redução de investimentos de expansão em pesquisa nos órgãos oficiais de fomento.
- O número de projetos teve seu número parcialmente alcançado devido à adoção de editais em fluxo contínuo a partir de 2017, que ampliou consideravelmente a possibilidade de registros de novos projetos com bolsistas voluntários. Além disso, a incessante busca por alternativas internas e externas de fomento de bolsas de IC permitiram também a ampliação desse número.

A redução de investimentos em pesquisa são as causas/impedimentos para o alcance dos objetivos desejados.

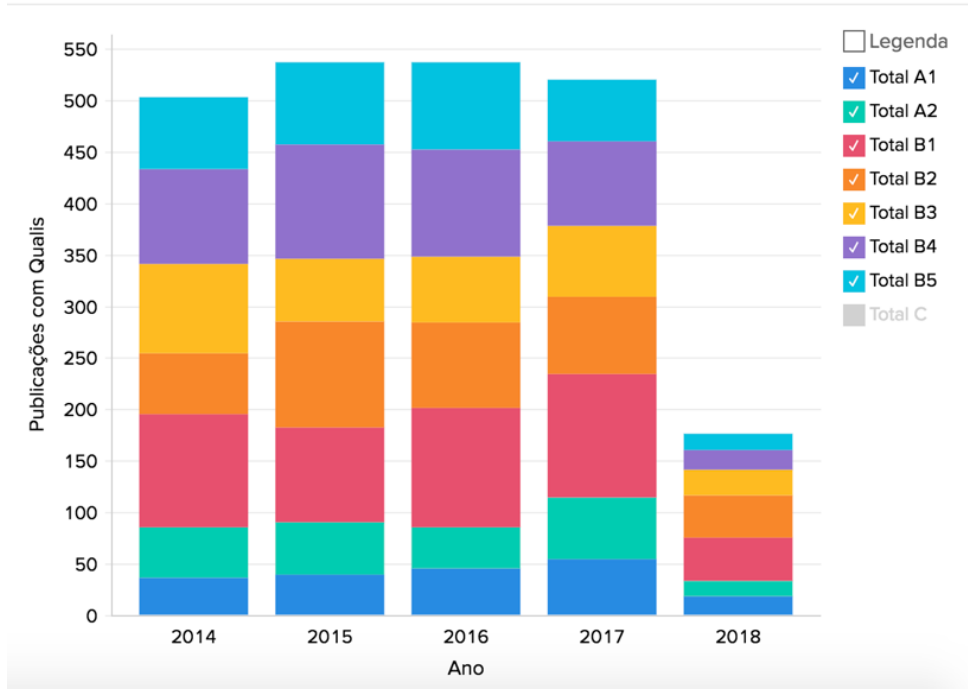
Novos desafios se concentram no aumento da realização de projetos por parte da comunidade científica recém-titulada, além de garantir também que haja maiores ações de integração de projetos de pesquisa originados de diferentes grupos na instituição.

Gráfico 28 - Projetos de Pesquisa de 2014 a 2018

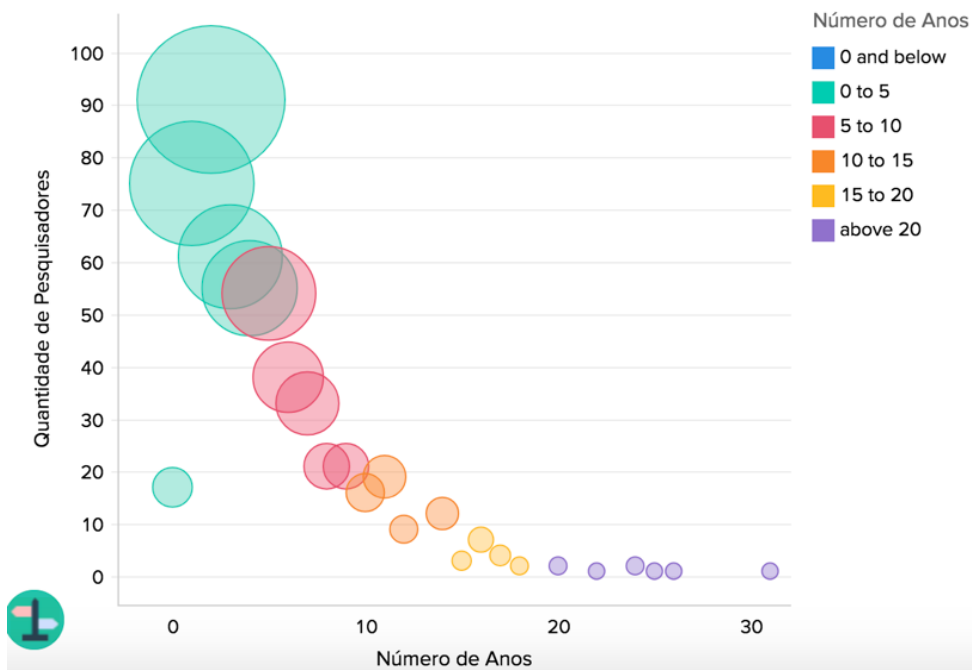
Obs: Nem todos os projetos de 2018 foram finalizados.



QualisPorAno



Anos de Doutorado



Objetivo estratégico: expandir e fortalecer os programas de pós-graduação.

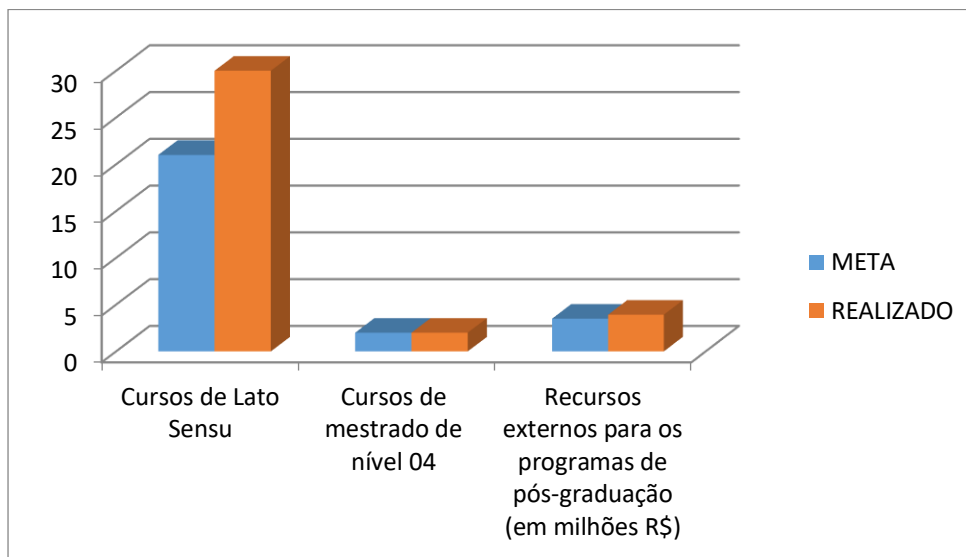
Indicador de resultado	Meta prevista 2014-2018	Meta realizada 2014-2018	% de realização
Cursos <i>lato sensu</i>	21	30	143%
Cursos de mestrado de nível 04	2	2	100%
Recursos externos para os programas de pós-graduação	R\$ 3 500,000	R\$ 3 916,904	112%

Para incentivar e acompanhar a demanda crescente pela qualificação de estudantes no âmbito da pós-graduação e, por conseguinte, aumentar o número de cursos e programas e favorecer a sua qualidade, foram priorizadas ações que visaram a ampliar três indicadores correlacionados ao objetivo estratégico: criação de cursos *lato sensu*; ampliação da qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; captação de recursos externos para contribuir para o fortalecimento dos programas.

Dentre as ações específicas para este objetivo estratégico, destacam-se: a construção de normas e regulamentos para cursos *lato sensu*, a consolidação e a implementação de programas internos de fomento à pesquisa desenvolvida na pós-graduação *stricto sensu* (PROINFRA-PPG e edital de apoio à Internacionalização), as ações para captação de recursos externos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e a gestão e o acompanhamento de bolsas de pós-graduação *stricto sensu*.

Recursos advindos da CAPES – Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), Programa de Demanda Social, Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e Recursos advindos da FUNCAP – Programa de Bolsa de Formação Acadêmica são os programas financiados com recursos externos.

Os principais resultados foram o progresso em relação à meta estabelecida ou a superação dela e o impacto observado por intermédio de indicadores (indicadores de desempenho quantificados e alinhados com os objetivos estratégicos):



- Cursos *lato sensu*: a meta de cursos de pós-graduação *lato sensu* foi ultrapassada, uma vez que ao final de 2018 o IFCE ofertava 30 cursos.
- Cursos de mestrado de nível 04: a meta de cursos de mestrado com nota 4,0 da avaliação da CAPES foi alcançada em 100%, tendo obtido essa nota os seguintes cursos: Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF), em associação com a Sociedade Brasileira de Física – SBF, e o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT.
- Recursos externos para os programas de pós-graduação: os recursos externos para os programas de pós-graduação foram superados em relação à meta prevista, havendo um aporte de R\$ 3 916 904,00 no período de 2014 a 2018, uma vez que, no mesmo período, seis novos cursos foram aprovados pela CAPES, o que implicou a ampliação dos recursos.

Embora tenha havido, no país, uma considerável redução de investimentos na pós-graduação *stricto sensu* (pública), as metas foram alcançadas devido à ampliação do número de cursos.

Um dos desafios remanescentes consiste no acompanhamento e gerenciamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, que será realizado, a partir de 2019, por meio da Plataforma NL e de visitas *in loco*, em todos os *campi* ofertantes de cursos.

Objetivo estratégico: capacitar os servidores em cursos de pós-graduação

	Meta prevista 2014-2018	Meta realizada 2014-2018	% de realização
Quantidade de professores com pós-doutorado	63	21	33,3
Quantidade de qualificações para professores em nível de doutorado	529	406	76,7
Quantidade de qualificações para professores em nível de mestrado	204	326	159,8
Quantidade de qualificações para técnicos Administrativos em nível de especialização.	341	211	61,9
Quantidade de qualificações para técnicos administrativos em nível de mestrado/doutorado	187	172	92,0

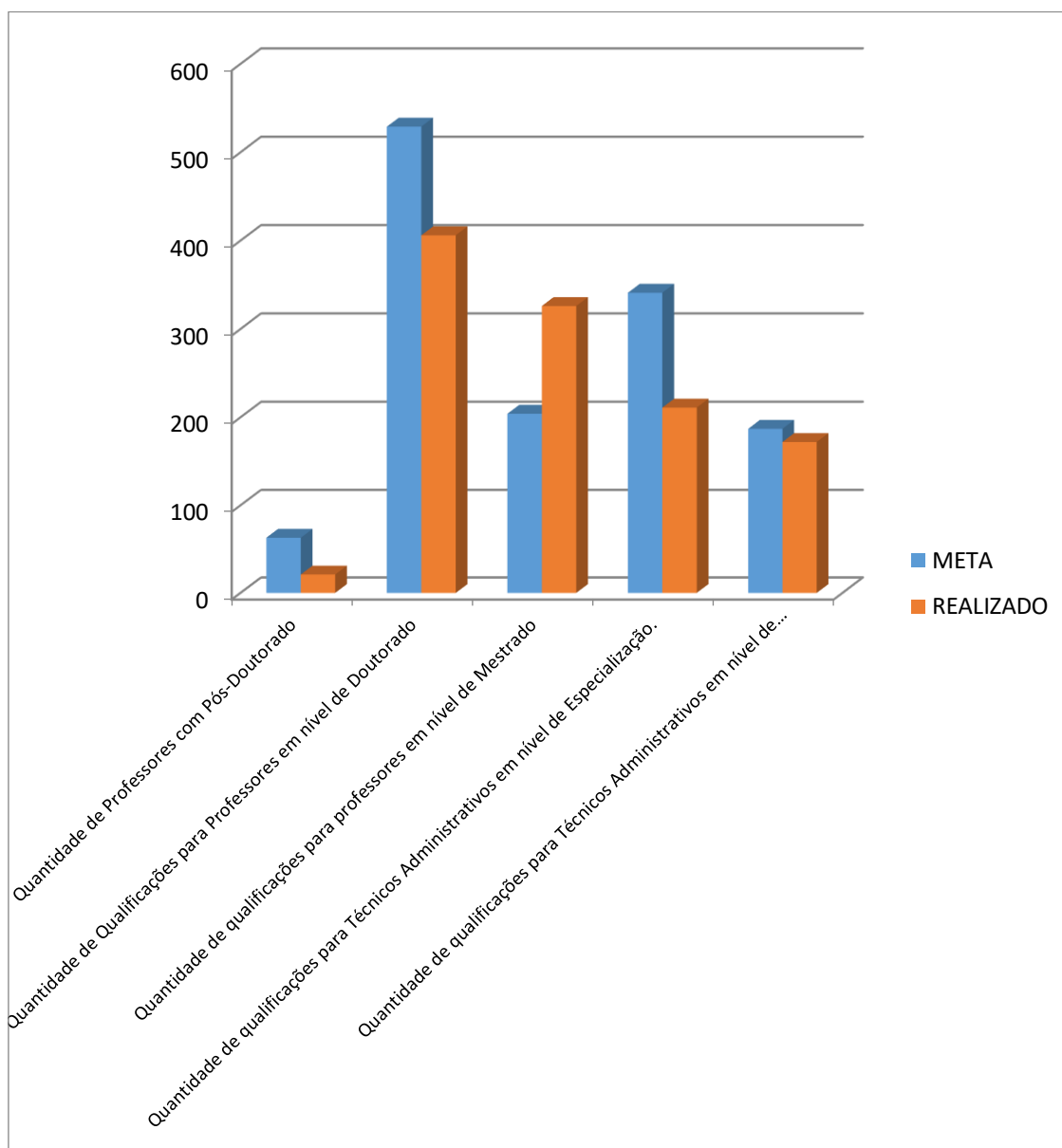
O objetivo estratégico na capacitação dos servidores em cursos de pós-graduação visa a viabilizar e incentivar a capacitação de servidores do IFCE em nível de pós-graduação.

Foram priorizadas ações de parcerias interinstitucionais (mestrados e doutorados interinstitucionais), convênios com outras IES e de investimento no ressarcimento de matrículas e mensalidades de servidores em cursos de pós-graduação pagos.

Dentre as ações específicas para este objetivo estratégico, destacam-se os doutorados interinstitucionais e convênios com outras IES, o investimento no ressarcimento de matrículas e mensalidades e, no âmbito dos *campi*, o incentivo à capacitação com concessões de afastamento parcial e integral, nos termos da lei vigente. Em janeiro de 2018, foi sancionada a Resolução 03/2018 CONSUP/IFCE, que aprova a política de desenvolvimento de pessoal do IFCE.

A firmação de parcerias interinstitucionais contribuiu positivamente para o cumprimento parcial da meta, já a redução de recursos para o investimento de um modo geral contribuiu de forma negativa.

Os principais resultados foram o progresso em relação à meta estabelecida ou a superação dela e o impacto observado por intermédio de indicadores (indicadores de desempenho quantificados e alinhados com objetivos estratégicos):



Com relação à capacitação de docentes, a quantidade em nível de pós-doutorado ficou distante da meta prevista, e isso se deve à dependência de órgãos oficiais de fomento do governo para ações desse tipo. Já entre os técnicos administrativos, a meta alcançada para capacitação em nível de mestrado e doutorado ficou bem próxima da prevista, não ocorrendo o mesmo para o caso da capacitação em nível de especialização.

O principal impedimento para o alcance do objetivo é a redução de investimentos no período, de um modo geral. Desse modo, temos o desafio de captação e consolidação de novas parcerias nacionais e internacionais voltadas para a capacitação dos servidores do IFCE.

Objetivo estratégico: expandir e consolidar a inovação

Indicador de Resultado	Meta prevista no período 2014-2018	Meta realizada no período 2014-2018 (Aferida pela PRPI)	% de realização
Núcleo de Inovação Tecnológica	5	0	0
Patentes depositadas	25	40 patentes	228%
		15 registros de <i>software</i>	
		02 Marcas	
Tecnologias licenciadas	3	1	33,33%
Captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação	15.140.000	R\$ 6.548.386 (<i>campi</i>)+ R\$13 532 246 (polo de inovação), totalizando R\$ 20 080 628,00	132,63%

Expandir e consolidar a Inovação visa a estabelecer diretrizes e medidas de incentivo e incentivar a pesquisa aplicada à inovação, extensão tecnológica, à gestão da propriedade intelectual, negociação e transferência de tecnologias, ao desenvolvimento de ambientes e atividades promotoras do empreendedorismo e dos negócios sociais e cooperados, com vistas à capacitação e à formação profissional e tecnológica, à inserção de egressos e ao alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais em nível estadual ou regional, nacional e internacional.

Foram priorizadas ações que visaram a ampliar os indicadores correlacionados ao objetivo estratégico: a expansão da atuação do NIT; depósito de patentes; licenciamento de patentes e captação de recursos externos de fomento à pesquisa e inovação.

É possível perceber que os indicadores estão intrinsecamente correlacionados, uma vez que a expansão da atuação do NIT faz a comunidade do IFCE apropriar-se de ações, processos, técnicas e iniciativas relacionadas à inovação, ampliando, desta forma, o poder e a capacidade do IFCE nas ações do NIT como prospecção de projetos de inovação, o que acresce o volume de captação de recursos externos de fomento à pesquisa e inovação, além de gerar novas soluções e tecnologias passíveis de proteção intelectual. Por fim, a quantidade de licenciamento de tecnologias é consequência das atividades de prospecção e depósito de patentes.

Desta forma, pode-se citar como ações a capacitação contínua de servidores do IFCE, realizada tanto pelos próprios servidores do IFCE como por agentes externos de renome no âmbito da inovação. A referida ação possui como resultado indireto o aumento no número de patentes depositadas e a prospecção de projetos no setor produtivo, uma vez que além da disseminação da cultura da inovação na comunidade IFCE, essa comunidade se apropria de conhecimento e ferramentas para efetivamente contribuir aos indicadores.

Importante ação adotada consiste no estudo e proposição de atualização das normas e resoluções internas, possibilitando ao IFCE estar apto a atender a todos os requisitos, usufruir dos direitos e cumprir os deveres estabelecidos na legislação brasileira, no que tange ao incentivo à inovação. Vale ressaltar que a referida legislação foi recentemente atualizada pela Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e pelo Decreto Nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

Os indicadores estabelecidos compartilham de um fator de risco externo ao IFCE, uma vez que a captação de recursos externos para pesquisa e inovação e o licenciamento de tecnologias estão totalmente correlacionados ao desempenho econômico do setor produtivo nacional. Tal risco pode ser comprovado ao comparar o comportamento dos indicadores no período em que a economia do país esteve em recessão e no período recente de recuperação da recessão econômica. É possível também associá-lo ao número de patentes, uma vez que os projetos de pesquisa e inovação, que geram patentes, financiados por recursos externos também se reduzem.

Os principais resultados foram o progresso em relação à meta estabelecida ou a superação dela e o impacto observado por intermédio dos indicadores (indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos estratégicos):

- Núcleo de Inovação Tecnológica:

A forma como está estabelecido o indicador permite interpretação incoerente, uma vez que, de acordo com a legislação vigente, cada instituição deve possuir um único NIT. O indicador então, quando estabelecido, não se refere à quantidade de NITs implantados, mas, sim, a coordenações ou setores implantados nos *campi* que seriam responsáveis por implementar ações de inovação. Por fim, acredita-se que as possíveis interpretações impossibilitaram o levantamento correto deste indicador, uma vez que diversos *campi*, e não apenas dois, possuem o referido setor.

- Patentes depositadas

Percebe-se que as ações adotadas obtiveram sucesso, uma vez que a quantidade de patentes foi superior à meta estabelecida. Todavia questionam-se tanto a confiabilidade do meio utilizado para a obtenção das informações do relatório como a quantidade de patentes informada nele, uma vez que o NIT possui, em seus registros, 40 patentes depositadas no período de 2014-2018.

- Tecnologias licenciadas

A meta estabelecida para o referido indicador não foi atingida, sendo isso justificado tanto pelo fator de risco externo anteriormente abordado quanto pelo fato de que um percentual considerável das patentes depositadas é recente, não estando estas concedidas, além de muitos dos depósitos ainda não terem atingido o estágio de divulgação.

- Captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação

Questionam-se tanto a confiabilidade do meio utilizado para a obtenção das informações do relatório como o valor de captação de recursos externos informado nele. Ressalta-se que os recursos captados pelo polo de inovação não foram considerados e que, nos anos de 2017 e 2018, apenas essa unidade captou recursos externos em quantidade superior a treze milhões de reais.

Novos desafios se concentram na contínua expansão e formalização das ações do NIT, adequação das normativas e resoluções internas à legislação vigente e em soluções de viabilização de execução de projetos por parte da comunidade científica.

4.2 Indicadores de Gestão das IFETs nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

O Tribunal de Contas da União – TCU definiu, por meio do Acórdão nº 2.267/2005, de 12/12/2005, os indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT para aferição anual das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs).

O MEC/SETEC implantou uma ferramenta em 2017, um módulo em ambiente virtual, destinada ao processo de validação de dados da instituição extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (SIAPE) para aferição dos indicadores de desempenho. Uma vez validados e ou corrigidos pela instituição, os dados são disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha (<https://www.plataformanilopecanha.org>). Apenas um indicador tem os seus dados colhidos pela instituição mediante um questionário disponível no sistema de controle acadêmico do Instituto Federal do Ceará (IFCE): o indicador socioeconômico, que mede a renda *per capita* dos alunos.

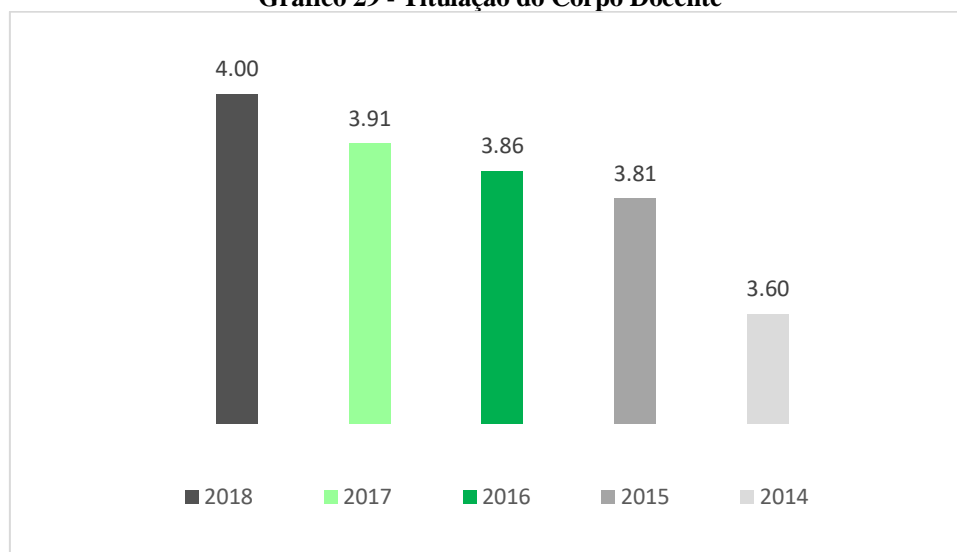
Indicador de Gestão de Pessoas

Titulação do Corpo Docente

Titulação do Corpo Docente	2018	2017	2016	2015	2014
Graduação	187	104	95	110	172
Aperfeiçoamento	5	5	2	3	6
Especialização	277	246	236	208	231
Mestrado	1 017	925	741	676	607
Doutorado	542	418	324	297	249
Índice	4,00	3,91	3,86	3,81	3,60

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 29 - Titulação do Corpo Docente



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

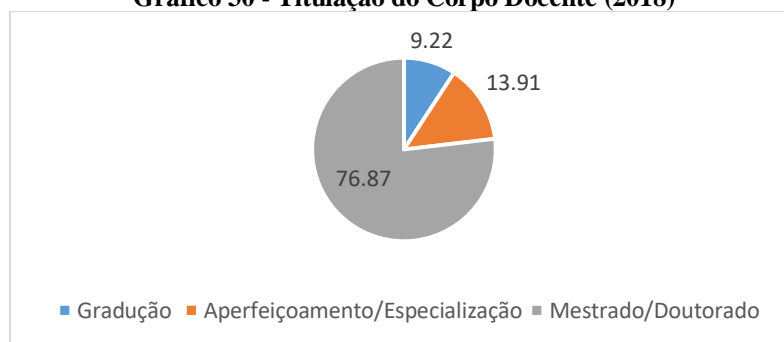
Titulação do Corpo Docente – TCD: O indicador demonstra que o nível de qualificação dos servidores docentes do IFCE mantém-se no mesmo padrão. Na série histórica e no gráfico acima, verifica-se que o corpo docente do Instituto, no cômputo geral, já se aproxima do índice quatro, em que temos uma maioria de mestres. O IFCE, em 2018, teve 2 028 (dois mil e vinte e oito) docentes, dos quais 1 017 (mil e dezessete) são mestres, e 542 (quinhentos e quarenta e dois), doutores. Conforme tabela e gráfico abaixo o Instituto Federal do Ceará já possui 76,87% do conjunto de seu corpo docente mestres e doutores, 13,91% aperfeiçoados ou especializados e apenas 9,22% graduados.

Quadro 10- Percentual de Titulação Docente

Graduação	187	9,22
Aperfeiçoamento/Especialização	282	13,91
Mestrado/Doutorado	1 559	76,87
Total	2 028	100,00

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 30 - Titulação do Corpo Docente (2018)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Para obter a valoração, consideram-se todas as esferas de titulação propostas no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT/SETEC – 2016. O índice cria uma fórmula de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (no qual todos os docentes seriam graduados) a cinco (em que todos seriam doutores).

Para o cálculo do índice utiliza-se a seguinte fórmula: $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$.

Para esclarecer, “G” é a quantidade de docentes graduados, “A” é a quantidade de docentes aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes especialistas, “M” é a quantidade de docentes mestres e “D” é a quantidade de docentes doutores.

Em 2014, o IFCE criou uma comissão com vista à elaboração de documento que estabelece a Política de Capacitação de Servidores, a fim de estimular o aprimoramento profissional do docente, cujo efeito se observa no aumento de capacitados nos anos de 2015 e 2016. Nesse sentido, vale salientar que o Instituto investe na capacitação de docentes, que uma qualificação leva no mínimo dois anos para ser concluída e os resultados são futuros. Há também os ingressos por concurso público, cujo nível de formação já é de pós-graduado.

O índice vem crescendo ano a ano. A política de capacitação está contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018):

(PDI, p.84)¹ entre as atividades a serem desenvolvidas com vistas a operacionalizar a capacitação de servidores docentes, destacam-se: cursos presenciais ou a distância, treinamentos específicos ou em serviço, intercâmbios ou visitas técnicas, seminários e congressos voltados à atualização profissional e cursos de pós-graduação. Essas atividades deverão estar orientadas para os resultados que a instituição deseja alcançar e serão avaliadas após a conclusão de cada uma, sendo permanentemente acompanhadas pelas chefias imediatas. E, para garantir a disseminação do aprendizado, conforme o caso, os conhecimentos adquiridos deverão ser repassados aos demais servidores. Os programas de capacitação e qualificação deverão ser pensados com ênfase no planejamento participativo, incluindo as

¹ Disponível em [HTTPS://ifce.edu.br](https://ifce.edu.br)

entidades representativas da categoria (CPPD - Comissão Própria do Pessoal Docente).

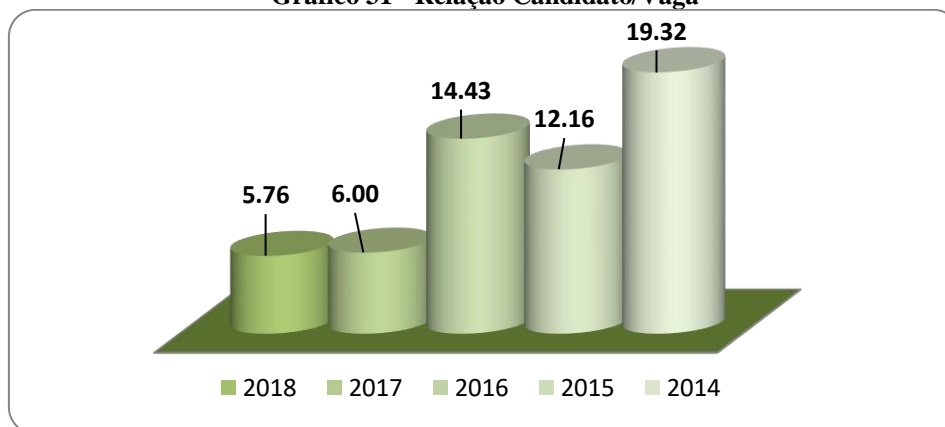
Relação Candidato/Vaga

Quadro 11- Série Histórica

Relação Candidato/Vaga – RCV - 2016	2018	2017	2016	2015	2014
Total de inscritos	140.453	129.756	250.172	98.362	211.507
Total de vagas	24.390	21.562	17.340	8.090	10.946
Índice	5,76	6,00	14,43	12,16	19,32

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 31 - Relação Candidato/Vaga



Fonte: Sistec / Plataforma Nilo Peçanha

Relação Candidato/Vaga – RCV: Segundo os dados da PNP, o Indicador Relação Candidato/Vaga, em 2018, foi 5,76, o que representa uma queda de 0,24 na procura de vagas na instituição. Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, o IFCE ofereceu 24 390 vagas para 140 453 inscritos; portanto, houve aumento no quantitativo de candidatos em relação a 2017, mas também houve aumento de vagas ofertadas com a implantação de novos cursos em 2018. Proporcionalmente, a quantidade de vagas e a de inscritos tiveram crescimento semelhante. Esse resultado mantém, praticamente, o mesmo quadro de 2017.

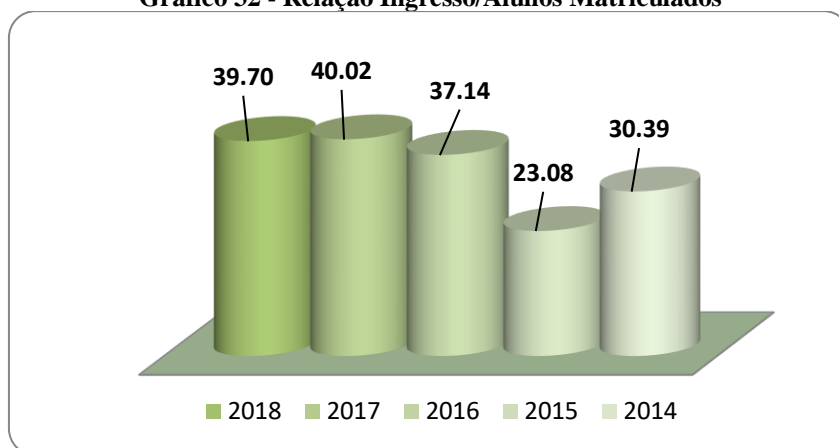
Relação Ingresso/Alunos Matriculados

Quadro 12- Série Histórica

Relação Ingresso/Alunos Matriculados – RIM - 2016	2018	2017	2016	2015	2014
Número de Ingressos	20.411	18.806	15.419	7.707	9.717
Alunos Matriculados	51.413	46.992	41.519	33.387	31.977
Índice	39,70%	40,02%	37,14%	23,08%	30,39%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 32 - Relação Ingresso/Alunos Matriculados



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

RIM - Relação Ingresso/Alunos Matriculados: Conforme o Acórdão nº 2.267/2005, este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos matriculados. No exercício de 2013, essa relação alcançou a marca de 40,75%; em 2014, caiu para 30,39%; em 2015, para 23,08%; em 2016, o indicador retomou o crescimento, apresentando o índice de 37,14%, e se manteve em crescimento em 2017, com a taxa de 40,02%. O número de ingressantes e de matrículas atendidas, em 2017, apresentou considerável aumento, devido à abertura de novos *campi* e de novos cursos.

Em 2018, houve aumento do número de ingressantes e do número de matrículas, mas o crescimento do índice do indicador Ingresso/Matrícula foi interrompido, havendo um decréscimo de 0,32%. O quantitativo de alunos matriculados teve um aumento proporcionalmente maior que o de ingressos. Isso pode ter sido provocado pela redução do índice de evasão em 2018.

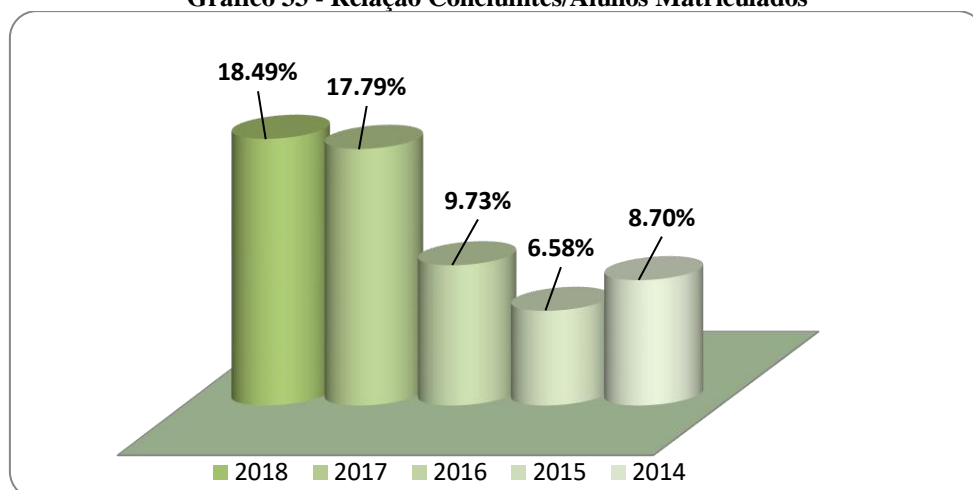
Relação Concluintes/Alunos Matriculados

Quadro 13- Série Histórica

Relação Concluintes/Alunos Matriculados	2018	2017	2016	2015	2014
Número de concluintes	9 596	8 361	4 041	2 190	2 781
Alunos matriculados	51 413	46 992	41 519	33 292	31 977
Índice	18,49%	17,79%	9,73%	6,58%	8,70%

Fonte: Sistec / Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 33 - Relação Concluintes/Alunos Matriculados



Fonte: Sistec / Plataforma Nilo Peçanha

Relação Concluinte/Alunos Matriculados – RCM: Este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de concluintes e integralizados em relação ao total de alunos matriculados. O total de concluintes e integralizados, em 2018, teve um aumento de 1 235 estudantes em comparação a 2017, alcançando o total de 9 596 egressos com êxito, o que representa um índice de 18,49%. Houve crescimento, porém a diferença foi de apenas 0,70 ponto percentual em relação a 2017. Comparando com o crescimento do período entre 2016 e 2017, em que o indicador passou de 9,73% para 17,79%, o crescimento atual foi mínimo.

Assim como outros índices, esse demonstra um momento de estabilização dos indicadores da instituição, provavelmente um resultado do trabalho de controle de evasão, que influencia diretamente o quantitativo de estudantes matriculados, bem como a aplicação de critérios técnicos para a oferta de novos cursos, que garante a oferta de cursos adequados às características socioeconômicas de cada região, atraem estudantes muito menos propensos à evasão e, conseqüentemente, impactará também nos números de concluintes, que poderá ser mais bem percebido a médio prazo.

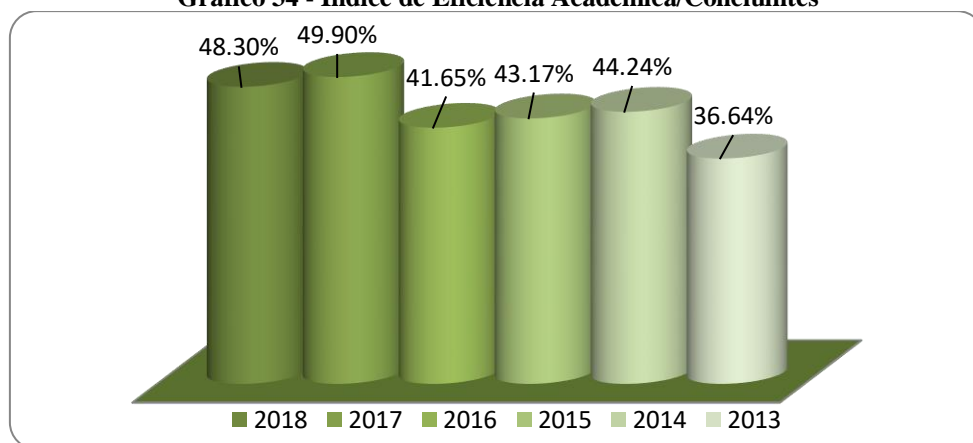
Eficiência Acadêmica/Concluintes

Quadro 14 - Série Histórica

Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes	2018	2017	2016	2015	2014
Σ n° de concluintes	9 506	8 361	4 041	2 508	2 781
Σ n° de todas as situações finais	19 681	16 756	9 703	5 810	6 286
Índice	48,30%	49,90%	41,65%	43,17%	44,24%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 34 - Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

Eficiência Acadêmica/Concluintes – ECA: Quanto ao indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes, considerando a relação entre os alunos concluintes e a somatória de todos os alunos com situação final no período, de acordo com dados disponibilizados na Plataforma Nilo Peçanha; o desempenho do Instituto Federal do Ceará ano de 2018 mostra o percentual de 48,30%. Esse índice é menor que o alcançado em 2017, quando chegou a 49,90%, o ápice da série histórica iniciada em 2013. Porém o resultado referente a 2018 ainda é bem superior aos demais períodos da série histórica.

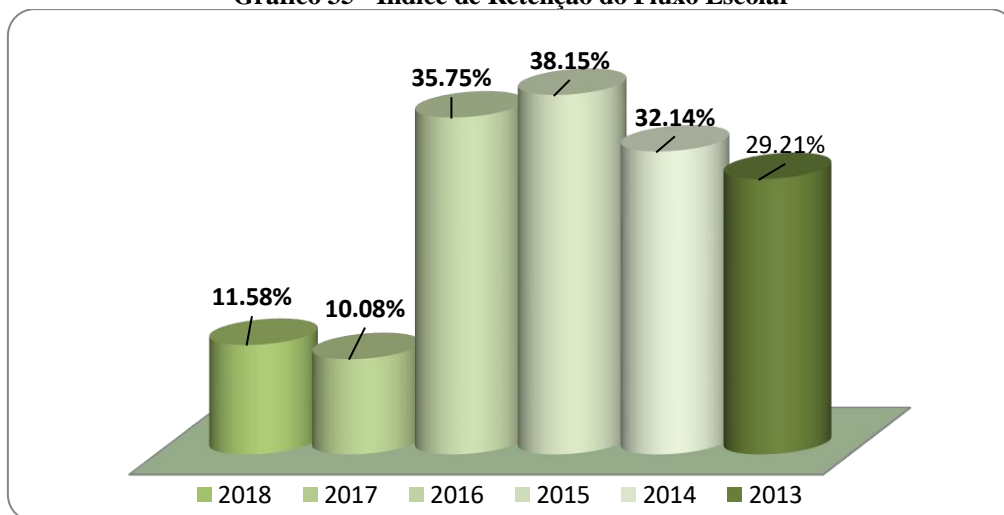
Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Quadro 15 - Série Histórica

Índice de Retenção do Fluxo Escolar	2018	2017	2016	2015	2014
Nº de alunos retidos	5 956	4 735	14 841	12 701	10 278
Alunos matriculados	51 413	46 992	41 519	33 292	31 977
Índice	11,58%	10,08%	35,75%	38,15%	32,14%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 35 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar



Fonte: Sistec / Plataforma Nilo Peçanha

Retenção do Fluxo Escolar – RFE: O indicador é obtido pela relação entre o total de alunos retidos e o total de alunos matriculados. Ele tem a finalidade de calcular, no exercício de referência, o montante de matrículas que permanecem ativas no sistema após o prazo previsto dentro do ciclo escolar.

O índice de retenção do IFCE em 2018, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, foi de 11,58%, indicando um pequeno aumento em relação ao ano de 2017, em que o índice chegou a 10,08%, o menor valor desde 2013. Proporcionalmente, o aumento do número de retidos foi superior ao aumento de matriculados.

Em 2013, a instituição junto aos *campi* diagnosticou as causas da retenção e pensou ações para combatê-las (Relatório de Gestão 2013, p. 272-273). Com este diagnóstico, desde 2014, os *campi* vêm implementando ações que possibilitam minimizar as causas da retenção. No entanto, o ano de 2015 apresentou o mais alto índice de retenção não somente no IFCE, mas também na média do indicador de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e foi o ano que a SETEC/MEC instruiu a Nota Técnica nº 282/2015 e, em seguida, por meio da Portaria nº 23 de 10 de julho de 2015, que institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências.

Em atendimento à Nota Técnica nº 282/2015, a SETEC despacha a Nota Informativa nº138/2015, que informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Nesse contexto, no âmbito do IFCE, trabalhou-se desde 2015 no referido Plano, construído com a comunidade acadêmica e aprovado em 2017. No entanto, considerando que algumas ações foram efetuadas em 2016, é possível que o efeito delas já esteja produzindo bons resultados. Ações como diagnosticar o ingresso do aluno na instituição, o que ele necessita para permanecer e terminar o curso de forma exitosa e quais são as suas dificuldades, tanto econômicas quanto de aprendizagem, são ações que minimizam a retenção.

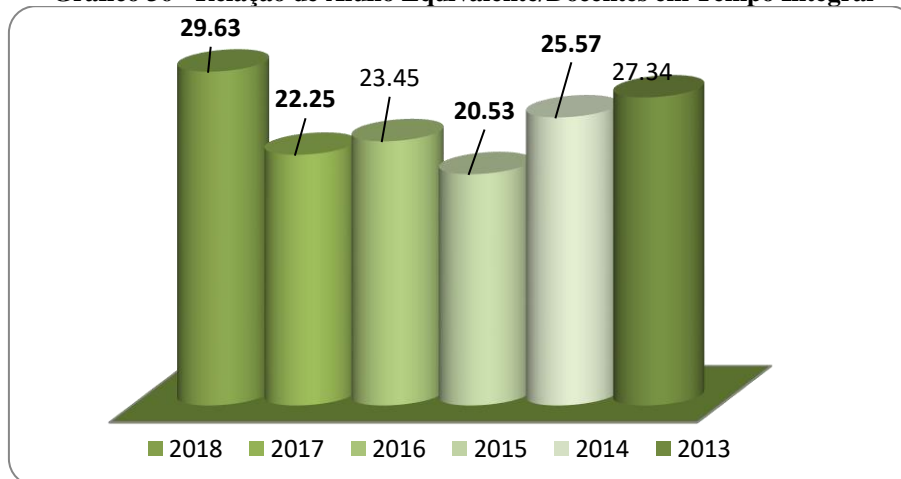
Relação de Aluno Equivalente/Docentes em Tempo Integral

Quadro 16 - Série Histórica

Relação de Alunos-Equivalente/Docente em Tempo Integral	2018	2017	2016	2015	2014
\sum Aluno Equivalente X FENC	49 928,25	37 552	32 489,16	26 314	31 977
\sum Professor em Tempo Integral	1 685	1 688	1 385,50	1 281,50	1 265
Índice	29,63	22,25	23,45	20,53	25,57

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 36 - Relação de Aluno Equivalente/Docentes em Tempo Integral



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral – RAD

Esse indicador quantifica o total de alunos por docente equivalente da instituição, mediante o total de matrículas equivalentes pelo denominador docente em tempo integral (obtido por meio da média ponderada do número de docentes de 20 (vinte) horas, docentes 40 (quarenta) horas e docentes em tempo integral).

Em 2018, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, esse indicador foi de 29,63 no IFCE, um resultado maior que os obtidos nos anos anteriores. Observa-se que a relação diminuiu em 2017, por conta da contratação de professores para os novos *campi*. O processo de contratação é anterior à criação de curso.

Para a criação de um novo curso é necessário uma consulta pública na cidade em que se localiza o *campus* a fim de verificar a viabilidade do curso na cidade, se é o que a cidade necessita. Feita a escolha, é necessário abrir concurso para a área específica; então, os professores tomam posse e trabalham no projeto pedagógico do curso, sendo aberto o processo seletivo para o curso e, em seguida, efetuam-se as matrículas.

Esses cursos entraram em funcionamento e os alunos ingressos neles passaram a fazer parte do cálculo em 2018, impactando no resultado desse indicador.

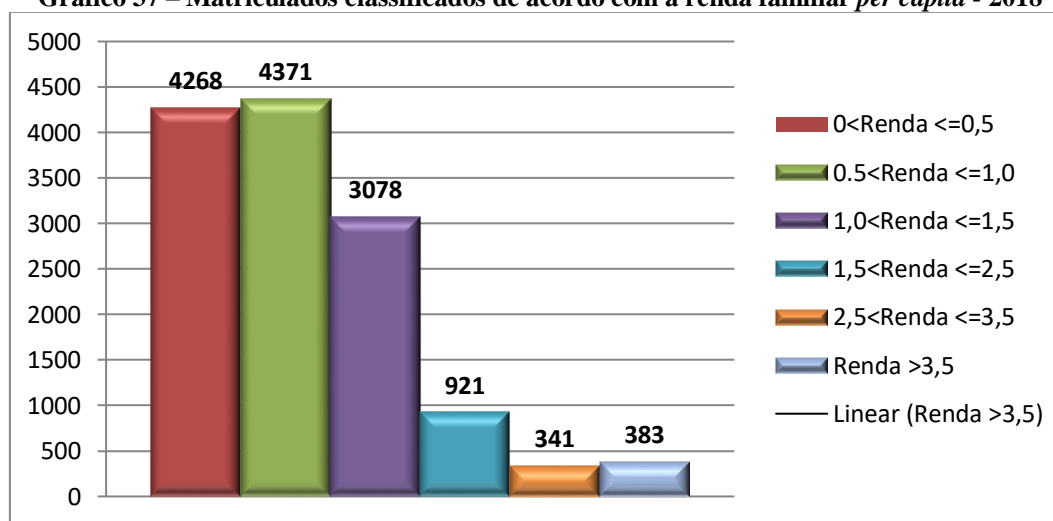
Matriculados classificados de acordo com a renda familiar *per capita*

Quadro 17 - Série Histórica

Faixas de Renda /Ano	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,5	Renda >3,5	Total
2018	4 268	4 371	3 078	921	341	383	13 362
2017	5 183	6 962	5 172	2 838	1 366	1 472	22 993
2016	4 230	5 808	4 809	2 391	1 145	1 418	19 801
2015	1 637	2.563	2.303	1.370	826	797	9.496
2014	2 222	3 691	3 418	1 928	1 108	1 064	13 438

Fonte: Q'Acadêmico / Plataforma Nilo Peçanha 2019

Gráfico 37 – Matriculados classificados de acordo com a renda familiar *per capita* - 2018



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar *per capita* – MRF:

Esse indicador tem como objetivo aferir o impacto da política governamental de inclusão social por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, apenas 13 362 alunos, de um total de 51 413 no IFCE foram contabilizados como informantes da renda familiar *per capita* em 2018. A amostra de 2018 é menor que a de 2017, mas ainda pode ser considerada suficiente para extrair o perfil socioeconômico dos alunos do IFCE.

De acordo com a amostragem, cerca de 87,68% dos alunos do IFCE estão na faixa de renda de até 1,5 salário mínimo. Destaca-se esse valor por ser referência para a definição do perfil de baixa renda na lei de cotas, constando-se que 52,82% dos entrevistados têm renda menor ou igual a um salário mínimo. A seguir um quadro com todos os percentuais por faixa de renda, conforme quantitativos do gráfico:

Quadro 18 - Matriculados classificados de acordo com a renda familiar *per capita* – Percentual

Faixas de renda	0<Renda <=0,5	0.5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,5	Renda >3,5	Total
Participantes	4 268	4 371	3 078	921	341	383	13 362
%	31,94%	32,71%	23,03%	6,89%	2,55%	2,86%	100,00%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019

Indicadores Administrativos

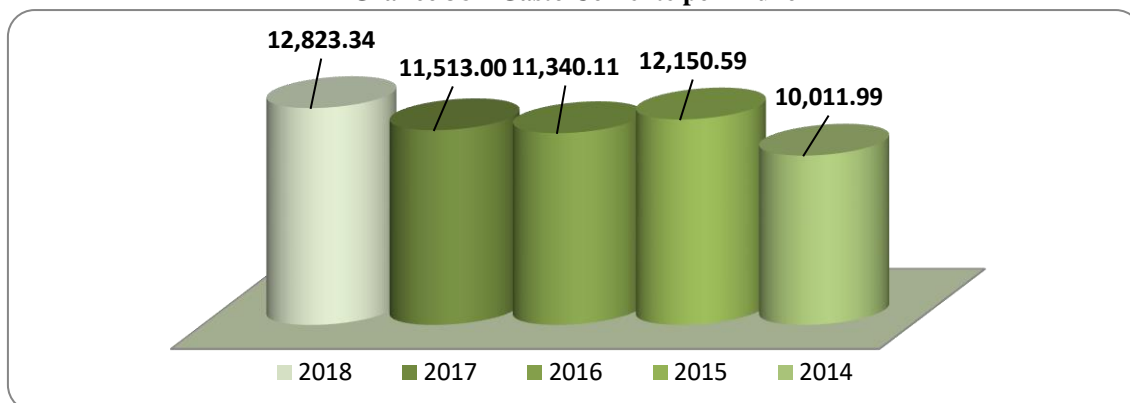
Gasto Corrente por Aluno

Quadro 19 - Série Histórica

Gasto Corrente por Aluno	2018	2017	2016	2015	2014
Total de Gastos	606.556.915,00	541.018.808,00	470.831.614,64	404.517.342,99	320.153.425,56
Nº de Alunos Matriculados	47.301	46.992	41.519	33.292	31.977
Índice	12.823,34	11.513,00	11.340,15	12.150,59	10.011,99

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 38 – Gasto Corrente por Aluno



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

GCA – Gasto Corrente por Aluno: O indicador quantifica o total de gastos da instituição, em relação a matrícula equivalente (PNP), onde são deduzidos dos gastos correntes totais as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação.

O Índice, denominado na PNP como Gasto Corrente por Matrículas (GCM), apurado em 2018, indica que a despesa média anual é de R\$12.823,34 por matrícula equivalente.

Destaque-se que a metodologia aplicada pela Matrícula Equivalente (PNP) resulta na elevação do GCA, comparando-se com o cálculo anterior que considerava aluno matriculado, conforme observa-se na série histórica apresentada, assim como no quadro abaixo.

Registra-se que os gastos totais realizados permitiram o cumprimento da missão institucional, por meio da manutenção das atividades acadêmicas de qualidade e formando cidadãos para sociedade.

Embora o índice GCA/2018 apurado pela PNP apresente uma elevação, comparado pela série histórica, ressalta-se que não representa um acréscimo significativo, assim como estar abaixo da média nacional que tem registro na PNP no valor de R\$15.712,57.

Quadro 20 - Gasto Corrente 2018

Gasto Corrente 2018	Nº matrícula Equivalente	Nº de matriculados/IFCE
Total de Gastos	606.556.915,00	628.509.447,00
Matrículas Equivalentes	47.301	51.413
Índice	12.823,34	10.279,68

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

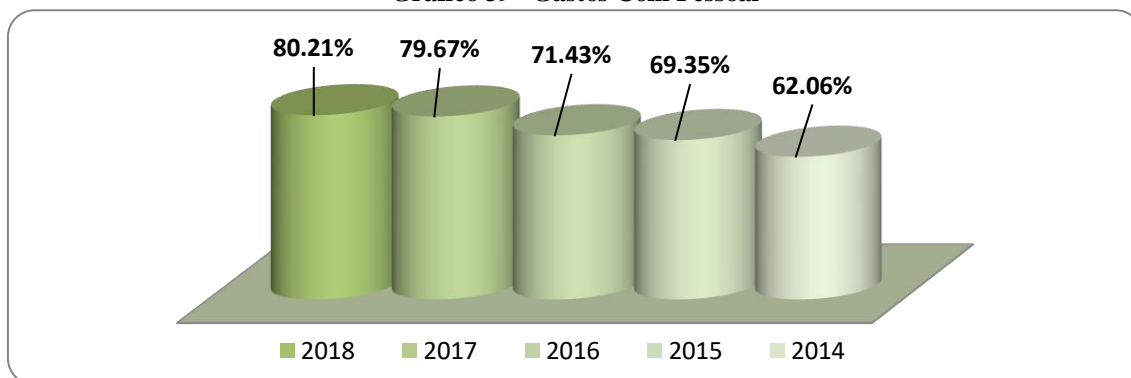
Gastos Com Pessoal

Série Histórica

Gastos Com Pessoal	2018	2017	2016	2015	2014
Total de Gastos com Pessoal	549.498.141,00	482.159.694,00	397.960.043,06	350.548.111,93	265.526.784,09
Gastos Totais	685.102.202,00	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14
Índice	80,21%	79,67%	71,43%	69,35%	62,06%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 39– Gastos Com Pessoal



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

GCP – Gastos Com Pessoal: O indicador quantifica o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Considera-se gastos com pessoal, os efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2018, acrescidas dos restos a pagar não processados pagos. O índice apresentou um acréscimo percentual dos gastos com pessoal de 0,54% em relação ao exercício anterior, os gastos do exercício/2018 totalizaram um aumento de R\$ 64.338.447,00 relativamente ao exercício/2017 decorrente do provimento de cargos de professores e técnicos administrativos no âmbito da Rede/IFCE.

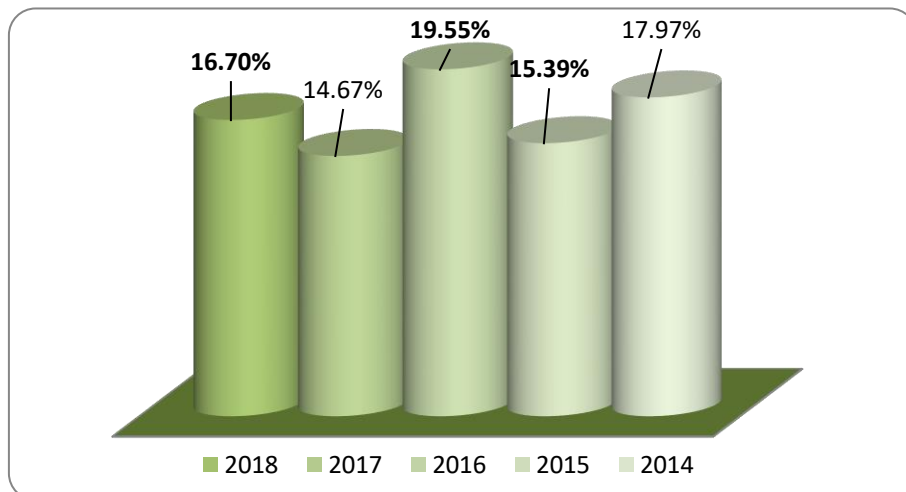
Gastos com Outros Custeios

Série Histórica

Gastos com Outros Custeios	2018	2017	2016	2015	2014
Gastos com Outros Custeios	114.389.410,00	88.794.816,00	108.840.820,36	77.760.216,71	76.915.042,46
Gastos Totais	685.102.202,00	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14
Índice	16,70%	14,67%	19,55%	15,39%	17,97%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 40 – Gastos com Outros Custeios



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

GOC – Gastos com Outros Custeios: Este indicador quantifica o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto bolsa formação – PRONATEC).

O Índice aponta um aumento percentual de 2,03% dos gastos com outros custeios em relação ao exercício anterior, representando que o funcionamento e manutenção da Instituição no exercício de 2018 elevou seus gastos com vigilância, limpeza e conservação, água, energia, dentre outros necessários.

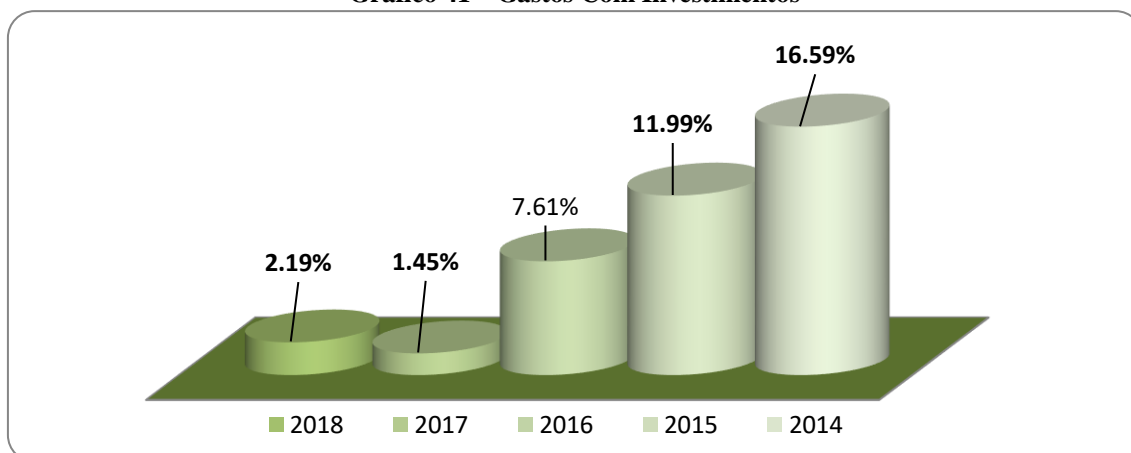
Gastos Com Investimentos

Quadro 21- Série Histórica

Gastos Com Investimentos	2018	2017	2016	2015	2014
Gastos Com Investimentos	15.005.832,00	8.785.229,00	42.409.545,35	60.606.973,72	70.987.987,60
Gastos Totais	685.102.202,00	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14
Índice	2,19%	1,45%	7,61%	11,99%	16,59%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 41 – Gastos Com Investimentos



Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

GCI – Gastos Com Investimentos O indicador quantifica o percentual dos gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício de 2018. No exercício de referência o índice correspondente aos gastos com investimentos representa 2,19% evidenciando um acréscimo percentual de 0,74% em relação ao exercício anterior, decorrente de recursos alocados na LOA/IFCE, provenientes de arrecadação própria e superávit e de destaques orçamentários de outros órgãos aplicados nas atividades finalísticas institucionais.

Registra-se que os gastos com investimentos permitiram o acréscimo da infraestrutura física, visando a oferta de mais vagas, assim como a reestruturação por meio da modernização de equipamentos e ambientes acadêmicos.

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

5.1 Gestão orçamentária e financeira

O IFCE teve consignada na Lei Orçamentária Anual nº 13.575, de 02 de janeiro de 2018, dotações orçamentárias no total de R\$ 607 685 184,00, cujo valor atualizado resultou no montante de R\$ 699 054 782,00, decorrente de alterações no decorrer do exercício.



Fonte: Tesouro Gerencial (14/02/2018)

Execução Orçamentária:

A execução orçamentária do IFCE ocorreu de forma descentralizada, respeitando a autonomia financeira e administrativa dos *campi* e Reitoria, segundo a qual cada unidade administrativa executa seu orçamento para atender a manutenção e funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica, dar condições de permanência ao aluno regularmente matriculado e promover a qualificação e requalificação do seu quadro de Pessoal, entre outras ações desenvolvidas para o alcance dos objetivos finalísticos.

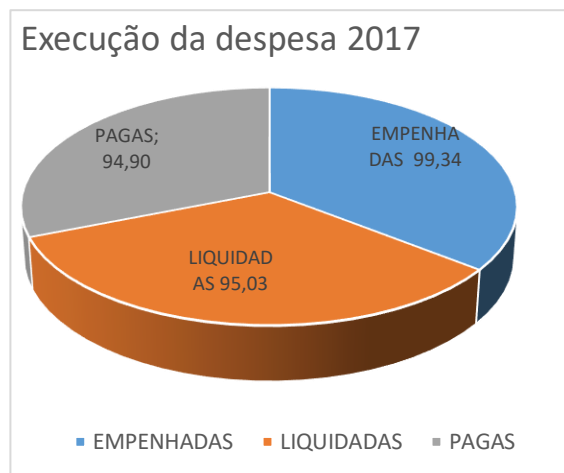
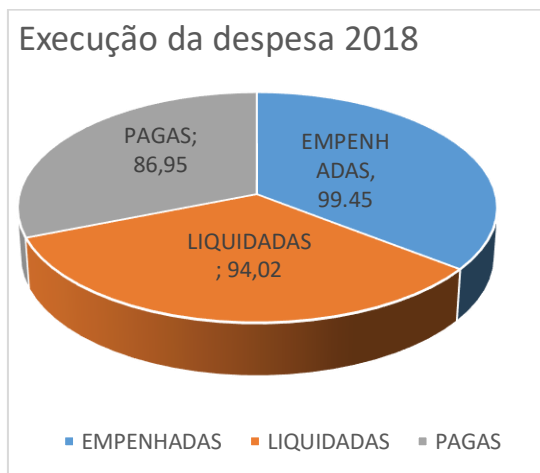
Os recursos consignados na LOA para o IFCE têm por base a matriz orçamentária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, que adota como parâmetro para alocação dos recursos nos Institutos Federais o número de alunos matriculados nos cursos ofertados.

Para a matriz do ano de 2018, foram considerados os alunos matriculados no segundo semestre de 2016 e do primeiro semestre de 2017.

Evolução da Execução Orçamentária	2018	2017
Créditos autorizado LOA	699 054 782	615 489 026
Despesas Empenhadas	695 313 124	611 454 904

Despesas Liquidadas	657 305 410	584 903 603
Despesas Pagas	607 864 191	584 116 927

Fonte: Tesouro Gerencial



Em 2018, o órgão executou (empenhou) 99,45% do total dos recursos liberados; as despesas liquidadas (produtos/serviços entregues ao órgão) atingiram um percentual de 94,02% sobre o total autorizado, e as despesas pagas (produtos/serviços entregues e pagos ao fornecedor) tiveram uma execução de 86,95%. O IFCE vem desenvolvendo ações para atingir a eficiência nas despesas públicas buscando minimizar as inscrições de restos a pagar não processados. Além da execução dos recursos alocados na LOA, a instituição recebeu destaques orçamentários de outros órgãos, para serem aplicados nas atividades finalísticas, no montante de R\$ 17 324 004,36, assim distribuídos:

Quadro 22 – Destaques recebidos por grupo de despesa

GND 3 – CUSTEIO	GND 4 – INVESTIMENTO	TOTAL
4 767 489,75	12 556 514,61	17 324 004,36

Dotação e Execução da Despesa em 2018 e 2017.

Segundo a classificação do grupo de natureza da despesa, as dotações orçamentárias alocadas em custeio e capital atenderam à realização das despesas a seguir, no montante de R\$ 699 054 782,00, da seguinte forma:

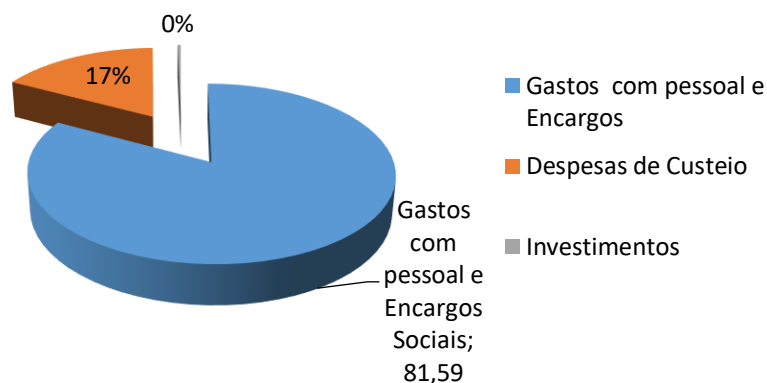
- **Gastos com pessoal:** Compreende as despesas com pessoal, docentes e técnicos administrativo (ativos, inativos e ensionistas), e Encargos Sociais.
- **Despesas de custeio:** São despesas necessárias à manutenção e funcionamento da instituição, tais como: energia, água, serviços de vigilância, limpeza e conservação, etc.
- **Investimentos:** Trata-se das dotações aplicadas na aquisição de bens permanentes no âmbito da Rede/IFCE, tais como: obras e instalações, aquisição de equipamentos e material permanente.

Grupo de Despesas	2018					2017					<u>Variação Financeira</u>	
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidada	Pago	*RP pagos	Dotação Atual	Empenhado	Liquidada	Pago	*RP pagos	Em Reais	%
Pessoal e Encargos Sociais	552 426 001	556 065 156	549 498 141	505 143 037	-	482 735 127	482 159 694	482 159 694	482 159.694	-	22 983 343	4,76
Custeio	127 344 702	119 971 119	105 238 083	100 653 034	30 241 948	121 314 016	118 408 869	100 340 951	99 689 539	17 312 138	963 945	0,96
Investimentos	19 284 079	19 276 849	2 569 186	2 068 120	5 629 632	11 439 883	10 886 341	2 402 958	2 267 694	12 943 362	(199 574)	- 8,80
Total	<u>699 054 782</u>	<u>695 313 124</u>	<u>657 305 410</u>	<u>607 864 191</u>	<u>35 871 580</u>	<u>615 489 026</u>	<u>611 454 904</u>	<u>584 903 603</u>	<u>584 116 927</u>	<u>30 255 500</u>	<u>3 595 500</u>	<u>96,09</u>

*RP Pago: somatório dos Restos a Pagar processados e não processados.

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Pagos por Categoria de Gastos



Em 2018, a política de gestão orçamentária e financeira do MEC priorizou apenas recursos para o custeio, visando à manutenção do ensino e à permanência do aluno. Desta forma, não se permitiu a alocação de recursos para investimentos, fazendo com que o órgão remanejasse recursos de custeio para atender a despesas com investimentos inadiáveis (aquisição de acervo bibliográfico, adaptação de ambientes para o ensino, criação de áreas de convivência, entre outras).

No âmbito institucional, as dotações autorizadas no montante de R\$ 699 054 782 foram destinadas ao atendimento das atividades finalísticas e de gestão para o alcance dos objetivos nos três principais programas governamentais executados pelo IFCE:

Programa de Governo	Atividades	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	REESTRUTURACÃO E MODERNIZACÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	12 099 616	3 125 271	3 124 365,05	579 926,96	289 505,52
	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	89 273 560	88 927 369	87 960 165,45	59 144 378,25	56 867 154, 66
	ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	23 232 997	23 786 341	23 644 194,97	18 237 553,67	17 966 356,64
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	5 548 536	6 294 261	6 294 261	6 196 761	5 807 563,89
	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES.	18 315 480	22 050 798	21 991 324,37	21 991 324,37	20 151 764,63
	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PUB	200 000	77 923	77 923	77 923	72 011,04
	CAPACITACAO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	2 446 499	2 239 346	2 029 841,3	1 453 509,11	1 441 223,66
	CONTRIBUICÃO DA UNIÃO, DE SUAS	69 542 330	73 927 595	7 307 0225,3	7 307 0225,3	73 070 225, 3

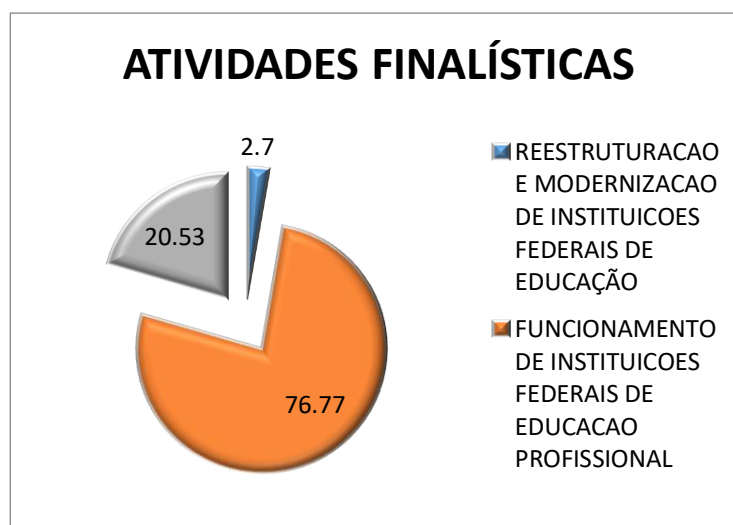
	AUTARQUIAS E FUNDACÕES PARA O					
	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	334 995 000	413 980 250	412 879 969,97	412 312 954,78	373 023 085,4
OPERAÇÕES ESPECIAIS	APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	51 321 790	63 942 650	63 539 455,49	63 539 455,49	58 474 220,34
	BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	5 395	5 395	3 816	3 816	5 395

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme a tabela acima, o programa Educação de Qualidade para Todos representa as despesas mais relevantes, pois contempla as ações/atividades finalísticas, como manutenção das unidades, assistência estudantil e reestruturação e expansão da Rede Federal, estando, assim, diretamente vinculado às ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação também é de grande importância para a instituição, pois está diretamente ligado ao pagamento dos benefícios aos servidores que atuam nas atividades finalísticas (docentes) e administrativas (servidores técnico-administrativos), como também promove a qualificação e requalificação da força de trabalho, em busca da oferta de um ensino de qualidade.

Atividades Finalísticas



São atividades desenvolvidas na área do ensino, pesquisa e extensão ofertadas diretamente à sociedade. As dotações financiaram dois grupos de despesas:

- **Despesas de capital** (investimentos) no valor de R\$ 3 125 271, que representam 2,7 das despesas autorizadas.
- **Despesas de custeio** (manutenção e funcionamento da instituição e assistência ao educando), que somam R\$ 112 713 710,00.



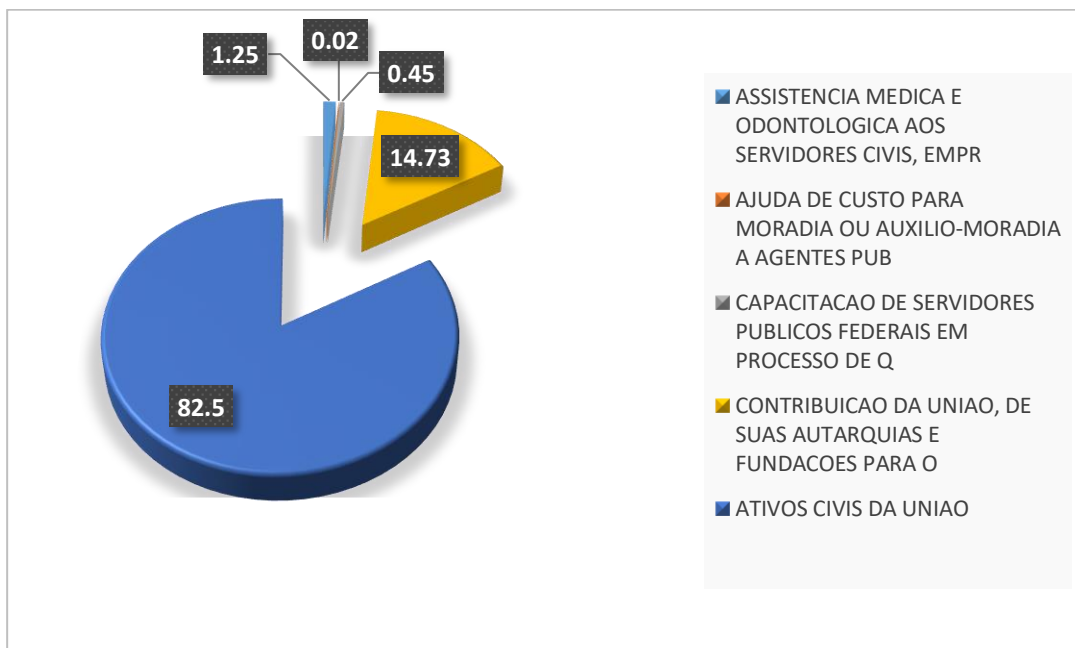
Quadro 23 – Despesas com Tecnologia da Informação

Despesas com tecnologia da informação	Valor Pago
Material de consumo –TIC	325 866,89
Aquisição, locação e manutenção de software e equipamentos de TIC	1 254 147,11
Comunicação de dados e redes em geral	306 928,82
Outras despesas – TIC	131 534,02
Total	2 018 476,84

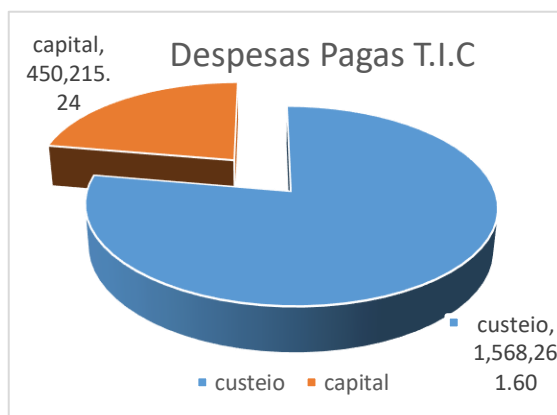
Fonte: Tesouro Gerencial

Os investimentos em tecnologia da informação têm-se voltado, nos últimos anos, ao atendimento dos projetos institucionais que se direcionem, direta ou indiretamente, às áreas de pesquisa, ensino e extensão, além da manutenção dos serviços de TI necessários ao correto funcionamento da instituição. Com esse foco, as aquisições de soluções de tecnologia da informação têm tido papel importante nos investimentos de TI, tornando possível a realização de projetos, como: a adequação de laboratórios, execução de projetos itinerantes e modernização dos *campi*. Dessa forma, a TI tem apoiado a alta gestão do IFCE nas tomadas de decisão, bem como em seu planejamento estratégico.

Atividades Administrativas



Corresponde ao conjunto de ações de natureza tipicamente administrativa e de gestão desenvolvidas para prover a instituição dos meios para o alcance dos objetivos finalísticos. Destacam-se as despesas com Tecnologia da Informação, sob a ótica meio, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos.



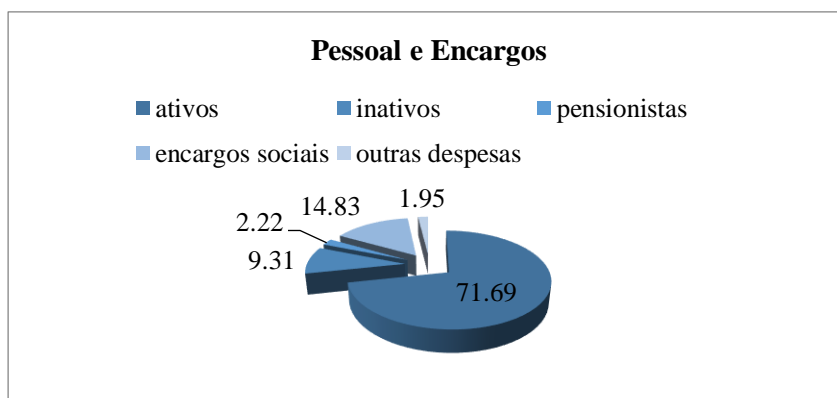
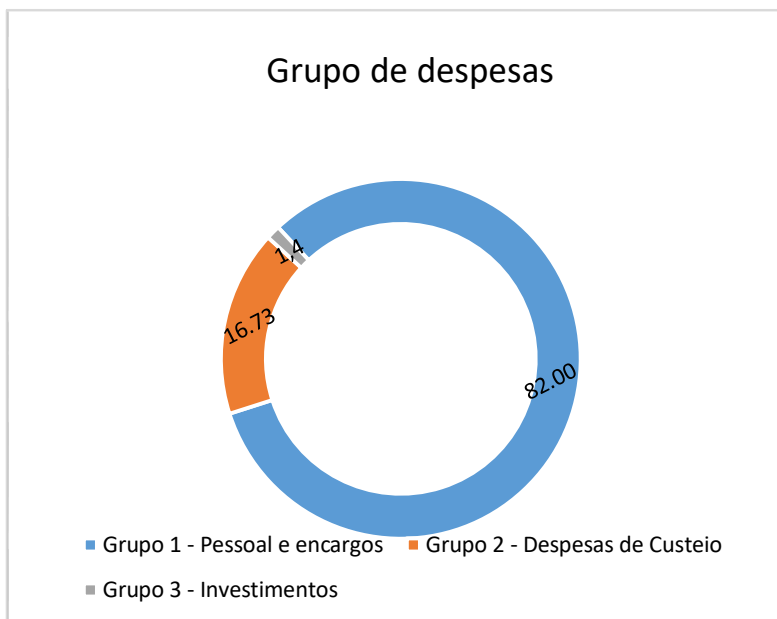
Os investimentos em tecnologia da informação têm-se voltado, nos últimos anos, ao atendimento dos projetos institucionais que se direcionem, direta ou indiretamente, às área de pesquisa, ensino e extensão, além da manutenção dos serviços de TI necessários ao correto funcionamento da

instituição. Com esse foco, as aquisições de soluções de tecnologia da informação tem tido papel importante nos investimentos de TI, tornando possível a realização de projetos como: a adequação de laboratórios, execução de projetos itinerantes e modernização dos *campi*. Dessa forma, a TI tem apoiado a alta gestão do IFCE nas tomadas de decisões, bem como em seu planejamento estratégico.

Valores pagos em 2018

Da execução por grupo e elemento de despesa

- Grupo de natureza de despesas: classificação do gasto realizado (pessoal, custeio e capital)
- Elemento de despesa: classificação detalhada do gasto realizado.



Despesas com Pessoal e Encargos	Valor Pago
Ativos	361 729 131,78
Inativos	46 987 749,52
Pensionistas	11 176 426,82
Encargos sociais	74 848 986,19
Outras despesas	9 825 236,73

Fonte: Tesouro Gerencial

Elemento de Despesa	Valor Pago 2018	Valor Pago 2017
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	361 729 131,78	351 904 411,98
13 – Obrigações patronais	74 848 986,19	66 587 343,5
Demais Elementos	67 989 413,07	63 832 808,15
Total de Despesas de Pessoal e Encargos	504 567 531,04	482 324 563,63

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Administrativas	Valor Pago
Aux e benefícios serv pub	25 959 328,52
Capacitação de servidores	1 441 223,66
OUTRAS DESPESAS	2 470 836,41
Total	29 871 388,59

Fonte: Tesouro Gerencial

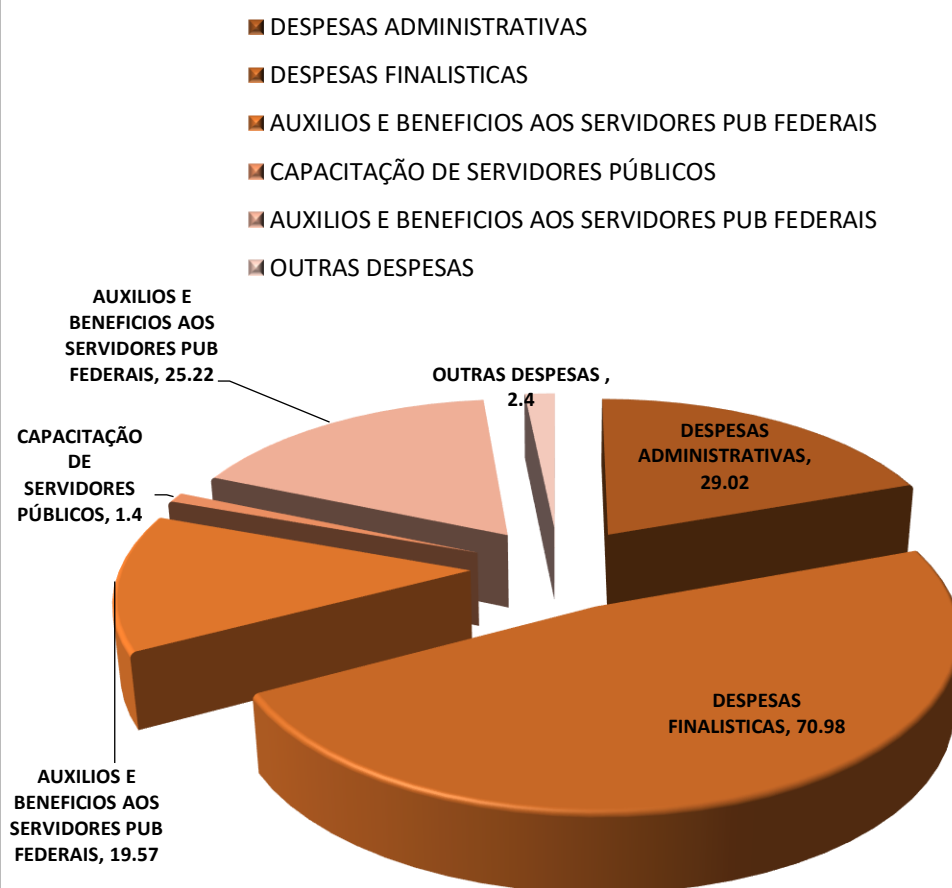
Despesas de Custeio	Valor Pago
Administrativas	29 871 388,59
Finalísticas	73 054 896,68
Total	102 926 285,27

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Finalísticas	Valor Pago
Assistência ao educando	17 966 356,64
Manutenção e Funcionamento	55 088 540,04
Total	73 054 896,68

Fonte: Tesouro Gerencial

CUSTEIO



Elemento	Valor Pago 2018	Valor Pago 2017
37 – Locação de mão de obra	33 765 664,32	36 134 396,59
39 – Outros serviços de terceiros PJ – OP.INT.ORC.	15 598 175,48	14 942 733,25
Demais elementos	53 562 445,47	49 911 972,65
Total Despesas de Custeio	102 926 285,27	100 989 102,49

Fonte: Tesouro Gerencial

Quando se analisa a despesa paga por elemento, verifica-se que os valores pagos com locação de mão de obra representam 33,80%, seguidos pelos valores pagos com demais serviços essenciais ao funcionamento do órgão (energia elétrica, água, telefonia, internet, combustível, entre outras), que representam 15,15%. Assim, esses dois elementos de despesa correspondem a

47,96% do total pago com custeio em 2018. Portanto, 52,04% são despesas diretamente alocadas nas atividades finalísticas (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Em 2018, as dotações consignadas na LOA para a realização dos investimentos planejados foram insuficientes, de modo que foi necessário utilizar as dotações do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial 2017, no montante de R\$ 6 561 520,00, para alcançar os seguintes objetivos.

Foi concluída a obra da sede dos *campi* Acopiara e Maranguape e iniciada a obra do Parque de Ciências do segundo. Deu-se início às obras de construção do *campus* Mombaça e dos Espaços de Vivência dos *campi*: Camocim, Caucaia, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá e Ubajara. Foram contratados os serviços de construção e reformados os ambientes de ensino nos *campi* de Guaramiranga e Jaguaruana. Houve também a recuperação da cobertura da quadra do *campus* Caucaia, entre outras reformas ou adaptações dos *campi* do IFCE.

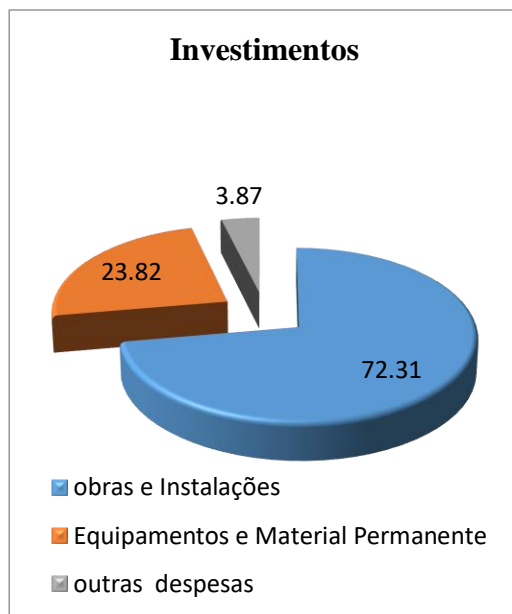
Foram adquiridos equipamentos e mobiliário para suprir as necessidades de instalação de ambientes de ensino nos *campi* Acopiara, Maranguape e Mombaça, assim como foram destinados recursos para modernização desses ambientes nos demais *campi* do IFCE. Além disso, foram adquiridos veículos (oito picapes e quatro micro-ônibus) para renovação da frota; equipamentos de TIC e *softwares* para garantir a segurança dos sistemas institucionais informatizados.

Despesas de Investimentos	Valor Pago
Finalísticas	7 787 809,88
Administrativas	0,00
Total	7 787 809,88

Fonte: Tesouro Gerencial

Finalísticas - Investimentos	Valor Pago
Obras e instalações	5 631 685,06
Equipamentos e material permanente	1 854 305,9
Outras despesas	301 818,92
Total	7 787 809,88

Fonte: Tesouro Gerencial



Elemento	Valor Pago em 2018	Valor Pago 2017
51-Obras e instalações	5 631 685,06	5 156 374,22
52- Equipamentos e material permanente	1 854 305,9	-
Demais Elementos	301 818,92	1 289 093,55
Total despesas de investimentos	7 787 809,88	6 445 467,77

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Financeira

A maioria das despesas pagas em 2018, no valor de R\$ 607 864 191,00, se refere ao pagamento de gastos com pessoal e encargos sociais, seguida de despesas de custeio e investimentos. Foram liquidados, ainda, restos a pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 35 871 580,00, totalizando-se R\$ 643 735 711,00 de execução financeira. Os restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas dentro do mesmo exercício financeiro.

Quadro 24 – Valores Pagos - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Ano de Inscrição	Valor Pago em 2018	Valor Pago em 2017	Valor Pago em 2016
2017	33 454 760,30	-	-
2016	1 885 421,91	27 949 046,67	-
2015	342 348,52	1 435 280,40	40 410 161,48
2014	174 852,07	631 348,27	6 244 591,55
2013	3 346,80	136 307,00	2 169 066,39
2012	10 850,00	103 517,27	105 241,19
Outros exercícios	-	-	15 126,01
Total	35 871 579,60	30 255 499,61	48 944 186,62

Fonte: Tesouro Gerencial

A instituição vem buscando reduzir o montante de inscrições e reinscrições em restos a pagar (RAPs). Verificou-se que ocorreu uma redução no exercício de 2017 em relação a 2016. Entretanto, não se percebe tal redução em 2018 por conta das obras em andamento dos *campi* de Maranguape e Mombaça. Outro fator que contribuiu para a não redução dos RAPs foi a liberação dos limites de empenho no final do exercício.

Quanto à execução dos recursos financeiros, ressalte-se que, em 2018, o percentual de repasse financeiro foi sempre insuficiente para atender aos valores solicitados, em atendimento à política governamental de controle de gasto, combinado com o cenário econômico que instituiu significativas restrições orçamentárias e financeiras ao órgão.

Desafios e ações futuras

A consolidação dos *campi* no interior com a oferta de ensino, pesquisa e extensão, visando a aumentar o número de matrículas nos cursos e garantir a permanência e o êxito dos alunos já matriculados são os principais desafios atuais, que, uma vez vencidos, representarão aumento no ingresso de recursos anualmente.

Outro desafio é consolidar a oferta de cursos em tempo integral, porque, para manter o aluno nos dois turnos, há necessidade de dotar os *campi* de infraestrutura adequada para o fornecimento de alimentação e criação de espaços para o desenvolvimento das atividades pedagógicas no contraturno das aulas. Tais ações requerem investimentos significativos para garantir a consolidação da instituição no interior do estado e o crescimento da oferta de vagas.

5.2 Gestão de pessoas

5.2.1. Conformidade legal

Os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) são regidos pela Lei nº 8.112/90. Assim, para assegurar a conformidade com a referida Lei e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo governo federal e órgãos de controle. Para isso, o IFCE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia/Planejamento, órgão central do SIPEC, de modo que os processos inerentes à gestão de pessoas sejam instruídos de acordo com a legislação vigente.

Como uma instituição colegiada, equiparada às universidades, o IFCE, além da legislação federal – comum a todas as demais instituições congêneres –, é norteado, no âmbito interno, pelo seu estatuto e ainda pelo Regimento Geral, documentos em que estão definidas as responsabilidades e competências dos órgãos integrantes dessa autarquia federal.

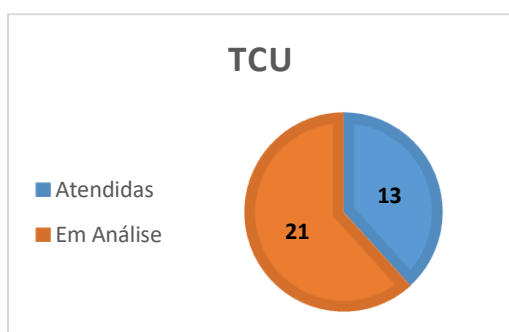
A gestão de pessoas do IFCE é coordenada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as políticas de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientações referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Ceará.

As ações da PROGEP são sistêmicas e objetivam integrar as atividades na área de gestão de pessoas, entre os órgãos de recursos humanos, aos os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

Assim, além das normas e diretrizes publicadas pelo órgão central do Sipec, o Instituto Federal do Ceará possui regulamentos próprios de gestão de pessoas, cuja finalidade é alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento isonômico.

Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos. Em 2018, destacamos as diligências referentes à aposentadoria.

Diligências recebidas: 69



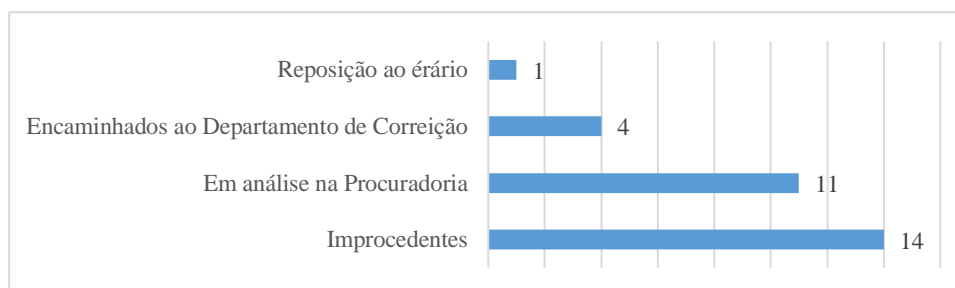
A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem atuado, ainda, a título preventivo, de forma a evitar a configuração de situações de acumulação indevida de cargos públicos, exigindo, quando da concessão do regime de dedicação exclusiva, a prévia assinatura de termo de responsabilidade e declaração de inexistência de outros vínculos.

Outra medida preventiva é a exigência de apresentação de declarações de órgãos públicos certificando a inexistência de vínculo empregatício no momento da investidura de novos servidores.

Todavia, à medida que toma ciência de indícios de casos de acumulação de cargos, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas promove a apuração por meio de processo administrativo no qual os servidores são notificados para que apresentem justificativas e documentos comprobatórios de regularização da possível acumulação.

No ano de 2018, foram identificadas 30 situações com possíveis acumulações de cargos. Para esses casos, notificaram-se os servidores para regularização da referida acumulação. Após a manifestação dos servidores, os processos foram encaminhados para análise e parecer da Procuradoria Federal junto ao IFCE.

Gráfico 42 - Acumulação de cargos



A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas.
- Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal.
- Atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.

5.2.2 Avaliação da força de trabalho

Total de Servidores: 3 300



O quadro de pessoal do Instituto Federal do Ceará é composto por duas carreiras, a saber: Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente). As referidas carreiras são regidas pelas Leis nº 11.091/2005 e nº 12.772/2012, respectivamente.

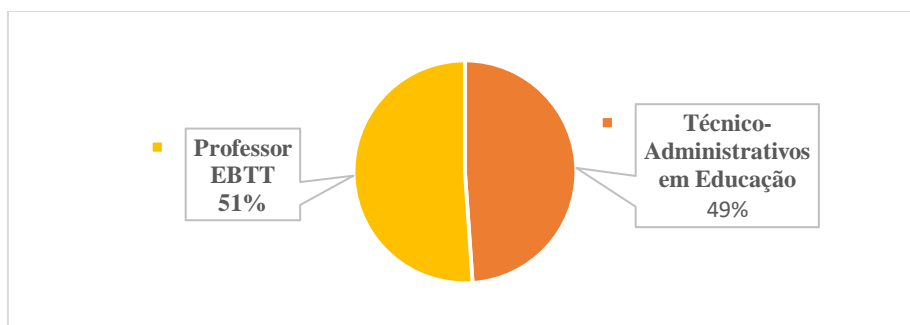
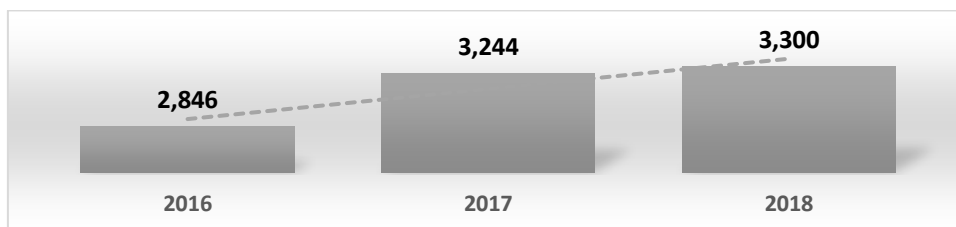


Gráfico 43 - Evolução do quadro de Pessoal

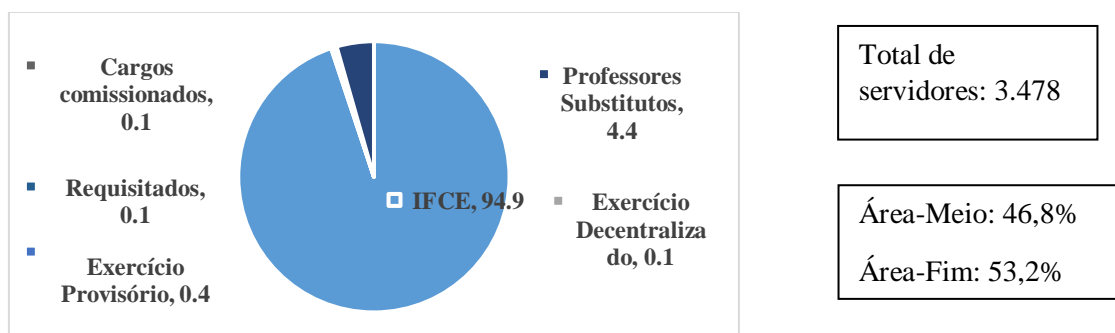


O nosso quadro é composto, ainda, por servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores de carreira requisitados de outros órgãos e esferas, servidores com contratos temporários e servidores sem vínculos com a Administração Pública.

Composição da Força de Trabalho Distribuição por situação funcional					
Servidores de Carreira				Contratação temporária (professores substitutos)	Sem vínculo
Vinculada ao órgão	Exercício descentralizado	Exercício provisório	Requisitados		
94,9	0,1	0,4	0,1	4,4	0,1
3 300	4	15	2	154	3

5.2.3 Distribuição da força de trabalho

Gráfico 44 - Distribuição dos servidores por unidade de exercício



5.2.4 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidades de Recursos Humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada *campus*.

É oportuno observar que, para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público, cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas têm as vagas preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, entre outros.

Todavia os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição, causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

Remoção e alocação de servidores

Antes do provimento de cargos, o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de *campus* da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios preestabelecidos em Resolução Própria (Resolução CONSUP N° 015, de 15 de março de 2016, alterada pela Resolução CONSUP N° 067, de 25 de novembro de 2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados.

Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos *campi*, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observada, nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

Detalhamento e despesas de pessoal

Em 2018, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará teve um gasto de 437,3 milhões com pessoal ativo (vantagens fixas, gratificação natalina, contrato temporário, exercício anteriores, pessoal requisitado, decisão judicial e vantagens variáveis). Destes, cerca de 91% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas como retribuição por cargo em comissão e indenizações.

Gráfico 45 - Custo direto com despesas de pessoal ativo em 2017

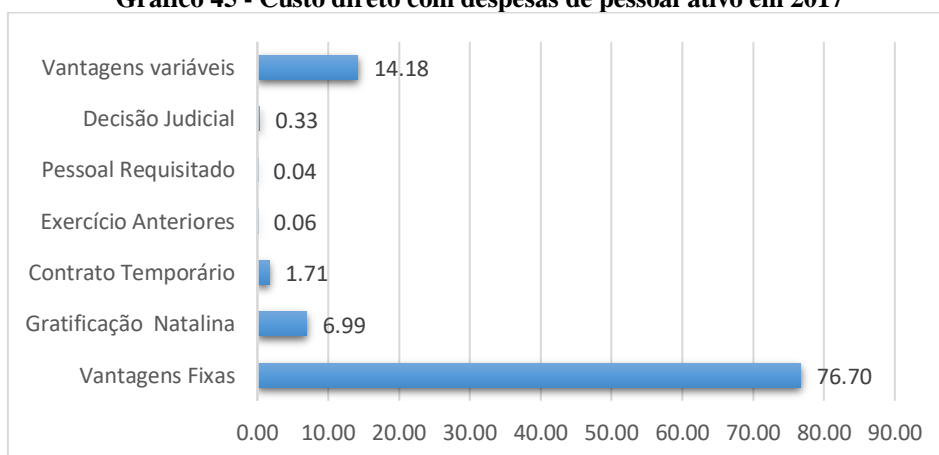
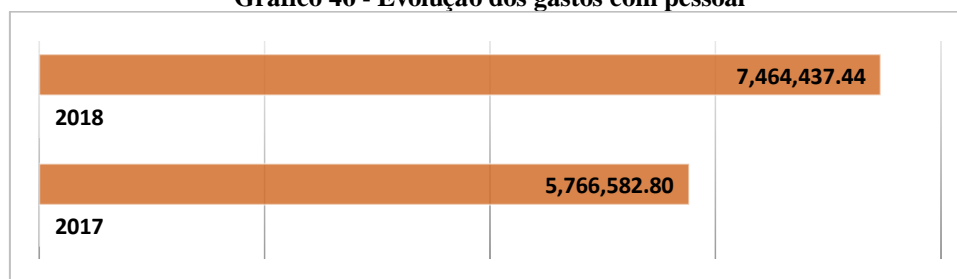


Gráfico 46 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: SIAPE e DW

Justificativa para o aumento das despesas

O aumento das despesas com pessoal se justifica pelo número de provimentos realizados entre 2017 e 2018 com vistas à implantação dos *campi* de Acopiara, Maranguape, Paracuru e Horizonte. Foram empossados 501 (quinhentos e um) servidores no segundo semestre 2017 (o impacto direto na folha se deu nos dois últimos meses do ano), e, no ano de 2018, foram empossados 125 servidores.

Concluimos que o ano de 2017 sofreu um pequeno impacto no pagamento da folha de pessoal, se comparado com o ano de 2016; já o ano de 2018, ao qual o relatório se refere, sofreu um impacto bem maior, em virtude da quantidade de servidores empossados.

Avaliação de desempenho

De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que rege a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada dezoito meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Assim, no âmbito do IFCE, a Progressão por Mérito Profissional se dá a partir da média das avaliações de desempenho realizadas da seguinte forma: autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação entre pares.

A Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de dezoito meses, conforme tabela abaixo:

Nível de classificação	Nível de capacitação	Carga horária de capacitação
A	I	Exigência mínima do cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exigência mínima do cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas

D	I	Exigência mínima do cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas

2018	
Progressão por mérito	715
Progressão por capacitação	356

Em relação à carreira do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), esta é regida pela Lei nº 12.772/2012, a qual dispõe que o desenvolvimento na carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção.

Para a Progressão, o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e ser aprovado em avaliação de desempenho individual.

A Promoção na carreira também acontece no interstício de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a saber:

- I - para a classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- II - para a classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- III - para a classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- IV - para a classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
 - c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

Aos servidores ocupantes de cargos da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório, é possibilitada a aceleração da promoção nos seguintes termos:

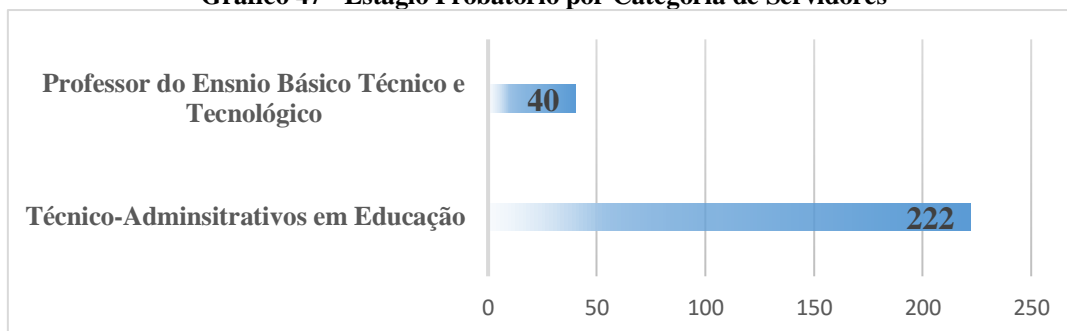
- I - de qualquer nível da classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista;
- II - de qualquer nível das classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Progressão Funcional	Promoção		
	Interstício de 24 meses	Classe de Professor Titular	Aceleração da Promoção

Estágio Probatório

Em 2018, concluíram estágio probatório 262 servidores. A partir da estabilidade adquirida com o estágio probatório, os servidores passaram a fazer jus a vários benefícios, dentre os quais podem-se destacar: licença para capacitação, licença para tratar de interesses particulares etc.

Gráfico 47 - Estágio Probatório por Categoria de Servidores



Fonte: Extração DW

Remuneração

A remuneração dos servidores é definida em lei e segue as seguintes tabelas:

Tabela de Vencimentos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT - LEI N° 13.325/16 – A partir de 01 de agosto de 2018

Gráfico 48 - 20 Horas

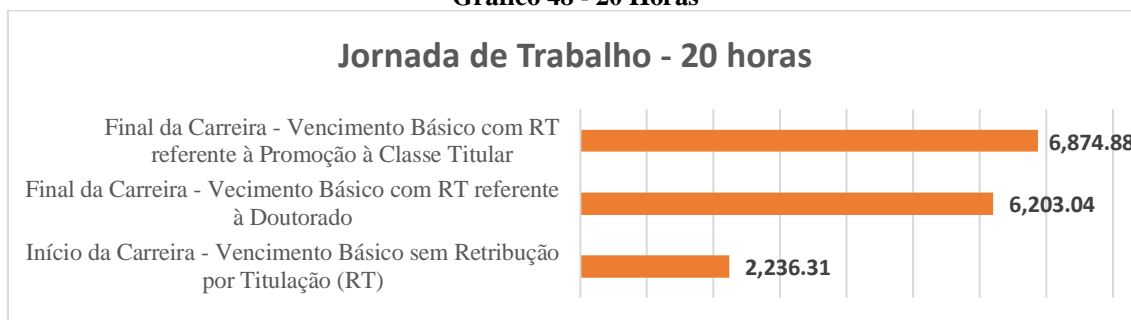


Gráfico 49 - 40 Horas

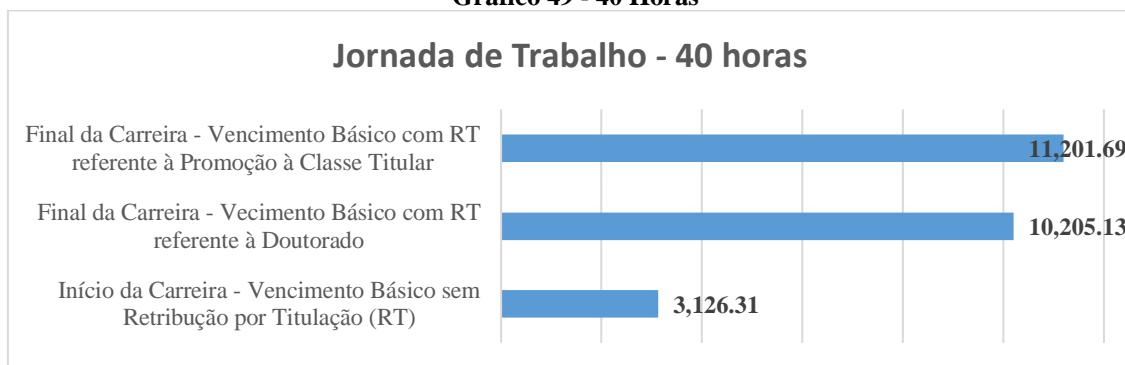


Gráfico 50 - Dedicção exclusiva

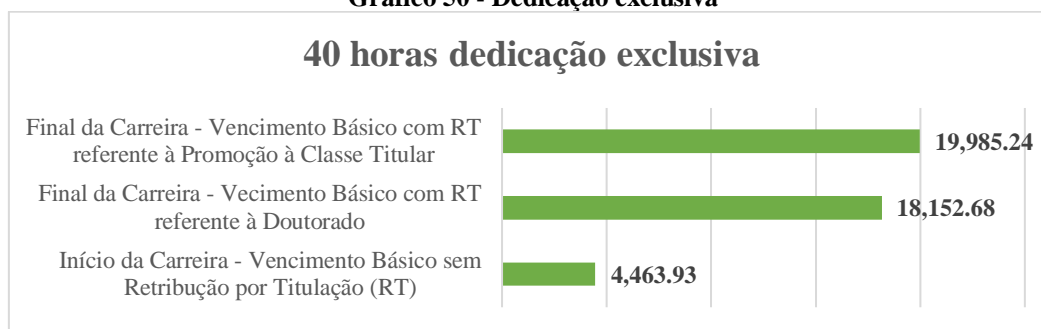


Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - LEI Nº 13.325, DE 29 DE JULHO DE 2016

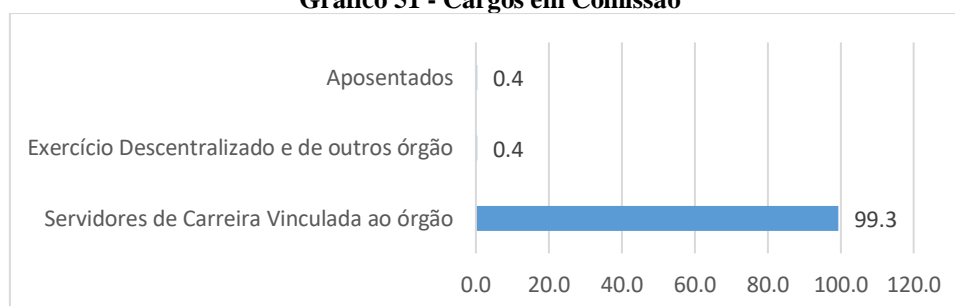
Quadro 25 - Estrutura do vencimento básico do PCCTAE a partir de 1^o de janeiro de 2017

Níveis			A				B				C				D				E			
Classes de Capacitação	Valor		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso AI P01	R\$	1.326,72	1																			
P02	R\$	1.378,46	2	1																		
P03	R\$	1.432,22	3	2	1																	
P04	R\$	1.488,08	4	3	2	1																
P05	R\$	1.546,11	5	4	3	2																
Piso BI P06	R\$	1.606,41	6	5	4	3	1															
P07	R\$	1.669,06	7	6	5	4	2	1														
P08	R\$	1.734,15	8	7	6	5	3	2	1													
P09	R\$	1.801,79	9	8	7	6	4	3	2	1												
P10	R\$	1.872,06	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso CI P11	R\$	1.945,07	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
P12	R\$	2.020,92	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
P13	R\$	2.099,74	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
P14	R\$	2.181,63	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
P15	R\$	2.266,71	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
P16	R\$	2.355,12	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso DI P17	R\$	2.446,96		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
P18	R\$	2.542,40			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
P19	R\$	2.641,55				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
P20	R\$	2.744,57					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
P21	R\$	2.851,61					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
P22	R\$	2.962,82						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
P23	R\$	3.078,37							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
P24	R\$	3.198,43								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
P25	R\$	3.323,17									15	14	13	12	9	8	7	6				
P26	R\$	3.452,77									16	15	14	13	10	9	8	7				
P27	R\$	3.587,43										16	15	14	11	10	9	8				
P28	R\$	3.727,34											16	15	12	11	10	9				
P29	R\$	3.872,70												16	13	12	11	10				
P30	R\$	4.023,74													14	13	12	11				
Piso EI P31	R\$	4.180,66													15	14	13	12	1			

P32	R\$	4.343,71													16	15	14	13	2	1		
P33	R\$	4.513,12														16	15	14	3	2	1	
P34	R\$	4.689,13															16	15	4	3	2	1
P35	R\$	4.872,00																16	5	4	3	2
P36	R\$	5.062,01																	6	5	4	3
P37	R\$	5.259,43																	7	6	5	4
P38	R\$	5.464,55																	8	7	6	5
P39	R\$	5.677,66																	9	8	7	6
P40	R\$	5.899,09																	10	9	8	7
P41	R\$	6.129,16																	11	10	9	8
P42	R\$	6.368,20																	12	11	10	9
P43	R\$	6.616,56																	13	12	11	10
P44	R\$	6.874,60																	14	13	12	11
P45	R\$	7.142,71																	15	14	13	12
P46	R\$	7.421,28																	16	15	14	13
P47	R\$	7.710,71																		16	15	14
P48	R\$	8.011,42																			16	15
P49	R\$	8.323,87																				16

Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Gráfico 51 - Cargos em Comissão



Fonte: SIAPE

De acordo com o gráfico, observa-se que os cargos em comissão, no âmbito do IFCE, são ocupados prioritariamente com servidores de carreira vinculados ao órgão.

5.2.5 Capacitação: estratégia e números

Para fins de possibilitar a capacitação/desenvolvimento dos servidores, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará possui regulamentação própria, na qual estabelece que o Programa de Capacitação dos Servidores do IFCE terá orçamento anual próprio, compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, 1% (um por cento) do orçamento de custeio das unidades estratégicas.

Destaca-se, ainda, que a distribuição do montante alocado, anualmente, para capacitação e qualificação obedecerá ao previsto no Plano Anual de Capacitação de Pessoal, e, ainda, sugestões das comissões representativas dos servidores, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão-Plano de Cargo e Carreira dos Servidores

Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), juntamente com a PROGEP e com aprovação do Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I. Melhorar a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II. Desenvolver permanentemente o servidor público;
- III. Adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional - PPI;
- IV. Divulgar e gerenciar as ações de capacitação;
- V. Racionalizar e garantir efetividade dos gastos com capacitação.

Gráfico 52 - Ações de Aperfeiçoamento

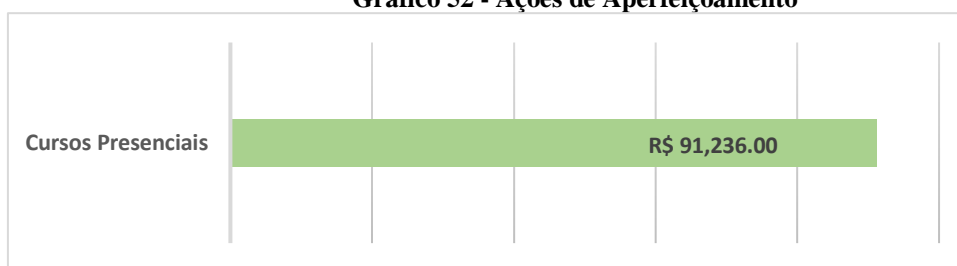
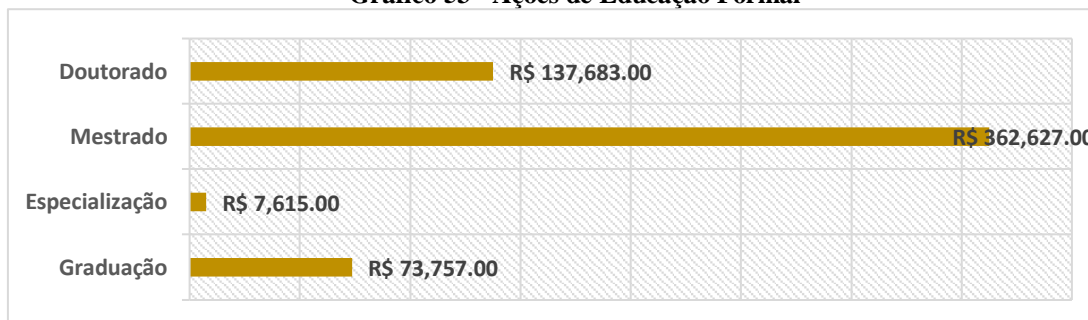


Gráfico 53 - Ações de Educação Formal



5.2.6 Principais desafios e ações futuras

Desafios

- Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE nos próximos 5 anos conforme previsto no PDI.
- Desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas.
- Modernizar e automatizar todas as atividades repetitivas e rotineiras da gestão de pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento das demandas dos usuários dos serviços públicos.

Ações futuras

- Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação da PROGEP para gerenciar (acompanhar, avaliar e supervisionar) todo o processo de capacitação do IFCE.

- Desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- Estimular, acompanhar, apoiar e supervisionar a criação de programas de qualidade de vida em todos os *campi*.

5.3 Gestão de licitações e contratos

5.3.1 Conformidade legal:

A gestão de licitações e contratos para o ano de 2018 foi pautada nas diretrizes estabelecidas pela legislação vigente relacionada aos temas e apoiada nas instruções normativas do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e do atual Ministério da Economia, em especial as Instruções Normativas nº 5/2017, 4/2014, 5/2014 e 1/2019. Acrescenta-se que o Instituto Federal do Ceará possui normativos próprios para a otimização da gestão dos processos licitatórios e contratuais, a saber:

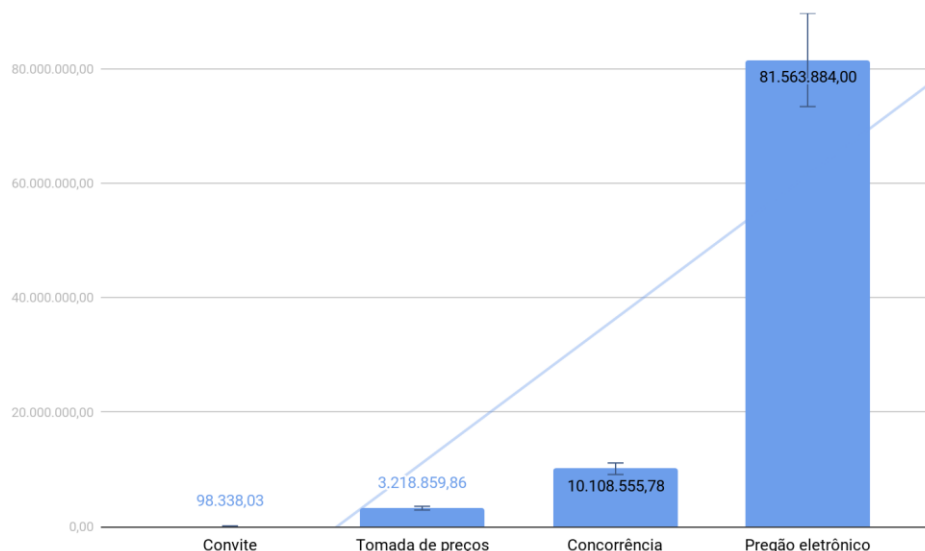
- Instrução Normativa Nº 02/2018/PROAP/IFCE, que institui o procedimento contábil para a efetivação de pagamento a se realizar diretamente aos funcionários terceirizados, devido ao descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da empresa contratada.
- Instrução Normativa Nº 03/2018/PROAP/IFCE, que dispõe sobre os procedimentos para a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, com abrangência aos Processos Licitatórios e Contratos do IFCE.
- Instrução Normativa Nº 04/2018/COC/DIRAD/PROAP/IFCE, que dispõe sobre os procedimentos inerentes à gestão e fiscalização de contratos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE.
- Instrução Normativa Nº 01/2019/DIRAD/PROAP/IFCE, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Embora este normativo tenha sido publicado em 2019, sua elaboração ocorreu em 2018 com os efeitos práticos iniciados no mesmo ano.

5.3.2 Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

No decorrer de 2018, foram executados R\$ 110 041 553,14 em contratações relativas a custeio e investimento. No tocante aos serviços realizados no decorrer do ano passado, o IFCE investiu, em contratos:

- R\$ 4 354 058,53 com obras civis, destacando-se a construção, a ser executada em 2019, da 33ª unidade do IFCE no município cearense de Mombaça;
- R\$ 4 003 536,37 com manutenções prediais para subsidiar e manter aproximadamente 200 mil metros quadrados construídos (somando-se os imóveis dos *campi* e Reitoria);
- R\$ 14 422 623,64 com aquisição de equipamentos para estruturação dos ambientes físicos.

A modalidade licitatória que mais movimentou recursos na instituição foi a de Pregão Eletrônico, seguida pela Concorrência, conforme quadro a seguir:



5.3.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para estas contratações:

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018), o Instituto Federal do Ceará buscou cumprir seus objetivos e metas estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 por meio do uso da metodologia do *Balanced Scorecard*, a qual consiste em estabelecer objetivos estratégicos voltados a atender a suas perspectivas de valor.

As perspectivas de valor são consideradas áreas imprescindíveis ao alcance da visão e cumprimento da missão da instituição. Assim, as perspectivas que atingiram diretamente as contratações neste período foram:

- Perspectiva da Sociedade, que corresponde à percepção de valor que o IFCE gera na sociedade. Nesta perspectiva, busca-se o desenvolvimento das regiões na qual a instituição está inserida.
- Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento, que tem por objetivo promover o crescimento e modernização da infraestrutura tecnológica, capital e humana a longo prazo, visando a impulsionar o desenvolvimento da instituição.
- Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira, que corresponde aos objetivos estratégicos voltados a criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recurso disponível.

Em 2018, o Instituto Federal investiu R\$ 14 422 623,64 na aquisição de bens permanentes e R\$ 354 058,53 em obras e serviços de engenharia para expansão da rede e melhoria da infraestrutura.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, durante toda a sua existência, tem-se pautado na ideia de que a educação de qualidade é o primeiro passo na busca de um país melhor e com menos desigualdades sociais. A instituição entende que políticas públicas que ampliem o acesso à educação formal, bem como ações voltadas para a melhoria da

qualidade do ensino, são aspectos relevantes a serem tratados, não apenas internamente ao IFCE, como também em todo o Brasil.

Pautado nestas macrodiretrizes, o IFCE trabalhou para efetivamente alcançar os objetivos estratégicos e, por meio das contratações, visa a subsidiar o atingimento das metas estratégicas estabelecidas para o quinquênio 2019-2023 no novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

5.3.4. Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização:

Em 2018, o Instituto Federal do Ceará realizou 682 processos de aquisição/contratação direta, que envolveram R\$ 15 051 915,47 da instituição, configurando uma execução de 2,11% dos recursos próprios da entidade.

Do total empenhado em processos de contratação direta, R\$ 11 398 256,64 foi destinado à compra de material e contratação de serviços por dispensa licitatória, e R\$ 3 653 658,83, à aquisição/serviços via inexigibilidade.

Do total de processos formalizados, 569 foram de dispensas previstas no art. 24 e incisos da Lei nº 8.666/1993. Por sua vez, a contratação direta via inexigibilidade licitatória, com base no art. 25 e incisos da Lei das Licitações, fomentou a instrução de 113 processos.

O Instituto Federal do Ceará contou, em 2018, 33 unidades (UASGs). Desta feita, temos uma média de aproximadamente 21 processos de contratação direta por unidade, dos quais os principais tipos foram: (1) energia elétrica; (2) fornecimento de água/esgoto; (3) capacitações; (4) aquisições e contratações de baixo valor.

Entre as contratações diretas, destacam-se as contratações com fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo. Além disso, justifica-se a dispensa de licitação dessas contratações pela manutenção da continuidade dos serviços essenciais ao funcionamento da infraestrutura dos *campi* e Reitoria do IFCE.

5.3.5. Principais desafios e ações futuras.

Por sua característica de gestão descentralizada, facilmente se verifica que o desafio da instituição, no que tange à gestão de licitações e contratos, é a padronização dos processos para o alcance dos melhores bens e serviços com economia de escala. Para tanto, a instituição empenha-se na produção de normativos que viabilizem o alcance desse objetivo.

Outro fator que precisa ser levado em consideração para a plena eliminação dos riscos inerentes a área é o reduzido quadro de servidores atuantes nos processos, situação que levou a instituição a aplicar R\$ 117 480,00 para a capacitação de 110 servidores em 2018.

Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2019-2023 estabeleceu como objetivo estratégico o aperfeiçoamento dos procedimentos visando à

efetividade e à excelência nos processos internos, com o propósito de fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE. Para tanto, pretende-se:

- Obter 25% de economicidade nas contratações;
- Alcançar o índice de 70% de qualidade na execução dos contratos;
- Satisfazer 80% dos requisitantes de bens e serviços.

5.4 Gestão patrimonial e infraestrutura

5.4.1. Conformidade legal:

A gestão patrimonial do Instituto Federal do Ceará é realizada de forma descentralizada pelos *campi* que integram o referido ente público. Esta particularidade é fruto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde se mostra que o perfil do IFCE favorece a descentralização das atividades táticas e operacionais, com o fito de promover maior eficiência na gestão como um todo.

Todavia, as atividades de gestão patrimonial ocorridas no Instituto Federal do Ceará não são realizadas de modo aleatório. A Reitoria, pela sua personificação gerencial de rede, rege de forma sistêmica as principais ações de patrimônio, com o fito de uniformizar os procedimentos e consolidar os dados referentes ao patrimônio institucional. A atuação sistêmica com olhar operacional é promovida pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, por intermédio da Coordenadoria de Patrimônio.

A estrutura Organizacional da Coordenadoria de Patrimônio está definida no Regimento Interno do IFCE, com definição de autoridade e subordinação, e é do conhecimento de todos os envolvidos, visto que está disponível no site oficial do IFCE e é de livre consulta. Formalmente, o setor está delineado por meio do Regimento Geral do IFCE, documento disponível por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>.

Os procedimentos relativos às atribuições operacionais estão formalizados no Manual de Gestão de Materiais do IFCE e nos normativos correlatos. O manual está disponível no sítio do IFCE na web, no link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>.

Aliada aos normativos, o Instituto Federal do Ceará dispõe de uma ferramenta *on-line* para gestão patrimonial: a plataforma SUAP Patrimônio. Este aplicativo possui como função principal registrar os materiais permanentes da instituição, proporcionando controle sobre a localização, movimentação e ajustes contábeis sofridos pelos bens. Além disso, o sistema traz como benefícios: (a) atendimento aos ditames legais relacionados à gestão de patrimônio; (b) processos padronizados; (c) base de dados consolidada, propiciando a emissão de relatórios precisos; (d) atualização periódica do sistema; (e) segurança de acesso aos dados mediante perfis de acesso para cada servidor; (f) *backup* diário dos dados.

No decorrer de 2018, a instituição realizou, em suas unidades, processo de migração dos inventários existentes para a plataforma SUAP Patrimônio. Com o advento da Portaria nº 754/GABR/REITORIA, de 31 de agosto de 2018, o uso da plataforma passou a se tornar obrigatório a todas as unidades da instituição desde o dia 18 de setembro de 2018.

No exercício de 2018, com a publicação da Portaria nº 12 da PROAP, iniciaram-se os trabalhos relativos à avaliação bienal dos imóveis do IFCE, uma vez que a última avaliação

ocorreu em 2016 (com os registros lançados no sistema SPIUnet). Os laudos de avaliação estão sendo elaborados em atendimento aos novos ditames da Instrução Normativa SPU nº 02/2017 e Instrução Normativa SPU nº 22/2017, quanto à regularização patrimonial e avaliação dos bens.

Controle patrimonial de bens móveis

Os registros contábeis envolvendo as contas do grupo 12310.00.00 – Bens Móveis tem sido basicamente o ingresso de bens por aquisições, a incorporação de bens mediante doação e as baixas por transferências entre os *campi*.

Os registros das transferências seguem o disposto na macrofunção Siafi 020330, título 10.1 (item 2), onde são enviados o valor histórico e sua respectiva depreciação acumulada (conta 12380.01.00) até a data da transferência de responsabilidade.

O Departamento de Contabilidade não teve, até a presente data, acesso aos documentos que comprovem a incidência ou mensuração da depreciação mensal dos bens, não tendo subsídio documental para efetuar os registros de tais despesas. Considerando o disposto na macrofunção Siafi 020330, estão sendo feitas as apropriações das depreciações dos bens transferidos, tendo como suporte documental o Termo de Transferência dos Bens e, quando necessário, o inventário.

Com o intuito de padronizar os procedimentos adotados pelo órgão quanto às transferências de bens, disponibilizamos, na nuvem institucional, no *drive* de equipe Contabilidade/Financeiro/Orçamento, o arquivo “Orientações Transferências de Bens Móveis.docx”, o qual contém os procedimentos para as apropriações da depreciação, transferência do bem pelo *campus* de origem e o recebimento pelo *campus* de destino.

Para as contas do ativo intangível 12411.01.01 – Software com vida útil definida e 12411.02.01 – Software com vida útil indefinida, foram realizadas individualizações a fim de tornar a informação contábil sintética mais transparente, sendo criadas inscrições de conta corrente para tal fim. Quanto às contas 12421.01.01 – Marcas e patentes industriais e 12421.01.02 – Concessão de direito de uso, foram encaminhadas aos setores competentes solicitações, a fim de ajuste dos valores, assim como também foram enviados comunicados aos *campi* orientando as baixas de saldos alongados.

Controle patrimonial de bens imóveis

Ao longo do exercício de 2018, foi realizado levantamento, em toda a rede, para individualização das obras em andamento, a fim de propiciar informação contábil mais transparente nas contas (12321.06.01 – Obras em andamento, 12321.06.05 – Estudos e projetos, 12321.07.00 – Instalações e 12321.08.00 – Benfeitoria em imóveis de terceiros). A individualização consiste em criar uma inscrição de conta corrente para cada imóvel, projeto ou instalação com registros no Balanço Contábil.

5.4.2.Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Objeto	Contratada	CNPJ	Valor da obra (R\$)	Status	Resultado
Construção de 05 salas de aula no <i>campus</i> Tabuleiro do Norte	E&L Serviços e Locações LTDA	19.570.868/0001-55	219 527,14	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 05 salas de aula no <i>campus</i> Umirim	E&L Serviços e Locações LTDA	19.570.868/0001-55	215 861,31	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 02 salas de aula no <i>campus</i> Camocim	E&L Serviços e Locações LTDA	19.570.868/0001-55	107 462,49	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 02 salas de aula no <i>campus</i> Tauá	E&L Serviços e Locações LTDA	19.570.868/0001-55	171 338,70	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 05 salas de aula no <i>campus</i> Tianguá	E&L Serviços e Locações LTDA	19.570.868/0001-55	215 603,33	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de tanques de piscicultura e adequação dos	Dinâmica Empreendimentos e Serviços EIRELI	25.025.604/0001-13	247 893,55	Concluída	Adequação de ambientes já existentes, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura, para instalação de laboratórios. Os tanques de piscicultura foram projetados priorizando a economia de recursos e atendimento às demandas dos cursos envolvidos. A infraestrutura instalada possibilitou o desenvolvimento das atividades práticas, imprescindíveis na formação dos alunos.

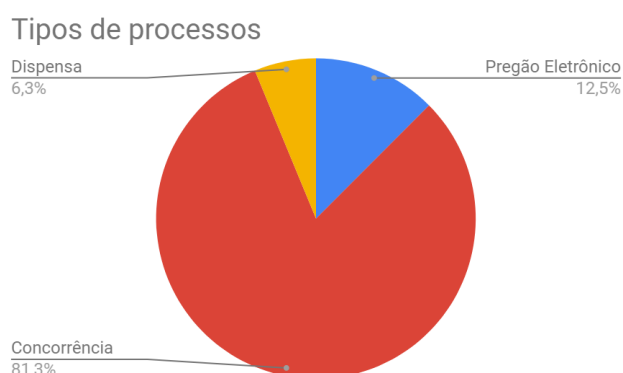
laboratórios de química no <i>campus</i> Aracati					
Construção de 05 salas de aula no <i>campus</i> Ubajara	H.M de Vasconcelos Serviços	22.156.360/0001-10	181 888,44	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 02 salas de aula no <i>campus</i> Morada Nova	JB2 Engenharia LTDA	14.207.860/0001-05	87 349,83	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de 03 salas de aula no <i>campus</i> Baturité	GAP Construções e Projetos LTDA	09.412.882/0001-77	85 711,38	Concluída	Utilização de espaço já coberto (pilotis) de bloco didático para construção das salas de aula, economizando com custos de fundações, estrutura de concreto e cobertura. Os ambientes possibilitaram o funcionamento da unidade de ensino e a ampliação de atendimento considerando a entrada de novas turmas.
Construção de quadra poliesportiva no <i>campus</i> Quixadá	JB2 Engenharia LTDA	14.207.860/0001-05	697 598,85	Em andamento	Utilização de projeto-padrão disponibilizado pelo FNDE para construção de quadra poliesportiva, uma vez que até então o <i>campus</i> não dispunha de equipamento para práticas esportivas, fundamentais para a formação do aluno.
Conclusão do <i>campus</i> Maranguape	IGC Empreendimentos Imobiliários LTDA	05.263.842/0001-50	8 787 018,47	Em andamento	A execução da obra visa ao funcionamento do <i>campus</i> Maranguape, complementando a terceira fase da expansão da Rede Federal, uma vez que a unidade já conta com alunos matriculados (até então as atividades do <i>campus</i> ocorriam em sede provisória). O início das atividades no novo <i>campus</i> está previsto para fevereiro de 2019.

5.4.3. Desfazimento de ativos:

Em 2018, o Instituto Federal do Ceará não realizou desfazimento de bens ativos, e também não houve desfazimento de bens imóveis.

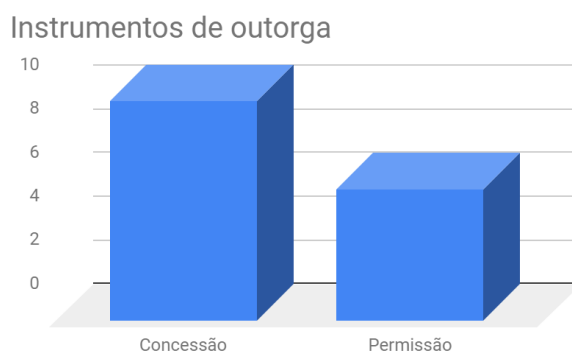
5.4.4. Locações de imóveis e equipamentos:

Em 2018, o Instituto Federal do Ceará encerrou seu último contrato de locação de imóvel. Igualmente, a instituição mantém contratos de concessão de espaços para outras instituições públicas, organizações privadas e pessoas físicas. A manutenção destes contratos gerou uma receita de aproximadamente R\$ 116 943,09. As cessões foram oriundas de processos licitatórios, conforme gráfico:



Fonte: Pannel de preços do Governo Federal

A concorrência predominou enquanto modalidade de formalização das concessões, seguida pela modalidade de pregão eletrônico. A dispensa foi utilizada para um único processo, relativo à cessão de espaço para instalação de caixa eletrônico.



Em relação ao tipo de instrumento de outorga, tivemos dez contratos de concessão e seis contratos de permissão de uso, totalizando-se dezesseis contratos vigentes em 2018.

5.4.5. Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de 2018, não houve desmobilizações de bens imóveis.

5.4.6.Principais desafios e ações futuras

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 trouxe objetivos estratégicos voltados à infraestrutura do IFCE, destaque para a gestão da estrutura física dos *campi*, bem como à adoção de ações voltadas à sustentabilidade, no que tange ao uso racional dos recursos naturais e a medidas que visem a reduzir os impactos ao meio ambiente. A gestão da infraestrutura contará ainda, em 2019, com diagnóstico da estrutura física de cada unidade de ensino, com vista a identificar as necessidades de intervenções, como adequações, reformas e ampliações de ambientes. Tal diagnóstico considerará, além dos ambientes existentes, a projeção do número de alunos e turnos de funcionamento, objetivando a racionalização dos recursos.

No que tange às ações voltadas à sustentabilidade, a médio e curto prazo, destacam-se as metas de redução no consumo de água e energia elétrica, além da redução do custo deste último com a revisão contratual e instalação de painéis fotovoltaicos para geração de energia (investimento depende de dotação orçamentária para execução).

As metas citadas acima, constantes do PDI 2019-2023, serão precedidas de projetos estratégicos que já estão em execução, como: diagnóstico da infraestrutura, elaboração de manual de manutenção, elaboração de projetos-padrão para ambientes estruturantes (bibliotecas, ginásios poliesportivos e restaurantes acadêmicos) e implantação do Sistema de Gestão de Bens Imóveis.

5.5 Gestão da tecnologia da informação

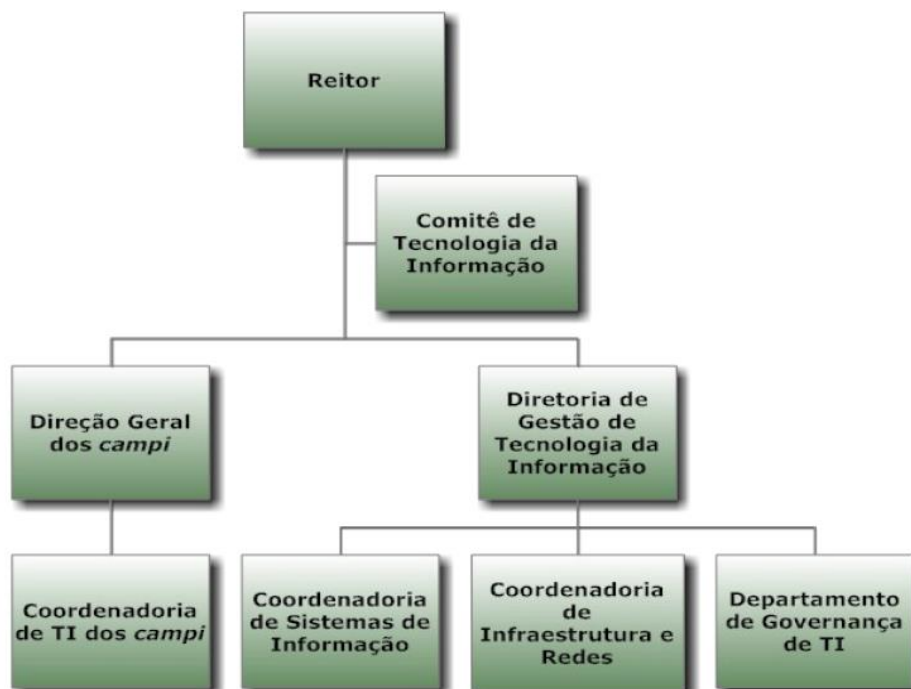
5.5.1 Conformidade legal

De forma a assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará acompanha constantemente as regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e pelos seus órgãos de controle responsáveis pelo tema, para realizar a aplicação das mesmas em seu cenário de atuação. Desta forma, o IFCE busca a melhoria contínua de serviços e soluções de Tecnologia da Informação a toda a comunidade acadêmica.

Documentos de referência: [PETI IFCE](#), [PDTI IFCE](#) e legislação neles referenciada.

5.5.2 Modelo de Governança de TIC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará realiza, por meio de seu Departamento de Governança de Tecnologia da Informação, as ações necessárias para apoiar o Comitê de Tecnologia da Informação, a Diretoria em Gestão de TI e a Governança Corporativa do IFCE. O Departamento de Governança de TIC compõe, juntamente com a Coordenadoria de Sistemas e a Coordenação de Infraestrutura e Redes, a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação.



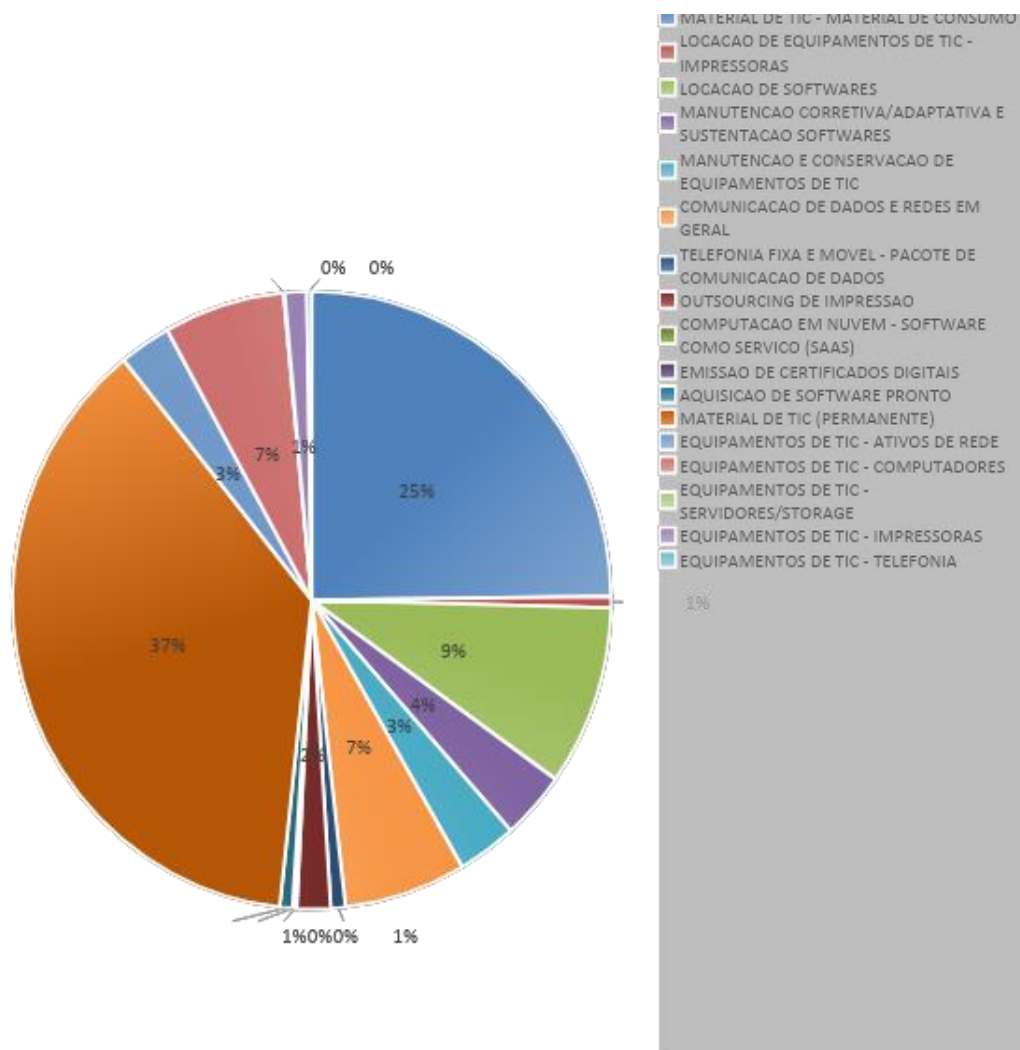
Documento de referência: [PDTI IFCE](#) e [Regimento Interno IFCE](#)

A Governança de TIC dentro do IFCE tem como papel fundamental o alinhamento das estratégias e ações de Tecnologia da Informação com estratégias e objetivos de negócio. Abaixo, segue o organograma onde a Governança de TIC encontra-se inserida no IFCE.

5.5.3 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos aplicados em Tecnologia da Informação foram divididos da seguinte forma: material de TIC (consumo), locação de equipamentos de TIC, locação de *softwares*, manutenção corretiva de *software*, comunicação de dados, telefonia fixa e móvel, *outsourcing* de impressão, computação em nuvem, emissão de certificados digitais, aquisição de *software*, material de TIC (permanente), equipamentos de TIC – ativos de rede, equipamentos de TIC – computadores, equipamentos de TIC – servidores, equipamentos de TIC – impressoras, equipamentos de TIC – telefonia.

Gráfico 54 - Despesas de TIC - 2018



Fonte: Departamento de Gestão Orçamentária - IFCE

5.5.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

As contratações mais relevantes de TI, em 2018, foram aquelas que apoiaram a implantação de novos *campi* do IFCE, bem como as que atendem, de forma sistêmica, às necessidades da instituição, totalizando o valor R\$ 680 768,49:

- Aquisição de computadores tipo *desktop* e periféricos para atendimento às unidades: Maranguape, Acopiara e Mombaça. (Valor de R\$305 099,75)
- Aquisição de solução corporativa de *backup*. (Valor de R\$345 363,74)
- Aquisição de computadores portáteis para montagem de laboratório, atendendo ao projeto laboratório itinerante. (Valor de R\$30 305,00)

5.5.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

No decorrer do ano de 2018, a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação teve como principais projetos:

- Implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI em todas as unidades do IFCE;
- Adequação dos módulos do sistema SUAP de forma a contemplar todas as unidades do IFCE, notadamente a importação de bens patrimoniais de sistemas legados.
- Tratamento dos temas estratégicos de TI dentro do novo Plano Diretor da Instituição.

5.5.6 Segurança da Informação

O IFCE instituiu, em 2017, por meio de seu Conselho Superior – CONSUP, a política de segurança da informação, onde são abordados os principais pontos referentes à segurança da informação dentro da instituição. No decorrer de 2018, o tema ganhou ainda mais relevância, sendo inserido no novo PDI do IFCE. As diretrizes e detalhamento desta política serão tratados a partir de 2019 de forma sistêmica pela DGTI. (Documento de referência: [Política de Segurança da Informação IFCE](#))

5.5.7 Principais ações futuras

As principais ações futuras dentro da TI estão relacionadas diretamente ao novo Plano Diretor da instituição. Desta forma, segue um breve resumo das mesmas.

- Implantação do serviço de videoconferência;
- Implantação do serviço de voz sobre IP – VOIP;
- Avaliação de auditoria de Segurança de Informação;
- Criação de Intranet interligando todas as unidades.

Documento de referência: [PDI IFCE](#)

5.6 Gestão de custos

5.6.1 Conformidade legal (art. 50, §3º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 9 de março de 2011)

No exercício de 2018, o IFCE solicitou ao portal do Sistema Integrado de Custos-SIC da Secretaria do Tesouro Nacional-STN o cadastro e disponibilização dos dados de custos do órgão no Portal SIC. Apesar da confirmação pela STN de que o cadastro seria efetivado em outubro de 2018, os dados não foram disponibilizados no sistema, devido a dificuldades encontradas na estruturação dos dados do Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

5.6.2 Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte.

Distribuição dos recursos do IFCE por áreas de atuação	
Área de Atuação	Movimento R\$
Pesquisa	2 249 882,75
Extensão	487 246,81
Ensino	118 188 535,68
Suporte (folha de pessoal)	577 216 056,10
Total	698 141 721,34

Fonte: Tesouro Gerencial

O IFCE atua em três eixos ou áreas finalísticas: Ensino, Pesquisa e Extensão. O ensino é a principal área de atuação, sendo a ela destinado o maior volume de recursos financeiros, para garantir a sua manutenção e expandir as suas ações nos mais de trinta *campi* distribuídos pelo estado. Tais recursos destinam-se à manutenção e conservação dos ambientes de ensino, à assistência aos alunos (fornecimento de alimentação, transporte, iniciação científica e outros benefícios) e à capacitação de professores e servidores técnico-administrativos.

No que se refere aos recursos destinados à folha de pessoal, é preciso considerar que, como os servidores (professores e técnico-administrativos) atuam nessas três áreas de forma conjunta, não é possível segregar os recursos da folha nas áreas finalísticas. Por esse motivo, os recursos foram considerados como consumidos pela área de suporte.

5.6.3 Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC

Distribuição dos recursos do IFCE por programa governamental		
Programa Governo	Movimento R\$	
0089	Previdência de inativos e Pensionistas da União	63 539 455,49
0909	Operações Especiais: outros encargos especiais	3 816,00
0910	Operações especiais: gestão da participação em organismos e	122 077,00
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36 859,16
2026	Conservação E Gestão de Recursos Hídricos	22 500,00
2031	Educação Profissional e Tecnológica	532 411,46
2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	22 326,98
2080	Educação de Qualidade Para Todos	118 087 172,34
2084	Recursos Hídricos	319.522,86

2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Da Educação	515 455 580,05
Total		698 141 721,34

Fonte: Tesouro Gerencial

O IFCE aplicou recursos em dez programas governamentais. Os programas Previdência de Inativos e Pensionistas da União; Operações Especiais: Outros Encargos Especiais e Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação correspondem às despesas com a área de suporte (folha de pessoal).

Já os programas Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Qualidade Para Todos destinam-se a atender às despesas com a manutenção e com a expansão das áreas finalísticas.

Há também recursos oriundos de convênios com o Ministério da Saúde e da Agência Nacional das Águas, que resultaram na produção de conhecimentos (pesquisa) e formação de pessoal para atuar nessas áreas.

Ressalte-se que esses valores correspondem às dotações autorizadas na LOA/2018 e à execução de despesas dos anos anteriores, inscritas em restos a pagar.

5.6.4 Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

Para a formação de profissionais atualizados com as inovações tecnológicas é necessário que os ambientes de ensino sejam constantemente modernizados. Assim, como essa modernização representa um volume maior de recursos a serem aplicados, tal fato constitui um desafio para o IFCE.

Para uma alocação mais eficiente de recursos, o IFCE estabeleceu indicadores na área da gestão orçamentária e financeira, cujas metas, caso alcançadas, acarretarão a melhoria do gasto público. Outra ação futura que contribuirá positivamente para o alcance desses resultados é a implantação do SIC no IFCE.

5.7 Sustentabilidade ambiental

5.7.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Para obras e serviços de engenharia, são adotadas as minutas de termos de referência e projeto básico padrão da Advocacia-Geral da União (AGU). Tendo em vista o alinhamento estratégico do IFCE para as obras e serviços, serão ampliados os critérios de sustentabilidade na habilitação técnica e execução dos contratos, em consonância com o Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, destacando-se o que se refere aos resíduos, origem da madeira utilizada, produtos que afetam a atmosfera e certificação dos equipamentos (consumo de energia elétrica).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE vem realizando com seus *campi* ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da Gestão em 2018:

- Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis: a instituição, quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de condicionadores de ar com tecnologia *inverter* (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de *tonners* e cartuchos recarregáveis.
- Comissões de resíduos sólidos: Em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, algumas Unidades Gestoras do IFCE desenvolvem projetos para separação e descarte dos resíduos sólidos.
- Divulgação de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades da rede IFCE: Anualmente, durante o Fórum de Administração e Planejamento, realizado pela PROAP, os *campi* do IFCE são convidados a compartilhar as experiências exitosas desenvolvidas por professores e técnicos administrativos no âmbito de suas unidades. As ações englobam a área de gestão ambiental e de infraestrutura e têm como principal objetivo disseminar as boas práticas em toda rede.

Cumprir, ainda, que, no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE para o quinquênio 2019-2023, foram incluídos como objetivos estratégicos a promoção e a consolidação da cultura da inovação e da sustentabilidade. O citado objetivo visa a disseminar a cultura do uso racional dos recursos, principalmente os renováveis, por meio da implantação de práticas inovadoras.

No que tange à gestão das contratações e aquisições, pretende-se, até o final da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional:

- Reduzir o custo com energia elétrica na ordem de 15%;
- Reduzir o consumo de água na ordem de 25%;

- Reduzir o consumo de energia elétrica em 20%.

5.7.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais

No exercício de 2018, foram realizadas iniciativas para redução do consumo de recursos naturais, como: aquisição de equipamentos de ar condicionado de tecnologia *inverter* para toda a rede (especificação padrão), com menor consumo de energia elétrica, na ordem de 20%; contratação de cisternas para captação de água da chuva; elaboração de projeto-padrão de estação de tratamento para o reaproveitamento de água e estudo preliminar de viabilidade técnica e econômica para instalação de usinas fotovoltaicas para geração de energia elétrica. Cabe destaque às metas para os próximos 05 anos consignadas no PDI, a saber: a) redução do custo com energia elétrica em 15%; b) redução do consumo de água em 25%; c) redução do consumo de energia elétrica em 20%.

5.7.3. Redução de resíduos poluentes

Ainda no exercício de 2017, foi constituída comissão, na Reitoria, por meio da Portaria nº 874/2017/GR, para implementação de coleta seletiva, de modo a destinar os resíduos corretamente, bem como atender à norma quanto à reciclagem. No decorrer de 2018, foi verificada a necessidade de ampliar a atuação da comissão, com vista à elaboração de modelo para toda a instituição. Destacam-se os projetos estratégicos para os próximos 02 anos, consignadas no PDI, principalmente a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P (com foco na gestão dos resíduos) e elaboração do Plano de Gestão Ambiental do IFCE.

6. Demonstrações contábeis



6.1 Declaração do Contador -Geral, Flávio Vieira

O Departamento de Contabilidade – DCO compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento – PROAP e, conforme o art. 39 do Regimento Geral do IFCE, tem como atribuições normatizar, planejar, coordenar, controlar, executar e avaliar as atividades tributárias, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis do IFCE, bem como acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução da despesa e receita pública sob a ótica patrimonial e orçamentária nas diversas unidades gestoras que compõem a rede IFCE.

Esta declaração de contador tem como referência as demonstrações contábeis consolidadas de toda rede IFCE composta pelos seguintes *campi*:

- Reitoria
- *Campus* Fortaleza
- *Campus* Limoeiro do Norte
- *Campus* Quixadá
- *Campus* Juazeiro do Norte
- *Campus* Sobral
- *Campus* Cedro
- *Campus* Maracanauá
- *Campus* Iguatu
- *Campus* Crato
- *Campus* Acaraú
- *Campus* Canindé
- *Campus* Crateús
- *Campus* Baturité
- *Campus* Tauá
- *Campus* Tabuleiro do Norte
- *Campus* Morada Nova
- *Campus* Jaguaribe
- *Campus* Tianguá
- *Campus* Umirim
- *Campus* Aracati
- *Campus* Ubajara
- *Campus* Caucaia

- *Campus* Camocim
- *Campus* avançado Guaramiranga
- *Campus* avançado Jaguaruana
- *Campus* avançado Pecém
- Polo de Inovação Fortaleza
- *Campus* Itapipoca
- *Campus* Paracuru
- *Campus* Horizonte
- *Campus* Boa Viagem
- *Campus* Acopiara
- *Campus* Maranguape

A conformidade contábil é realizada pelo profissional de contabilidade de cada *campus* e depois é dada a conformidade contábil do órgão pelo DCO, consolidando todas as restrições apontadas individualmente por cada *campus*. Esta conformidade é embasada em dispositivos legais que visam a assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do IFCE a serem apresentadas nesta declaração são as seguintes:

- **Balanco patrimonial**, que evidencia os ativos, passivos e patrimônio líquido do órgão;
- **Balanco orçamentário**, que confronta a aprovação com a execução da receita e despesa do órgão;
- **Balanco financeiro**, que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- **Demonstração dos fluxos de caixa**, que visa a demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- **Demonstração das variações patrimoniais**, em que é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

- **Demonstração das mutações do patrimônio líquido**, que divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas em estrita observância às normas contábeis vigentes no Brasil, abaixo discriminadas:

- Lei nº 4.320/64;
- Lei complementar nº 101/2000 – LRF;
- Normas Brasileiras de Contabilidade ao Setor Público – NBCASP;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP;
- Manual SIAFI.

Ressalvas

a) Registro da depreciação e amortização: Nossas demonstrações contábeis não refletem integralmente e fielmente, em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) 16.9 e 16.10, o registro da depreciação e amortização. A razão para essa ressalva se deve por ainda estar em andamento a finalização dos ajustes do inventário relativo ao exercício de 2018. No entanto, há que se considerar que a evolução do saldo da depreciação acumulada dos bens móveis de **R\$ 3 665 310,56**, em 2017, para **R\$ 7 221 209,47**, em 2018, é resultado do esforço da instituição em realizar os devidos ajustes do próprio exercício e de exercícios anteriores e proceder com o reconhecimento integral da depreciação e amortização.

b) Falta de envio por parte do almoxarifado do RMA – Saldo superavitário da Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00 = Material de Consumo: O IFCE dispõe de um sistema de controle de almoxarifado que, embora eficaz, não é utilizado por toda a rede. Assim, alguns *campi* não fazem o envio do RMA para a contabilidade. Desta forma, a conciliação contábil referente ao consumo de almoxarifado não foi realizada por todos os *campi* de forma fidedigna e tempestiva, gerando uma afronta ao Princípio Contábil da Oportunidade.

c) Ausência de envio do Relatório de Bens Móveis e Intangíveis –RMBI: O envio mensal do RMBI para que a contabilidade proceda às devidas conciliações dos saldos contábeis das contas de bens móveis não vem sendo realizado.

d) Saldo da conta imóveis especiais não confere com Spiunet: Quanto à evolução dos valores dos bens imóveis, o Departamento de Contabilidade finalizou, no ano de 2018, a individualização da conta de obras em andamento (criação de conta corrente específica para cada item/unidade) dos montantes gastos. Em 2019, tendo por objetivo a evidenciação segregada por *campus* do patrimônio global imobiliário da instituição, os valores do sistema SPIUNET serão conciliados com o SIAFI.

e) Ausência de registro das provisões, ativos e passivos contingentes: Não há normatização interna que regulamente a geração dessas informações. Tais procedimentos visam, na essência, à identificação, mensuração e reconhecimento contábil tempestivo de todos os atos potenciais ativos e passivos, em atendimento ao princípio da oportunidade e sua primazia pela integridade e fidedignidade do registro contábil.

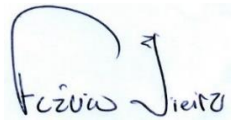
f) Restrições de classes 7 e 8: Ainda não foram disponibilizadas no Repositório de Arquivos do MEC – RAMEC como sanar os desequilíbrios oriundos das contas de classe 7 e 8.

g) Ausência de Conformidade de Gestão: A inexistência de uma eficiente certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI contribui para a geração de informações contábeis que não refletem a realidade orçamentária, financeira e patrimonial da instituição.

Declaração:

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores, declaro que as Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, **EXCETO** no tocante às ressalvas já pontuadas.

Fortaleza-CE 15 de fevereiro de 2019

A handwritten signature in blue ink, reading "Flávio de Oliveira Vieira". The signature is written in a cursive style with a large initial 'F'.

Flávio de Oliveira Vieira

CRC CE nº 024841 – T

Chefe de Departamento de Contabilidade

6.2 Demonstrações contábeis consolidadas

Balço Patrimonial - BP

Tabela Principal

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		70.554.523,36	64.812.933,80	PASSIVO CIRCULANTE		58.038.539,27	3.212.892,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	55.698.027,79	8.223.879,87	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		50.380.030,32	62.468,13
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	348.179,18	40.891.650,17	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	2.760.760,22	2.954.206,52
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		64,65	3.064,65
Estoques		14.496.978,89	15.687.500,82	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	03	11.337,50	9.902,94	Demais Obrigações a Curto Prazo		4.897.684,08	193.152,76
Ativo não circulante		676.741.038,92	581.749.250,38	Passivo não circulante		3.383,13	2.903,13
Ativo Realizável a Longo Prazo		534.797,00	534.797,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		530.020,45	530.020,45	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Dívida Ativa Não Tributária		530.020,45	530.020,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		2.903,13	2.903,13
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		4.776,55	4.776,55	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		480,00	-
Imobilizado	04	675.261.057,90	580.480.277,56	Resultado Diferido		-	-
Bens Móveis		176.935.099,11	169.560.009,17	Total do passivo exigível		58.041.922,40	3.215.795,19
Bens Móveis		184.156.745,90	173.225.319,73	Patrimônio líquido			

(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-7.221.209,47	-3.665.310,56				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-437,32	-				
Bens Imóveis		498.325.958,79	410.920.268,39	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
Bens Imóveis		501.057.617,95	412.817.546,96	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.731.659,16	-1.897.278,57	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Reservas de Capital		-	-
Intangível	05	945.184,02	734.175,82	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Softwares		930.647,69	706.671,59	Reservas de Lucros		-	-
Softwares		930.647,69	706.671,59	Demais Reservas		-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	Resultados Acumulados	07	689.253.639,88	643.346.388,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	Resultado do Exercício		50.450.330,04	71.224.016,07
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		14.536,33	27.504,23	Resultados de Exercícios Anteriores		643.346.388,99	570.471.361,03
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		14.536,33	27.504,23	Ajustes de Exercícios Anteriores		-4.543.079,15	1.651.011,89
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-	Total do patrimônio líquido		689.253.639,88	643.346.388,99
Diferido		-	-				
Total do ativo		747.295.562,28	646.562.184,18	Total do passivo e patrimônio líquido		747.295.562,28	646.562.184,18

Quadro 26 - de Ativos e Passivos Financeiros

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Ativo financeiro	55.721.984,38	8.247.836,46	Passivo financeiro	108.710.489,02	51.866.588,81
Ativo permanente	691.573.577,90	638.314.347,72	Passivo permanente	8.069.841,92	154.126,30
			Saldo patrimonial	630.515.231,34	594.541.469,07

Quadro 27 de Compensações

ATIVO		
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2018	2017
Saldo dos atos potenciais ativos	65.013.151,67	60.302.297,62
Execução dos Atos Potenciais Ativos	65.013.151,67	60.302.297,62
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	467.590,22	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	64.485.597,01	60.036.778,17
Direitos Contratuais a Executar	59.964,44	265.519,45
TOTAL	65.013.151,67	60.302.297,62
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2018	2017
Saldo dos atos potenciais passivos	111.212.497,36	108.323.470,73

Execução dos Atos Potenciais Passivos	111.212.497,36	108.323.470,73
Garantias e contragarantias concedidas a executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	3.613.971,34	3.773.806,10
Obrigações Contratuais a Executar	107.598.526,02	104.549.664,63
TOTAL	111.212.497,36	108.323.470,73

Superávit / Déficit do Exercício de 2018

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NE	SUPERA VIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos ordinários		-34.158.647,31
Recursos vinculados		-18.829.857,33
Educação		-10.927.374,11
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-35.716,75
Previdência Social (RPPS)		-
Recursos de Receitas Financeiras		-2.892.168,88
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		633.000,18
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-5.568.014,84
Demais Recursos		-39.582,93
TOTAL		-52.988.504,64

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2018	2017
Variações patrimoniais aumentativas		880.822.644,35	730.964.717,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	08	1.182.142,45	1.220.670,77
Venda de Mercadorias		130.257,39	151.712,72
Vendas de Produtos		11.392,96	26.406,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.040.492,10	1.042.552,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.427,07	404,90
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		3.427,07	404,90
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-

Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		794.053.227,44	720.809.846,57
Transferências Intragovernamentais		787.080.577,06	703.100.926,70
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multi governamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		6.972.650,38	17.708.919,87
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		85.021.426,91	7.923.159,66
Reavaliação de Ativos		-	2.941.794,92
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		84.898.233,37	4.850.463,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos		123.193,54	130.901,21
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		562.420,48	1.010.635,65
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		562.420,48	1.010.635,65

Variações patrimoniais diminutivas		830.372.314,31	659.740.701,48
Pessoal e Encargos		560.325.624,94	412.042.513,36
Remuneração a Pessoal	09	456.108.798,29	319.040.668,15
Encargos Patronais		76.527.067,19	67.479.190,93
Benefícios a Pessoal		27.689.759,46	25.522.654,28
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		64.046.227,37	55.556.394,58
Aposentadorias e Reformas		51.790.671,29	44.036.129,33
Pensões		12.162.757,68	11.422.322,35
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		92.798,40	97.942,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10	82.997.904,67	77.223.127,70
Uso de Material de Consumo		12.302.347,38	9.185.246,97
Serviços		68.870.211,77	66.897.828,05
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.825.345,52	1.140.052,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		10.074,00	65.978,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		1.561,27	65.881,13
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		8.512,73	97,50
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		97.199.283,24	99.554.545,95
Transferências Intragovernamentais		90.191.349,99	86.162.990,49

Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		122.077,00	167.316,00
Transferências a Instituições Multi governamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		6.885.856,25	13.224.239,46
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.373.490,43	902.788,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	36.954,02
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		5.030,30	780,56
Incorporação de Passivos		-	2.940,12
Desincorporação de Ativos		9.368.460,13	862.113,46
Tributárias		133.131,97	62.028,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.585,89	15.215,47
Contribuições		114.546,08	46.813,19
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		16.286.577,69	14.333.324,44
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		15.591.978,92	13.665.380,14
Subvenções Econômicas		-	-

Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		694.598,77	667.944,30
Resultado patrimonial do período		50.450.330,04	71.224.016,07

Balanco Financeiro – BF

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		1.515.805,75	2.231.302,70	Despesas Orçamentárias		711.688.275,56	629.336.526,99
Ordinárias		-	424.776,10	Ordinárias		623.493.568,54	194.515.327,26
Vinculadas		1.542.647,68	1.830.664,08	Vinculadas		88.194.707,02	434.821.199,73
Educação		339.412,48	461.083,98	Educação		820.800,00	423.662.479,55
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		12.481.833,90	727.799,95
Recursos de Receitas Financeiras			-	Previdência Social (RPPS)		51.088.314,49	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.203.235,20	1.369.580,10	Recursos de Receitas Financeiras		3.224.365,05	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-26.841,93	-24.137,48	Operação de Crédito			1.047.891,28
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		7.673.109,55	1.183.121,74
				Outros Recursos Vinculados a Fundos		12.906.284,03	8.199.907,21
Transferências Financeiras Recebidas		787.080.577,06	703.100.926,70	Transferências Financeiras Concedidas		90.294.306,61	86.162.990,49
Resultantes da Execução Orçamentária		731.050.204,48	653.776.128,54	Resultantes da Execução Orçamentária		69.507.558,86	66.214.187,90
Repasse Recebido		661.599.341,78	587.731.719,94	Repasse Concedido		56.696,16	169.779,30

Sub-repasse Recebido		69.450.862,70	66.044.408,60	Sub-repasse Concedido		69.450.862,70	66.044.408,60
Independentes da Execução Orçamentária		56.030.372,58	49.324.798,16	Independentes da Execução Orçamentária		20.786.747,75	19.948.802,59
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		54.712.301,79	48.356.437,57	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.162.060,04	18.773.916,67
Demais Transferências Recebidas		3.456,60	289.022,84	Demais Transferências Concedidas		61.698,71	289.022,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.314.614,19	679.337,75	Movimento de Saldos Patrimoniais		562.989,00	885.863,08
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		97.547.832,54	40.024.074,44	Despesas Extraorçamentárias		36.687.485,26	30.706.391,42
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		49.598.153,47	2.237.092,37	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.711.642,70	3.006.653,90
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		46.808.495,90	37.340.300,73	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		33.159.936,90	27.248.845,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		814.970,03	440.300,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		815.905,66	450.891,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		326.213,14	6.381,20	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		223.256,52					
Demais Recebimentos		102.956,62	6.381,20				
Saldo do Exercício Anterior		8.223.879,87	9.073.484,93	Saldo para o Exercício Seguinte	11	55.698.027,79	8.223.879,87
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.223.879,87	9.073.484,93	Caixa e Equivalentes de Caixa		55.698.027,79	8.223.879,87
TOTAL		894.368.095,22	754.429.788,77	TOTAL		894.368.095,22	754.429.788,77

Balço Orçamentário – BO

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas correntes	12	8.419.128,00	8.419.128,00	1.515.805,75	-6.903.322,25

Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		204.577,00	204.577,00	231.420,52	26.843,52
Receita Agropecuária		131.428,00	131.428,00	130.257,39	-1.170,61
Receita Industrial		-	-	11.392,96	11.392,96
Receitas de Serviços		7.951.160,00	7.951.160,00	803.985,92	-7.147.174,08
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		131.963,00	131.963,00	338.748,96	206.785,96
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.419.128,00	8.419.128,00	1.515.805,75	-6.903.322,25
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		8.419.128,00	8.419.128,00	1.515.805,75	-6.903.322,25
DEFICIT	14			710.172.469,81	710.172.469,81

TOTAL		8.419.128,00	8.419.128,00	711.688.275,56	703.269.147,56
--------------	--	---------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	NE	586.403.833,00	679.770.703,00	679.854.911,60	656.590.903,48	607.493.816,31	-84.208,60
Pessoal e Encargos Sociais		456.563.101,00	552.426.001,00	549.489.650,76	548.922.635,57	504.567.531,04	2.936.350,24
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		129.840.732,00	127.344.702,00	130.365.260,84	107.668.267,91	102.926.285,27	-3.020.558,84
DESPESAS DE CAPITAL		21.281.351,00	19.284.079,00	31.833.363,96	8.288.876,18	7.787.809,88	-12.549.284,96
Investimentos		21.281.351,00	19.284.079,00	31.833.363,96	8.288.876,18	7.787.809,88	-12.549.284,96
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	13	607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56
TOTAL		607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56

Anexo 1 - Demonstrativo De Execução Dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.358.728,54	22.033.112,84	17.859.409,77	17.757.404,99	2.405.004,46	10.229.431,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.358.728,54	22.033.112,84	17.859.409,77	17.757.404,99	2.405.004,46	10.229.431,93
DESPESAS DE CAPITAL	3.105.890,65	15.307.187,89	15.402.531,91	15.402.531,91	1.208.061,14	1.802.485,49
Investimentos	3.105.890,65	15.307.187,89	15.402.531,91	15.402.531,91	1.208.061,14	1.802.485,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.464.619,19	37.340.300,73	33.261.941,68	33.159.936,90	3.613.065,60	12.031.917,42

Demonstrativo De Execução Restos A Pagar Processados E Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
------------------------	------------------------------------	---	-------	------------	-------

DESPESAS CORRENTES	124.432,80	732.956,22	706.115,34	47.314,38	103.959,30
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	124.432,80	732.956,22	706.115,34	47.314,38	103.959,30
DESPESAS DE CAPITAL	137.601,67	2.005.527,36	2.005.527,36	28.527,37	109.074,30
Investimentos	137.601,67	2.005.527,36	2.005.527,36	28.527,37	109.074,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	262.034,47	2.738.483,58	2.711.642,70	75.841,75	213.033,60

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	72.669.277,07	18.322.750,85
INGRESSOS	789.737.565,98	705.778.910,74
Receitas Derivadas e Originárias	1.515.805,75	2.231.302,70
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	231.420,52	220.474,62
Receita Agropecuária	130.257,39	151.712,72
Receita Industrial	11.392,96	26.406,00
Receita de Serviços	803.985,92	822.369,76
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	338.748,96	1.010.339,60

Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	788.221.760,23	703.547.608,04
Ingressos Extraorçamentários	814.970,03	440.300,14
Transferências Financeiras Recebidas	787.080.577,06	703.100.926,70
Arrecadação de Outra Unidade	223.256,52	
Demais Recebimentos	102.956,62	6.381,20
DESEMBOLSOS	-717.068.288,91	-687.456.159,89
Pessoal e Demais Despesas	-550.196.025,86	-533.263.489,63
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-58.474.220,34	-55.425.199,50
Saúde	-33.171,80	-
Trabalho	-	-
Educação	-491.336.412,86	-477.054.167,39
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-	-229.342,07
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-342.022,86	-458.480,67
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-50.200,00
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-6.700,00	-46.100,00
Encargos Especiais	-3.498,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-75.762.050,78	-67.578.787,96
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-75.639.973,78	-67.411.471,96
Outras Transferências Concedidas	-122.077,00	-167.316,00

Outros Desembolsos das Operações	-91.110.212,27	-86.613.882,30
Dispêndios Extraorçamentários	-815.905,66	-450.891,81
Transferências Financeiras Concedidas	-90.294.306,61	-86.162.990,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-25.195.129,15	-19.172.355,91
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-25.195.129,15	-19.172.355,91
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.367.710,85	-18.997.492,13
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-827.418,30	-174.863,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47.474.147,92	-849.605,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.223.879,87	9.073.484,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	55.698.027,79	8.223.879,87

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	580.867.977,02	-	580.867.977,02
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-9.175.916,08	-	-9.175.916,08
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	430.311,98	-	430.311,98
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	71.224.016,07	-	71.224.016,07
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	643.346.388,99	-	643.346.388,99
Saldo Inicial do Exercício 2018	643.346.388,99	-	643.346.388,99
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.551.507,06	-	-4.551.507,06
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	8.427,91	-	8.427,91

Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	50.450.330,04	-	50.450.330,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	689.253.639,88	-	689.253.639,88

6.3 Notas explicativas às demonstrações contábeis – exercício 2018

I. Informações gerais

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) é uma pessoa jurídica pertencente à administração indireta, com natureza jurídica de autarquia federal. Trata-se de uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.744.098/0001-45, tendo a sua sede administrativa situada em Fortaleza, Ceará, na rua Jorge Dumar, 1703, bairro Jardim América. É uma instituição que pertence à União e é voltada à educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A instituição foi criada em dezembro de 2008, mediante a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os 38 institutos federais hoje existentes no país. Com essa lei, as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu foram integradas ao IFCE, mantendo a sua autonomia administrativa e pedagógica.

Considerando esse contexto, as Demonstrações Contábeis do IFCE foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as unidades gestoras executoras integrantes do IFCE, dispostas no tópico seguinte.

a. Relação de unidades gestoras executoras componentes do IFCE

O IFCE, no exercício de 2018, além da Reitoria, possui 32 (trinta e dois) Unidades Gestoras Executoras, conforme demonstra a tabela abaixo:

	CÓDIGO DA UG	NOME DA UNIDADE EXECUTORA	CNPJ
0	158133	Reitoria	10.744.098/0001-45
1	158313	<i>Campus</i> Fortaleza/IFCE	10.744.098/0002-26
2	158314	<i>Campus</i> Limoeiro do Norte/IFCE	10.744.098/0003-07
3	158315	<i>Campus</i> Quixadá/IFCE	10.744.098/0004-98
4	158316	<i>Campus</i> Juazeiro do Norte/IFCE	10.744.098/0005-79
5	158317	<i>Campus</i> Sobral/IFCE	10.744.098/0006-50
6	158318	<i>Campus</i> Cedro/IFCE	10.744.098/0007-30
7	158319	<i>Campus</i> Maracanaú/IFCE	10.744.098/0009-00

8	158320	<i>Campus Iguatu/IFCE</i>	10.744.098/0008-11
9	158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	10.744.098/0010-36
10	158322	<i>Campus Acaraú/IFCE</i>	10.744.098/0011-17
11	158323	<i>Campus Canindé/IFCE</i>	10.744.098/0012-06
12	158324	<i>Campus Crateús/IFCE</i>	10.744.098/0013-89
13	158951	<i>Campus Baturité/IFCE</i>	10.744.098/0014-60
14	158952	<i>Campus Tauá/IFCE</i>	10.744.098/0015-40
15	158953	<i>Campus Tabuleiro do Norte/IFCE</i>	10.744.098/0016-21
16	158954	<i>Campus Morada Nova/IFCE</i>	10.744.098/0017-02
17	158955	<i>Campus Jaguaribe/IFCE</i>	10.744.098/0018-93
18	158956	<i>Campus Tianguá/IFCE</i>	10.744.098/0019-74
19	158957	<i>Campus Umirim/IFCE</i>	10.744.098/0020-08
20	158958	<i>Campus Aracati/IFCE</i>	10.744.098/0021-99
21	158959	<i>Campus Ubajara/IFCE</i>	10.744.098/0022-70
22	158960	<i>Campus Caucaia/IFCE</i>	10.744.098/0023-50
23	158961	<i>Campus Camocim/IFCE</i>	10.744.098/0024-31
24	158962	<i>Campus Guaramiranga/IFCE</i>	10.744.098/0025-12
25	158963	<i>Campus Jaguaruana/IFCE</i>	10.744.098/0026-01
26	158964	<i>Polo de Inovação Fortaleza/IFCE</i>	10.744.098/0027-84
27	158965	<i>Campus Itapipoca/IFCE</i>	10.744.098/0028-65
28	158966	<i>Campus Paracuru/IFCE</i>	10.744.098/0029-46
29	158967	<i>Campus Horizonte/IFCE</i>	10.744.098/0030-80
30	158968	<i>Campus Boa Viagem/IFCE</i>	10.744.098/0031-60
31	158969	<i>Campus Acopiara/IFCE</i>	10.744.098/0032-41
32	158973	<i>Campus Maranguape/IFCE</i>	10.744.098/0033-22

II. Resumo das políticas contábeis significativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor

Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As informações constantes na DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26405 – IFCE, autarquia federal da administração indireta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

a. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os critérios de registro, avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais no âmbito do IFCE:

Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos e obrigações: Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques: Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de estoques devem abranger todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros relacionados ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não devem ser absorvidos pelos estoques. Os gastos de distribuição, de administração geral e financeiros são considerados como variações patrimoniais diminutivas (VPD) do período em que ocorrerem e não como custo dos estoques.

Imobilizado: O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora do ativo deve optar entre valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação. O modelo do custo consiste no valor de aquisição, produção ou construção menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. O modelo da reavaliação consiste no valor justo sujeito à reavaliação periódica menos a depreciação acumulada e as perdas acumuladas por imparidade. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido. No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem. Em caso de divergência deste critério com o fixado no instrumento de autorização da transferência, este deve ser evidenciado em notas explicativas.

Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFCE são apuradas pelo Sistema Unificado de Gestão Pública – SUAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, abaixo discriminada:

CÓD. CONTA	DESCRIÇÃO DA CONTA	Vida (anos)	Útil	Valor Residual
12311.01.01	Aparelhos de Medição E Orientação	15		10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10		20%
12311.01.03	Equipam./utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	15		20%
12311.01.04	Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	10		10%
12311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10		10%
12311.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20		10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10		10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15		10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10		10%
12311.01.10	Equipamentos de montaria	5		10%
12311.01.11	Equipamento e materiais sigilosos e reservados	10		10%
12311.01.12	Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	5		10%
12311.01.13	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	15		10%
12311.01.14	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30		10%
12311.01.15	Equipamentos, peças e acessórios de proteção ao voo	30		10%
12311.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	15		10%
12311.01.17	Equipamentos de máquinas e motores navios esquadra			
12311.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	20		10%
12311.01.19	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10		10%
12311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	10		10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10		10%
12311.01.23	Máquinas e equipamentos construção civil	20		10%
12311.01.24	Máquinas e equipamentos eletroeletrônicos	10		10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10		10%
12311.01.99	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	10		10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5		10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10		10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10		10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10		10%
12311.03.04	Utensílios em geral	10		10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10		0%
12311.04.03	Discotecas e filmotecas	5		10%
12311.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20		10%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10		10%
12311.04.06	Obras de arte e pecas para exposição			
12311.04.07	Máquinas e equipamentos para fins didáticos	10		10%
12311.04.99	Outros materiais culturais, educ. e de comun.	10		10%
12311.05.01	Veículos em geral	15		10%
12311.05.02	Veículos ferroviários	30		10%

12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12311.05.04	Carros de combate	30	10%
12311.05.05	Aeronaves		
12311.05.06	Embarcações		
12311.09.00	Armamentos	20	15%
12311.10.00	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10%
12311.99.04	Armazéns estruturais- coberturas de lona	10	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Depreciação de bens imóveis: As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data-base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II - reavaliados aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como: incêndio, desmoração, desabamento, arruinação, entre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

III. Notas Explicativas dos itens relevantes das Demonstrações Contábeis

Nota Explicativa 01: Caixa e Equivalentes de Caixa

O item “caixa e equivalentes de caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com grande capacidade de liquidez rápida em moeda nacional.

A Tabela 1 a seguir, demonstra a composição dos recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, evidenciando o saldo de R\$ 55 698 027,79 em 31 de dezembro de 2018, o qual apresenta um crescimento de 577,27% em comparação ao exercício anterior.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN alterou o prazo da rotina de contabilização das Ordens Bancárias de Folha – OBF. A partir de dezembro de 2018, a geração da OBF passou a ocorrer no dia útil seguinte à autorização do Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro na Ordem de Pagamento (OP). Portanto, como a FP de dezembro de 2018 foi paga no dia 31 de dezembro de 2018, as OBs foram geradas apenas em 2019. Assim, o financeiro da folha de dezembro de 2018 ingressou em dezembro de 2018, porém a saída só foi contabilizada no início do exercício de 2019.

ATIVO		
Especificação	2018	2017
Ativo Circulante	70 554 523,36	64 812 933,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	55 698 027,79	8 223 879,87

Nota Explicativa 02: Demais Créditos a Curto Prazo

O subgrupo “demais créditos e valores a curto prazo” compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

A Tabela 2 evidencia um saldo de R\$ 348 179,18 em 31 de dezembro de 2018, o qual apresenta um decréscimo de 99% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Tal fato se deve à baixa de saldos alongados, referente a provisões de 13º e férias, alocados nas contas contábeis 1.1.3.1.1.01.01 e 13 SALARIO – ADIANTAMENTO e 1.1.3.1.1.01.02.

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Ativo Circulante	70 554 523,36	64 812 933,80
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	348.179,18	40 891 650,17

Nota Explicativa 03: VPDS pagas antecipadamente

Este subgrupo do ativo circulante representa o somatório da contabilização dos serviços e materiais pagos antecipadamente. Em 2018, o somatório de R\$ 11 337,50 representa a contabilização de R\$ 5 600,00 de Prêmios e Seguros e R\$ 5 737,50 de assinaturas de jornais.

ATIVO		
Especificação	2018	2017
Ativo Circulante	70 554 523,36	64 812 933,80
VPDs pagas antecipadamente	11 337,50	9 902,94

Nota Explicativa 04: Imobilizado

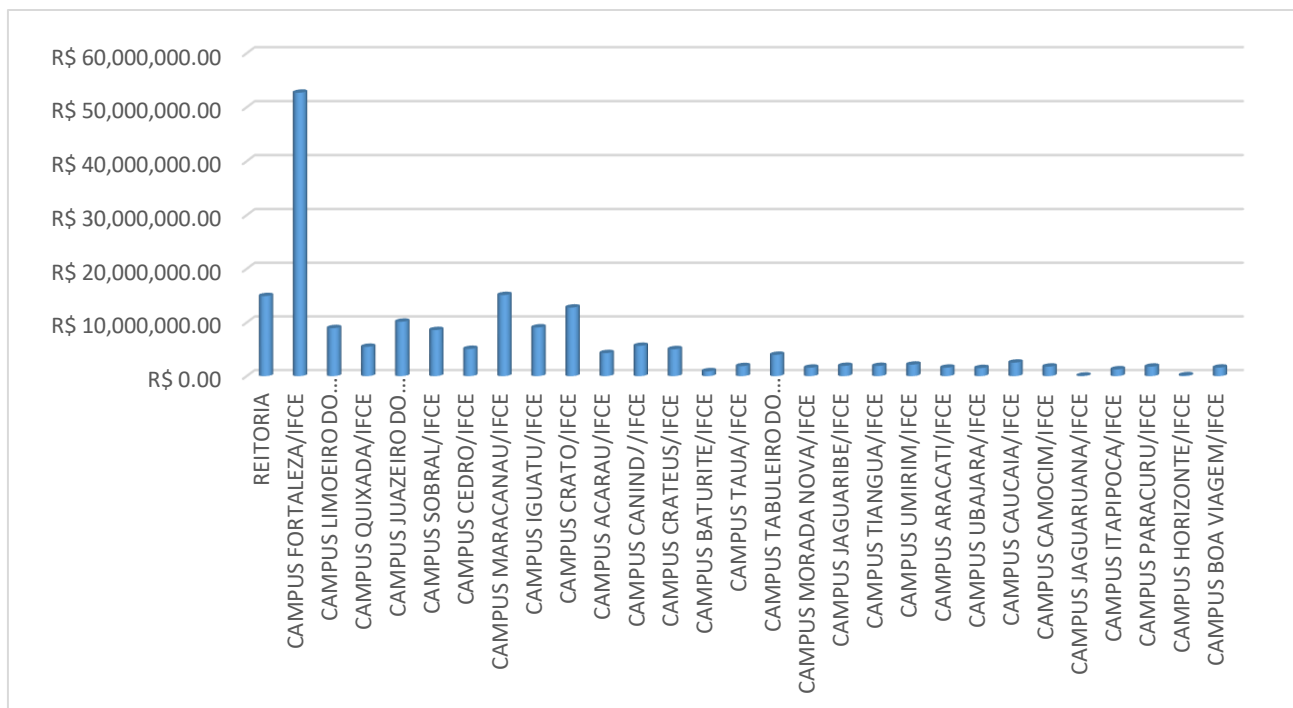
Este subgrupo do ativo não circulante compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A tabela abaixo demonstra a composição do subgrupo do Ativo não Circulante / Imobilizado do IFCE, segregados em bens móveis e imóveis:

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE	676 741 038,92	581 749 250,38
Imobilizado	675 261 057,90	580 480 277,56
Bens Móveis	176 935 099,11	169 560 009,17
Bens Móveis	184 156 745,90	173 225 319,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-7 221 209,47	-3 665 310,56
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-
Bens Imóveis	498 325 958,79	410 920 268,39
Bens Imóveis	501 057 617,95	412 817 546,96
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2 731 659,16	-1 897 278,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-

O imobilizado sofreu uma variação positiva de R\$ 94 780 780,34, que representou um acréscimo de 16,32% entre o saldo dos exercícios de 2017 e 2018. Essa variação representa um valor bem maior do que a despesa de capital executada em 2018. Tal fato se deve a lançamentos de imóveis conclusos no SPIUNET sem sua devida baixa na conta de obras em andamento.

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos:



Os Bens Imóveis do IFCE, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 498 325 958,79 e estão distribuídos nas contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir:

Contas Contábeis	Valor
Bens de Uso Especial	246 034 897,17
Bens Dominicais	37 045,16
Bens Imóveis em Andamento	250 671 473,93
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13 861,58
Instalações	4 300 340,11
Demais Bens Imóveis	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2 731 659,16)
Total	498 325.958,79

A distribuição do saldo da conta contábil de Bens de Uso Especial, conta contábil que reflete os lançamentos do SPIUNET, assim está distribuída:

UNIDADE GESTORA CONTRATANTE		VALOR	AV%
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	9.273.819,62	3,77%
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	31.853.259,20	12,95%
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	13.731.480,75	5,58%
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	26.646.949,03	10,83%
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	7.893.517,27	24,78%
158319	CAMPUS MARACANAU/IFCE	16.904.468,03	6,87%
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	13.341.706,44	5,42%
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	18.151.173,26	7,38%
158322	CAMPUS ACARAU/IFCE	8.599.476,50	3,50%
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	4.479.843,26	1,82%
158324	CAMPUS CRATEUS/IFCE	16.161.773,73	6,57%
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	5.289.191,63	2,15%
158952	CAMPUS TAUA/IFCE	6.925.685,37	2,81%
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	8.156.156,91	3,32%
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	4.649.450,47	1,89%
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	6.724.951,94	2,73%
158956	CAMPUS TIANGUA/IFCE	12.077.080,87	4,91%
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	5.978.646,82	2,43%
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	1.921.954,29	0,78%
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	7.299.784,71	2,97%
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	9.283.715,86	3,77%
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	5.268.749,47	2,14%
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	2.692.521,41	1,09%
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	300.000,00	0,12%
158965	CAMPUS ITAPIPOCA/IFCE	1.748.422,54	0,71%
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	474.030,28	0,19%
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	192.087,51	0,08%
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	15.000,00	0,01%
TOTAL		246.034.897,17	100,00%

Vale ressaltar que tais saldos ainda não foram conciliados com o sistema Spiunet, estando eles em fase de ajustes para fins de conciliação (SIAFI X Spiunet), bem como aderência ao valor de reavaliação elaborada por comissão específica, buscando dessa forma, refletir no SIAFI o real valor dos imóveis reavaliados. Os valores não conciliados no Spiunet se referem àqueles cujos lançamentos não são replicados automaticamente no SIAFI, devendo ser ajustados manualmente.

Nota Explicativa 05 – Intangível

O Ativo Intangível do IFCE, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$ 945 184,02. O Ativo Intangível do órgão constitui-se, basicamente, de sistemas de informática (*softwares*) e tem distribuição conforme tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA CONTRATANTE	VALOR	AV%
-----------------------------	-------	-----

158133	REITORIA	561 771,02	59,44%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	172 813,55	18,28%
158316	<i>Campus Juazeiro do Norte/IFCE</i>	130 831,18	13,84%
158317	<i>Campus Sobral/IFCE</i>	32 713,70	3,46%
158319	<i>Campus Maracanaú/IFCE</i>	9 725,82	1,03%
158320	<i>Campus Iguatu/IFCE</i>	0,00	0,00%
158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	3 801,99	0,40%
158322	<i>Campus Acaraú/IFCE</i>	18 500,74	1,96%
158324	<i>Campus Crateús/IFCE</i>	8 370,00	0,89%
158957	<i>Campus Umirim/IFCE</i>	470,00	0,05%
158960	<i>Campus Caucaia/IFCE</i>	4 942,43	0,52%
158966	<i>Campus Paracuru/IFCE</i>	1 243,59	0,13%
TOTAL		945 184,02	100,00%

Nota Explicativa 06 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 2 763 663,35 relacionados com fornecedores e contas a pagar.

Na tabela a seguir, relacionam-se as Unidades Gestoras Executoras contratantes com seus respectivos valores de fornecedores na data-base de 31/12/2018.

UNIDADE GESTORA CONTRATANTE		VALOR	AV%
158133	REITORIA	130 287,15	4,71%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	531 671,05	19,24%
158314	<i>Campus Limoeiro do Norte/IFCE</i>	53 933,47	1,95%
158315	<i>Campus Quixadá/IFCE</i>	25 156,85	0,91%
158316	<i>Campus Juazeiro do Norte/IFCE</i>	160 288,90	5,80%
158317	<i>Campus Sobral/IFCE</i>	11 194,00	0,41%
158318	<i>Campus Cedro/IFCE</i>	116 418,12	4,21%
158319	<i>Campus Maracanaú/IFCE</i>	418 795,25	15,15%
158320	<i>Campus Iguatu/IFCE</i>	114 937,76	4,16%
158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	315 178,35	11,40%
158322	<i>Campus Acaraú/IFCE</i>	8 566,05	0,31%
158323	<i>Campus Canindé/IFCE</i>	98 924,01	3,58%
158324	<i>Campus Crateús/IFCE</i>	217 890,69	7,88%
158951	<i>Campus Baturité/IFCE</i>	8 400,00	0,30%

158952	<i>Campus</i> Tauá/IFCE	63 631,29	2,30%
158953	<i>Campus</i> Tabuleiro do Norte/IFCE	42 373,07	1,53%
158954	<i>Campus</i> Morada Nova/IFCE	8 532,80	0,31%
158955	<i>Campus</i> Jaguaribe/IFCE	34 373,05	1,24%
158956	<i>Campus</i> Tianguá/IFCE	79 027,91	2,86%
158957	<i>Campus</i> Umirim/IFCE	8 886,41	0,32%
158958	<i>Campus</i> Aracati/IFCE	136 084,01	4,92%
158959	<i>Campus</i> Ubajara/IFCE	84 280,77	3,05%
158960	<i>Campus</i> Caucaia/IFCE	40 523,41	1,47%
158966	<i>Campus</i> Paracuru/IFCE	51 010,99	1,85%
158968	<i>Campus</i> Boa Viagem/IFCE	3 297,99	0,12%
Total		2 763 663,35	100,00%

Na Tabela abaixo, relacionam-se 25 (vinte e cinco) fornecedores mais significativos com a respectiva Unidade Gestora contratantes e saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

UG	CAMPUS	FORNECEDOR	VALOR	AV%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	250 752,38	9,07%
158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	ATTITUDE TERCEIRIZCAO DE MAO DE OBRA EIRELI	136 673,96	4,95%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	NOVA CAPITAL COMERCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA	134 604,78	4,87%
158320	<i>Campus Iguatu/IFCE</i>	ATTITUDE TERCEIRIZCAO DE MAO DE OBRA EIRELI	109 131,96	3,95%
158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	TRIADE PANEIS PUBLICIARIOS E SERVICOS DE LOCACAO LTDA	90 290,66	3,27%
158133	Reitoria	IGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	85 218,14	3,08%
158316	<i>Campus Juazeiro do Norte/IFCE</i>	SEGURO SEGURANCA LTDA	76 523,80	2,77%
158319	<i>Campus Maracanaú/IFCE</i>	ANDRADE SERVICO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	63 012,03	2,28%
158321	<i>Campus Crato/IFCE</i>	SEGURO SEGURANCA LTDA	61 148,12	2,21%
158319	<i>Campus Maracanaú/IFCE</i>	LDS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	59 909,51	2,17%
158324	<i>Campus Crateús/IFCE</i>	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	54 257,56	1,96%
158318	<i>Campus Cedro/IFCE</i>	BRASFITNESS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI	46 718,35	1,69%
158958	<i>Campus Aracati/IFCE</i>	JB2 ENGENHARIA LTDA	44 541,45	1,61%
158318	<i>Campus Cedro/IFCE</i>	COLDAR SERVICOS DE INSTALACOES DE AR CONDICIONADO LTDA	39 389,97	1,43%
158953	<i>Campus Tabuleiro do Norte/IFCE</i>	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	38 457,07	1,39%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	ANDREZA DE A PINTO COSTA	38 000,00	1,37%
158313	<i>Campus Fortaleza/IFCE</i>	MISSAO SERVICOS TECNICOS EIRELI	37 274,46	1,35%
158324	<i>Campus Crateús/IFCE</i>	ZENAIDE TEIXEIRA LOIOLA	34 026,67	1,23%

158319	<i>Campus</i> Maracanaú/IFCE	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	33 987,56	1,23%
158959	<i>Campus</i> Ubajara/IFCE	MG 777 COMPUTADORES E INFORMATICA EIRELI	32 400,00	1,17%
158313	<i>Campus</i> Fortaleza/IFCE	AIGP SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA	31 163,70	1,13%
158133	Reitoria	RICARDO BRAGA E INES SOBREIRA ARQUITETURA E CONSULTORIA	30 970,80	1,12%
158319	<i>Campus</i> Maracanaú/IFCE	WLADYA ARAUJO GOURMET EIRELI	29 603,21	1,07%
158314	<i>Campus</i> Limoeiro do Norte/IFCE	ACESSO SEGURANCA PRIVADA EIRELI	29 550,98	1,07%
158319	<i>Campus</i> Maracanaú/IFCE	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	28 748,85	1,04%
Diversos	Diversos	Demais Fornecedores	1 147 307,38	41,51%
TOTAL			2 763 663,35	100,00%

Nota Explicativa 07 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido

Conforme evidenciado na tabela a seguir, o patrimônio líquido do órgão, ao término do exercício de 2018, apresenta o valor de R\$ 689 253 639,88, tendo como resultado patrimonial de 2018, apurado na DVP, montante de R\$ 50 450 330,04.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	689 253 639,88	643 346 388,99
Resultado do Exercício	50 450 330,04	71 224 016,07
Resultados de Exercícios Anteriores	643 346 388,99	570 471 361,03
Ajustes de Exercícios Anteriores	-4 543 079,15	1 651 011,89
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	689 253 639,88	643 346 388,99

Vale ressaltar que, durante o exercício de 2018, ocorreram, no âmbito do órgão, ajustes de exercícios anteriores relativos ao reconhecimento de depreciações acumuladas das unidades gestoras executoras no montante de R\$ -4 543 079,15.

A tabela a seguir detalha os valores de ajustes de exercícios anteriores em cada unidade gestora executora.

UNIDADE GESTORA		SALDO EM 31/12/2018
158133	Reitoria	387 039,95
158313	<i>Campus</i> Fortaleza/IFCE	2 452,50
158314	<i>Campus</i> Limoeiro do Norte/IFCE	1 633 491,09
158315	<i>Campus</i> Quixadá/IFCE	7 757,57
158317	<i>Campus</i> Sobral/IFCE	12 375,73
158318	<i>Campus</i> Cedro/IFCE	1 097 834,51
158319	<i>Campus</i> Maracanaú/IFCE	263 649,49
158320	<i>Campus</i> Iguatu/IFCE	405 547,31
158322	<i>Campus</i> Acaraú/IFCE	46 301,88

158324	Campus Crateús/IFCE	95 200,00
158953	Campus Tabuleiro do Norte/IFCE	451 782,54
158954	Campus Morada Nova/IFCE	81 564,14
158955	Campus Jaguaribe/IFCE	25 343,07
158958	Campus Aracati/IFCE	-7 508,93
158959	Campus Ubajara/IFCE	18 959,60
158960	Campus Caucaia/IFCE	218,66
158961	Campus Camocim/IFCE	2 976,26
158965	Campus Itapipoca/IFCE	17 346,48
158966	Campus Paracuru/IFCE	747,30
TOTAL		4 543 079,15

Nota Explicativa 08 - Exploração e Venda de Bens, Serviços E Direitos

Nossas receitas próprias têm origem na exploração e venda de bens, direitos e prestação de serviços e são compostas, basicamente, por:

- a) Vendas de mercadorias;
- b) Vendas de produtos;
- c) Exploração de bens, direitos e prestação de serviços.

Essas receitas foram arrecadadas conforme tabela abaixo, das quais, em 2018, 88,02% tiveram origem em taxas de vestibulares, taxas de concursos públicos, serviços de hospedagem, alimentação e aluguéis.

	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Venda de mercadorias	130 257,39	11,02%	151 712,72	12,43%	14,14%
Vendas de produtos	11 392,96	0,96%	26 406,00	2,16%	56,85%
Exploração de bens, direitos e prestação de serviços	1 040 492,10	88,02%	1 042 552,05	85,41%	0,20%
TOTAL	1 182 142,45	100,00%	1 220 670,77	100,00%	

Nota Explicativa 09 - Remuneração a Pessoal

Os gastos com remuneração a pessoal, no exercício de 2018, totalizaram R\$ 456 108 798,29, sendo 38,78% relativos aos vencimentos e salários e 34,84% às gratificações, ou seja, representando, praticamente, 74% de toda composição destes gastos.

A seguir, a tabela detalha a composição dos gastos com remuneração a pessoal no exercício 2018.

REMUNERAÇÃO A PESSOAL (COMPOSIÇÃO)		2018	AV%
3.1.1.1.1.01.00	Vencimentos e salários ativo	176 917 447,09	38,7884%

3.1.1.1.1.02.00	Abonos	2 066 999,61	0,4532%
3.1.1.1.1.03.00	Adicionais	2 363 176,33	0,5181%
3.1.1.1.1.04.00	Gratificações	158 934 857,55	34,8458%
3.1.1.1.1.05.00	Férias - RPPS	14 975 148,73	3,2832%
3.1.1.1.1.06.00	13. salário - RPPS	72 812 474,67	15,9638%
3.1.1.1.1.09.00	Sentenças Judiciais - Pessoal Ativ	7 880 648,38	1,7278%
3.1.1.1.1.99.00	Outros Venc.e Vantag.Fixas e Varia	1 024 847,47	0,2247%
3.1.1.2.1.01.00	Vencimentos e salários	5 945 218,37	1,3035%
3.1.1.2.1.05.00	Férias - RGPS	12 658 748,59	2,7754%
3.1.1.2.1.06.00	13. Salário - RGPS	528 521,08	0,1159%
3.1.1.2.1.08.00	Indenizações - RGPS	710,42	0,0002%
TOTAL		456 108 798,29	100,0000%

Nota Explicativa 10 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

No exercício de 2018, os dispêndios do órgão com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram R\$ 82.997.904,67. Abaixo se demonstram, por ordem decrescente, nossos gastos por natureza de serviço, com destaque de 46,94% para os gastos de manutenção, tais como: serviços de limpeza, vigilância, motorista, copeira e demais prestações de serviços terceirizados.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição		31/12/2018	AV%
3.3.2.3.1.02.00	SERVIÇOS DE APOIO ADM, TÉCNICO E O	38 955 674,87	46,9357%
3.3.2.3.1.08.00	SERV.ÁGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS	7 514 628,66	9,0540%
3.3.2.3.1.01.00	SERVICOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	6 169 368,77	7,4332%
3.3.1.1.1.01.00	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - A	5 295 994,69	6,3809%
3.3.1.1.1.09.00	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4 289 781,04	5,1685%
3.3.2.3.1.12.00	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	2 576 668,26	3,1045%
3.3.2.1.1.01.00	DIÁRIAS	2 149 268,21	2,5895%
3.3.2.3.1.14.00	CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO ATIVOS INFR	2 049 051,12	2,4688%
3.3.2.3.1.05.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ	1 819 385,33	2,1921%
3.3.1.1.1.04.00	CONSUMO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	1 611 601,57	1,9417%
3.3.2.3.1.09.00	LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL O	1 505 772,38	1,8142%
3.3.2.2.1.01.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	1 435 718,58	1,7298%
3.3.2.3.1.04.00	SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOÇÃO E	1 428 777,95	1,7215%
3.3.3.1.1.01.00	DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	990 964,93	1,1940%

3.3.3.1.1.02.00	DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	834 380,59	1,0053%
3.3.2.3.1.03.00	SERVIÇOS COMUNICAÇÃO, GRÁFICO E AU	804 941,20	0,9698%
3.3.2.2.1.10.00	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVICOS TER	685 514,10	0,8259%
3.3.1.2.1.01.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	656 170,25	0,7906%
3.3.2.3.2.03.00	SERV.COMUNICAC.,GRÁFICOS E AUDIOVI	621 783,57	0,7492%
3.3.1.1.1.03.00	CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFIC	325 202,94	0,3918%
3.3.2.3.1.13.00	SEGUROS EM GERAL	286 965,29	0,3458%
3.3.2.2.1.05.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PF	195 053,18	0,2350%
3.3.2.3.2.08.00	SERV. ÁGUA ESG. ENER. ELE.,GÁS E OUT	190 228,43	0,2292%
3.3.2.3.1.07.00	SERVIÇOS DE CONFECÇÕES - PJ	119 293,25	0,1437%
3.3.2.3.1.10.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAI	95 665,67	0,1153%
3.3.1.1.1.05.00	CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMEN	70 043,59	0,0844%
3.3.2.3.5.08.00	SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GÁS E OU	67 677,33	0,0815%
3.3.2.2.1.09.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAI	46 891,82	0,0565%
3.3.2.3.2.01.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	38 536,04	0,0464%
3.3.1.1.1.06.00	CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLÓGICO	35 608,64	0,0429%
3.3.2.3.1.99.00	SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	29 603,41	0,0357%
3.3.2.2.1.02.00	SERV. DE APOIO ADM., TÉCNICO E OPE	29 021,07	0,0350%
3.3.2.3.4.08.00	SERV.ÁGUA ESG.,ENER.ELE.,GÁS E OUT	17 556,87	0,0212%
3.3.2.2.1.08.00	LOCAÇÕES E ARRENDAMENTOS - PF	16 500,00	0,0199%
3.3.1.1.1.99.00	CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS	9 340,08	0,0113%
3.3.2.3.4.03.00	SERV.COMUNICAÇÃO, GRÁFICOS E ÁUDIO	5 714,00	0,0069%
3.3.2.3.2.05.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ - IN	4 762,44	0,0057%
3.3.1.1.1.02.00	CONSUMO DE SOFTWARES DE BASE	4 521,10	0,0054%
3.3.1.1.1.07.00	CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	4 038,88	0,0049%
3.3.2.3.2.02.00	SERV.APOIO ADM,TÉCNICO E OPERACION	2 846,22	0,0034%
3.3.2.2.1.99.00	SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PF	2 060,00	0,0025%
3.3.2.3.4.05.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - PJ - ES	1 100,80	0,0013%
3.3.2.3.2.11.00	SERVIÇOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ -	1 100,00	0,0013%
3.3.2.3.2.10.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAI-	950,00	0,0011%
3.3.2.3.4.10.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS E CULTURAI	950,00	0,0011%
3.3.2.3.1.11.00	SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIÇOS TER	705,00	0,0008%
3.3.2.3.2.04.00	SERV.TRANSP.,PASSAG., LOC.E HOSPEDA	477,95	0,0006%
3.3.1.1.1.08.00	CONSUMO DE MATERIAL PARA PRODUÇÃO	44,60	0,0001%
TOTAL		82 997 904,67	100%

Nota Explicativa 11 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício alcançou o montante de **R\$ 47 474 147,92**. Somando-se com o saldo em caixa inicial do exercício de R\$ 8.223.879,87, iniciamos o exercício de 2019 com um saldo em caixa de **R\$ 55 698 027,79**.

ESPECIFICAÇÃO	2018
Saldo em caixa	8 223 879,87
Receitas Orçamentárias	1 515 805,75
Despesas Orçamentárias	-711 688 275,56
Saldo	-701 948 589,94
Transferências Financeiras Recebidas	787 080 577,06
Transferências Financeiras Concedidas	90 294 306,61
Saldo	696 786 270,45
Recebimentos Extra Orçamentários	97 547 832,54
Pagamentos Extra Orçamentários	36 687 485,26
Saldo	60 860 347,28
Resultado Financeiro do Exercício	55 698 027,79

Nota Explicativa 12 – Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo IFCE em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades dos alunos.

No exercício de 2018, as receitas realizadas pelo IFCE apresentaram o seguinte resultado:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	8 419 128,00	8 419 128,00	1 515 805,75	-6 903 322,25
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	204 577,00	204 577,00	231 420,52	26 843,52
Receita Agropecuária	131 428,00	131 428,00	130 257,39	-1 170,61

Receita Industrial	-	-	11.392,96	11.392,96
Receitas de Serviços	7 951 160,00	7 951 160,00	803 985,92	-7 147 174,08
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	131 963,00	131 963,00	338 748,96	206 785,96
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8 419 128,00	8 419 128,00	1 515 805,75	-6 903 322,25
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8 419 128,00	8 419 128,00	1 515 805,75	-6 903 322,25

Da análise da tabela acima, a receita arrecadada foi inferior à previsão orçamentária em R\$ 6 903 322,25, ou seja, apresentou um déficit de arrecadação de 18,01%. Essa frustração de arrecadação se deve às previsões de ingressos financeiros terem como base a média dos últimos três exercícios. Como nos 3 anos anteriores tivemos a realização de concursos e vestibulares, esse fato elevou a previsão de arrecadação. Não foram previstas nem executadas receitas de capital.

Nota Explicativa 13 – Execução da despesa orçamentaria

A Despesa Orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. A tabela a seguir apresenta uma síntese da movimentação da despesa orçamentária ocorrida em 2018, onde se observa que a execução da despesa orçamentária empenhada atingiu o montante de **R\$ 711 688 275,56**.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	586.403.833,00	679.770.703,00	679.854.911,60	656.590.903,48	607.493.816,31	-84.208,60
Pessoal e Encargos Sociais	456.563.101,00	552.426.001,00	549.489.650,76	548.922.635,57	504.567.531,04	2.936.350,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.840.732,00	127.344.702,00	130.365.260,84	107.668.267,91	102.926.285,27	-3.020.558,84
DESPESAS DE CAPITAL	21.281.351,00	19.284.079,00	31.833.363,96	8.288.876,18	7.787.809,88	-12.549.284,96
Investimentos	21.281.351,00	19.284.079,00	31.833.363,96	8.288.876,18	7.787.809,88	-12.549.284,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56

O						6
TOTAL	607.685.184,00	699.054.782,00	711.688.275,56	664.879.779,66	615.281.626,19	-12.633.493,56

A execução da despesa superou a dotação atualizada em **-12 633 493,56** devido às descentralizações de créditos orçamentários de outras UGs e emenda parlamentares alocadas no IFCE.

Nota Explicativa 14 – Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário é o confronto da receita arrecadada com a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, em 2018 o resultado orçamentário foi de **R\$ - 710 172 469,81**.

Balanço Orçamentário	Realização/Execução
Receitas Correntes	1 515 805,75
Receitas de Capital	0,00
Total das Receitas	1 515 805,75
Despesas Correntes	679 854 911,60
Despesas de Capital	31 833 363,96
Total das Despesas	711 688 275,56
Superávit/(Déficit)	(710 172 469,81)

Nota Explicativa 15 – Inscrição dos Restos a Pagar

De acordo com o art. 36 da Lei 4320/64, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Portanto, analisando a tabela acima, podemos concluir:

- Foram inscritos em Restos a Pagar o valor de **R\$ 96 406 649,37**;
- Os Restos a Pagar não processados somaram **R\$ 46 808 495,90**;
- Os Restos a Pagar processados somaram **R\$ 49 598 153,47**.

Nota Explicativa 16 – Execução dos Restos a Pagar

Conforme tabela abaixo, o IFCE pagou, em 2018, cerca de 67,94% dos restos a pagar não processados inscritos em anos anteriores e 90,37% dos RAPs processados.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	% DE REALIZAÇÃO
Restos a Pagar Não Processados	11.464.619,19	37.340.300,73	33.159.936,90	3.613.065,60	12.031.917,42	67,94%
Restos a Pagar Processados	262.034,47	2.738.483,58	2.711.642,70	75.841,75	213.033,60	90,37%

7. COMO O IFCE ELABOROU O RELATÓRIO

Os responsáveis pela elaboração dos conteúdos do relatório de gestão foram demandados a prestar as informações de suas respectivas áreas, sob a perspectiva dos novos critérios adotados pelo TCU. A alta administração e os órgãos de apoio o elaboraram orientados, previamente, pelos critérios de concisão, clareza e integridade das informações.

O conteúdo apresentado pelas unidades passou pela verificação e controle da Coordenadoria de Controle e Normas, quanto à correspondência com a lista de conteúdos solicitados pelo TCU. Além disso, as contribuições para o relatório passaram por uma análise, em que o Pró-Reitor de Administração e Planejamento verificou a pertinência das informações apresentadas, submetendo às unidades responsáveis pela elaboração as suas observações.

Por sua vez, as unidades fizeram as alterações que consideraram necessárias e encaminharam a versão final de seus relatórios. Ao final das revisões, os titulares das pró-reitorias e diretorias sistêmicas, considerados, para os fins deste relatório, os responsáveis internos pela governança, responsabilizaram-se pelos dados fornecidos de sua área quanto à confiabilidade e integralidade das informações prestadas, emitindo declarações de integralidade.

Por fim, o relatório foi submetido e apresentado ao Reitor do IFCE, que, por sua vez, o aprovou *ad referendum*, para posterior apreciação e homologação na próxima reunião do Conselho Superior.

Portanto, por este procedimento apresentado, na preparação e apresentação do Relatório Integrado, asseguraram-se a integridade das informações e a aplicação do pensamento coletivo.

8. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Os acórdãos do TCU são recebidos pelo Reitor, o qual, a depender da natureza das determinações contidas na decisão, determina pessoalmente as providências que reputa convenientes e as encaminha aos setores envolvidos para a execução da decisão. Além disso, o IFCE tem envidado esforços para atender a todas as recomendações desse órgão de forma eficaz e tempestiva.

Em 2018, o TCU direcionou ao Instituto Federal do Ceará um total de nove recomendações e determinações, das quais apenas duas ainda estão em andamento. Veja-se o quadro abaixo:

RECOMENDAÇÕES DO TCU	DETERMINAÇÕES	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
ACÓRDÃO 2729/2017	Observância das recomendações no Acórdão nº 2729/2017 - TCU - Plenário, prolatado nos autos do processo nº TC 014.877/2017-1, que trata da avaliação dos controles e do efetivo cumprimento da jornada de trabalho por professores e profissionais de saúde.	Divulgação entre setores envolvidos, especialmente aqueles vinculados à Pró-Reitora de Ensino - PROEN e à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas -PROGEP.	ATENDIDA
ACÓRDÃO 7445/2016	Dar conhecimento sobre a representação jurídica dessas entidades deve ser feito, prioritariamente, pelos advogados públicos vinculados à Advocacia-Geral da União; em situações excepcionais, para atendimento de demandas específicas, de natureza não	O IFCE realizou consulta à Procuradoria Federal junto ao IFCE, mediante o PARECER n. 00021/2018/GAB-PFIFCE/PFIFCEARÁ /PGF/AGU, e concluiu que, para o momento, não há demanda que justifique a contratação de advogados.	ATENDIDA

	<p>continuada e devidamente fundamentadas, admite-se a contratação de advogados externos, via de regra, por licitação.</p>		
<p>ACÓRDÃO 6476/2017</p>	<p>Dar conhecimento da autorização administrativa para flexibilização da jornada de trabalho para servidores.</p>	<p>Dada a ciência aos setores responsáveis, especialmente à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.</p>	<p>ATENDIDA</p>
<p>ACÓRDÃO 10244/2017 (TCE)</p>	<p>Referente à tomada de contas especial, que trata de prejuízos verificados na execução de nove convênios de cooperação técnica e intercâmbio científico e tecnológico celebrados entre o então IFCE, o CPQT e empresas conveniadas.</p>	<p>O IFCE designou Comissão, mediante a Portaria 1304/GR/2017, para tratar do assunto, e, em 07 de março de 2018, apresentou relatório final concluindo não ser necessário que o IFCE tome alguma medida no âmbito do presente TCE. As medidas necessárias foram adotadas por essa Corte, que seria dar ciência da deliberação ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e Receita Federal do Brasil para providências de suas respectivas alçadas e à LG Eletronics do Brasil Ltda para uma possível revogação de benefício e o crédito tributário cobrado. Atualmente, o processo encontra-se, em análise na Procuradoria Federal.</p>	<p>ATENDIDA</p>
<p>ACÓRDÃO 2823/2015, por meio do Ofício-Circular nº 12/2018/GAB/SPO/S PO-MEC</p>	<p>Solicitou as justificativas para a manutenção do estoque de restos a pagar, conforme Ofício Circular Conjunto nº 6/2017-MP e Ofício-Circular nº 10/2018/SE-CGU.</p>	<p>Respondida mediante o Ofício nº 111/2018/GABR/REITORIA-IFCE, de 28 de março de 2018.</p>	<p>ATENDIDA</p>
<p>ACÓRDÃO 1178/2018</p>	<p>Considerando que os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão em referência determinou às Instituições</p>	<p>A PROAP já demandou à Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação - DGTI, o desenvolvimento de software de gestão de convênios e</p>	<p>EM ATENDIMENTO</p>

	<p>Federais de Ensino (IFES) a inserção, em seus sítios eletrônicos, de informações específicas sobre o relacionamento com suas fundações de apoio; que o item 9.1 do mesmo Acórdão determinou a este Ministério da Educação disponibilizar, em seu site, algumas dessas informações; e que em consulta ao TCU, aquela Corte de Contas acenou pela possibilidade do cumprimento de tal determinação, por este Ministério, com a compilação, em seu site, das informações originalmente inseridas pelas IES em seus respectivos sítios eletrônicos, solicito aos Senhores Dirigentes encaminhamento a esta Secretaria, no prazo de 60 (sessenta) dias, o link para acesso às informações disponibilizadas no site da instituição sob sua governança, indicadas nos os itens 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 1178/2018 - TCU - Plenário.</p>	<p>instrumentos congêneres, sob a tutela da CCONV/PROAP. Destaca-se que o desenvolvimento do software está previsto para o ano de 2019, e o mesmo deverá atender plenamente as recomendações constantes no item 9.3 do acórdão Nº 1178/2018- TCU. Quanto ao item 9.4, o gabinete do Reitor do IFCE, enviou ofícios às fundações de apoio para fins regularização das instituições.</p>	
ACÓRDÃO	Indeferir o pedido	Encaminhamento ao <i>campus</i>	EM

7856/2018	de medida cautelar formulado pela representante, uma vez demonstrada a existência do <i>periculum in mora</i> reverso, julgar a representação procedente, dar ciência desta decisão à representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, para que evite ocorrências semelhantes e determinar o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.	Cedro, para conhecimento, do Ofício 1507/2018-CU/SECEX-CE (0143803), que informa sobre o Acórdão 7856/2018 - TCU- Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Representação TC 022.853/2018-9, em face do PE Nº 02/2018- <i>campus</i> Cedro, conforme despacho do Magnífico Reitor. Ressalta-se que foi solicitado ao Gabinete do Reitor vista dos autos do processo ao TC 022.853/2018-9, visando a atender plenamente a recomendação do referido acórdão.	ATENDIMEN TO
ACÓRDÃO 2512/2018 ACÓRDÃO 1.943/2018	e Enviar cópia do Acórdão 1.943/2018-TCU- Plenário às Instituições Federais de Ensino Superior das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, acompanhado dos elementos pertinentes, a fim de dar ciência dos encaminhamentos adotados pelo Tribunal quanto ao cumprimento dos requisitos de transparência ativa e de transparência passiva a que estão obrigados todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, nos termos da Lei	Dada ciência aos setores responsáveis, especialmente Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, Coordenação de Governança e Ouvidoria.	ATENDIDA

	12.527/2011.		
ACÓRDÃO 3712/2017	<p>O arquivamento do presente processo, sem julgamento do mérito e sem o cancelamento da dívida, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e de dar ciência da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, bem como aos responsáveis, informando-lhes que, caso queiram, poderão solicitar ao Tribunal de Contas da União o desarquivamento do processo para julgamento ou, ainda, efetuar o pagamento do débito, para que lhes possa ser dada quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.</p>	<p>Considerando as medidas tomadas pela Reitoria objetivando atender ao acórdão TCU nº 3712/2017, 2ª Câmara, que concluiu pelo arquivamento da TC-027.089/2016-9 sem o cancelamento da dívida existente;</p> <p>Considerando o registro de uma das partes no CADIN, conforme documentos SEI (0157809; 0157818);</p> <p>Considerando a emissão de parecer jurídico constante na NOTA nº. 00068/2018/GABPROC/PFIFC EARÁ /PGF/AGU 0206081 que conclui pela impossibilidade de inscrição de servidor falecido no CADIN por meio de suas pensionistas;</p> <p>Diante dos registros acima relatados, vimos comunicar o atendimento do acórdão TCU nº 3712/2017, 2ª Câmara.</p>	ATENDIDA

ANEXOS E APÊNDICES

Seguem, na página a seguir, as declarações de integridade do relatório.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PRO REITORIA DE EXTENSÃO

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq, titular da Pro Reitoria de Extensão me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Extensão, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 26 de março de 2019


ZANDRA MARIA RIBEIRO MENDES DUMARESQ
Pro Reitora de Extensão - IFCE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, Carlos Maurício Jaborandy de Mattos Dourado Júnior, titular da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Gestão de Tecnologia da Informação, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 28 de março de 2019.


Carlos Maurício Jaborandy de Mattos Dourado Júnior
Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Eu, José Wally Mendonça Menezes, titular da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**, em 27/03/2019, às 16:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0583459** e o código CRC **16870434**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, Tássio Francisco Lofti Matos, titular da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PROAP me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Administração e Planejamento, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.



Documento assinado eletronicamente por **Tássio Francisco Lofti Matos, Pró-Reitor(a) de Administração e Planejamento**, em 27/03/2019, às 11:48, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0586267** e o código CRC **B87919C2**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, **Reuber Saraiva de Santiago**, titular da **Pró-reitoria de Ensino** me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante à área de **Ensino**, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 27 de março de 2019.

REUBER SARAIVA DE SANTIAGO

Pró-reitor de Ensino

ASSINATURA



Documento assinado eletronicamente por **Reuber Saraiva de Santiago, Pró-Reitor de Ensino**, em 27/03/2019, às 11:39, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0586897** e o código CRC **089E712C**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Eu, Francisco Gutenberg Albuquerque Filho, titular da Assessoria de Relações Internacionais - ARINTER, responsabilizo-me por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Relações Internacionais, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 27 de março de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gutenberg Albuquerque Filho, Assessor de Relações Internacionais**, em 27/03/2019, às 16:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0587291** e o código CRC **3EE29055**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Eu, Ana Caroline Cabral Cristino, titular da Diretoria de Assuntos Estudantis - DAE, responsabilizo-me por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Assistência Estudantil, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 28 de março de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Cabral Cristino, Diretor(a) de Assuntos Estudantis**, em 28/03/2019, às 08:19, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0589707** e o código CRC **E7878813**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo: 23255.000380/2019-12

Interessado: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, Ivam Holanda de Souza, titular da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP me responsabilizo por assegurar a integridade do relatório integrado no tocante a área de Gestão de Pessoas, e reconheço que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado.

Fortaleza, 28 de março de 2019

IVAM HOLANDA DE SOUZA
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Ivam Holanda de Souza, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**, em 28/03/2019, às 16:24, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0592366** e o código CRC **13867A8D**.